



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Vilker Silva de Moura

Machado de Assis pensando a Abolição

Rio de Janeiro

2019

Vilker Silva de Moura

Machado de Assis pensando a Abolição

Dissertação apresentada, como requisito parcial, para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Edmilson Martins Rodrigues

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

M929 Moura, Vilker Silva de.
Machado de Assis pensando a Abolição / Vilker Silva de Moura. – 2019.
132f.

Orientador: Antônio Edmilson Martins Rodrigues.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas.

1. História – Teses. 2. Assis, Machado de, 1839-1908 – Teses. 3. Escravidão
- Brasil – Teses. I. Rodrigues, Antônio Edmilson Martins. II. Universidade do
Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

es CDU 326(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Vilker Silva de Moura

Machado de Assis pensando a Abolição

Dissertação apresentada, como requisito parcial, para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em 11 de julho de 2019.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Antônio Edmilson Martins Rodrigues (Orientador)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof. Dr. Daniel Pinha Silva
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof. Dr. Pedro Parga Rodrigues
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2019

RESUMO

MOURA, V. S. *Machado de Assis pensando a Abolição*. 2019. 132f. Dissertação. (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Nesta dissertação foram analisados o projeto de Abolição da escravidão e a promulgação da Lei Áurea sob o ponto de vista do intelectual Machado de Assis. Acusado por seus intérpretes de negligenciar em seus textos os escravos e sua luta pela liberdade, constatou-se que a defesa da Abolição do escritor se deu no plano da literatura, através das crônicas da série “Bons Dias!”, entre abril e dezembro de 1888, onde criticava fortemente a condução do projeto de Abolição que não melhorava a condição do escravo. Basicamente o projeto da Abolição beneficiava mais a oligarquia que se articulava na política através do Parlamento para impor sua vontade e manter seus privilégios. Criticou a Abolição concretizada pelo Estado que nada tinha haver com suas ideias sobre ela (Abolição sem abolicionismo). Desse modo, defende-se que Machado de Assis tinha uma ideia de Abolição diferente daquela apresentada pelo Estado em que defendia a assistência e a preparação do escravo para ser incluído na sociedade, garantindo-lhe uma liberdade de fato, não só no papel. Destacou-se aqui o papel do escritor como um defensor da causa abolicionista sem pertencer a um grupo específico de luta pela Abolição.

Palavras-chaves: Machado de Assis. Ideias. Abolição da escravidão. Abolicionismo.

ABSTRACT

MOURA, V. S. *Machado de Assis pensando a Abolição*. 2019. 132f. Dissertação. (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

In this work the project for the abolition of slavery and the promulgation of the Golden Law were analyzed from the point of view of the intellectual Machado de Assis. Accused by his interpreters of neglecting in his texts the slaves and their fight for freedom, it was verified that the defense of the abolition of the writer occurred in the plane of literature, through the chronicles of the series "Bons Dias!", Between April and December of 1888, where he strongly criticized the conduct of the abolition project that did not improve the condition of the slave. Basically, the project of abolition benefited more the oligarchy that was articulated in the politics through the Parliament to impose its will and to maintain its privileges. He criticized the abolition made by the state that had nothing to do with his ideas about it (abolition without abolitionism). In this way, it is argued that Machado de Assis had an idea of abolition different from the state in which he defended the assistance and preparation of the slave to be included in society, guaranteeing him a de facto freedom, not only on paper. He emphasized here the role of the writer as a defender of the abolitionist cause without belonging to a specific group of struggle for abolition.

Keywords: Machado de Assis. Ideas. Abolition of slavery. Abolitionism.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 8 |
| 1 OS DIÁLOGOS COM MACHADO DE ASSIS | 12 |
| 1.1 A relação história e literatura | 13 |
| 1.2 Pensando o Brasil e o “Instinto de Nacionalidade” de Machado de Assis | 16 |
| 1.2.1 “Usos” das ideias pelos intelectuais | 16 |
| 1.2.2 O “Instinto de Nacionalidade”: a forma machadiana de pensar o Brasil | 25 |
| 2 BRASIL: IDEIAS EM DISPUTA | 35 |
| 2.1 Modernidade: Ideias e projetos na cidade | 37 |
| 2.1.1 Modernidade carioca e Machado de Assis | 41 |
| 2.2 Abolição da escravidão: ideias sobre a liberdade escrava e a visão críticamachadiana | 51 |
| 2.2.1 Abolição e Machado de Assis | 59 |
| 2.3 A imprensa: Abolição, crônicas e Machado de Assis | 63 |
| 3 MACHADO DE ASSIS: ABOLIÇÃO SEM ABOLICIONISMO | 76 |
| 3.1 <i>Gazeta de Notícias</i> : “Bons Dias!”: Abril a dezembro de 1888 | 79 |
| 3.1.1 “Bons Dias!” -5 de abril de 1888 | 80 |
| 3.1.2 “Bons Dias!” - 12 de abril de 1888 | 82 |
| 3.1.3 “Bons Dias!” - 19 de abril de 1888 | 83 |
| 3.1.4 “Bons Dias!” - 27 de abril de 1888 | 86 |
| 3.1.5 “Bons Dias!” - 04 de maio de 1888 | 89 |
| 3.1.6 “Bons Dias!” -11 de maio de 1888 | 92 |
| 3.1.7 “Bons Dias!” - 19 de maio de 1888 | 95 |
| 3.1.8 “Bons Dias!” -21 de maio de 1888 | 100 |
| 3.1.9 “Bons Dias!” - 1 de junho de 1888 | 105 |
| 3.1.10 “Bons Dias!” -26 de junho de 1888 | 106 |
| 3.2 Machado de Assis: “Pai contra mãe” e o pós-abolição | 110 |
| 3.2.1 <u>Resumo do conto</u> | 113 |
| 3.2.2 <u>Análise do conto</u> | 115 |
| CONCLUSÃO | 118 |
| REFERÊNCIAS | 123 |

INTRODUÇÃO

Toda maneira de agir dependia, é evidente, da maneira de pensar.

*Silva Jardim*¹.

Essa frase foi proferida pelo intelectual abolicionista e republicano Silva Jardim em um artigo publicado no jornal *Gazeta de Notícias* em 12 de novembro de 1889 na cidade do Rio de Janeiro. Não é intenção analisar seu histórico político ou intelectual; porém, sua frase importa para iniciar uma reflexão necessária nesta dissertação: a maneira de pensar e agir de Machado de Assis em relação à Abolição da escravidão.

As acusações de que um homem de origem humilde como Machado de Assis, de descendência negra, que deixou de fora em sua literatura, após se tornar um grande escritor do período, os negros, pobres e desvalidos são graves e injustas². É possível um escritor tão bem informado, letrado, intelectual com intensidade muito forte de produção literária em vários estilos não observava ou não discutia sobre a realidade brasileira de seu tempo? Por que não participava em alguma instituição abolicionista em favor da causa como José do Patrocínio que era negro, escritor e membro da Confederação Abolicionista? Havia uma militância de Machado de Assis em favor da Abolição sem estar ligado a determinado grupo organizado pela liberdade dos escravos? São questões relevantes para compreender a atuação do escritor e se aproximar de seu posicionamento, tomado frente às questões abolicionistas. A frase de Silva Jardim deu uma grande pista para iniciar uma jornada de trabalho em favor do escritor: “as ideias e o agir.”

Entender os textos de Machado de Assis vai além de analisar e interpretar o que estava no “entre linhas” ou “subentendido”. Isso é um erro que o historiador deve evitar. Para analisar, compreender e elaborar uma possível forma de interpretação histórica:

Cabe observar que análises redutoras e simplistas devem ser evitadas - algo que parece ser consensual dentre as várias possibilidades e orientações da História Intelectual, que se recusam a restringir-se “unicamente às leituras internalistas e/ou externalistas dos textos, privilegiando a interconexão entre contextualismos e análise das obras”.³

¹ JARDIM, Antônio da Silva. Artigo. In : *Gazeta de Notícias*, 12 de novembro de 1889. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=12%20de%20dezembro%20de%201889. Acessado em 28 Mai. 2019.

² Sobre os ataques a Machado ver: FREYRE, Gilberto. *Reinterpretando José de Alencar*. Rio de Janeiro: ministério da Educação nacional, 1955; MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira. Vol. IV. (1877-1896)*. São Paulo: Editora Cultrix, 1977.

³ KARVAT, Erivan Cassiano, MACHADO, Valéria Floriano. *Em torno de Intelectuais e História: experiências, trajetórias e biografias – caminhos da História Intelectual*. In: Anais do XXIX Simpósio nacional de História. Disponível em: <<https://www.snh2017.anpuh.org/site/anais#K>> Acessado em 28 Mai. 2019.

Para tal empreitada um posicionamento a assumir pelo historiador, para não incorrer num erro de interpretação do intelectual Machado de Assis, é tentar analisar o mundo que o cercava a partir de seu olhar; pois, cabe entendê-lo como um sujeito⁴ que tenta impor ao mundo sua marca. Para isso - como sugeriu ErivanKarvart e Valéria Machado (2017) - a interconexão dos contextos nos quais o escritor estava imerso ajuda nessa tarefa de entendê-lo e, a partir daí, analisá-lo de forma crítica.

Outra forma importante é a compreensão de que Machado de Assis não era historiador, não estava preocupado em produzir história como o profissional da área. Por isso não se deve “cobrar” que num texto do escritor esteja uma pesquisa desenvolvida e que sirva como fonte histórica para discutir um tema, como a Abolição no caso. A estética literária assumida e apresentada pelo escritor não condiz com aquilo que se espera que seja – o escritor tem a faculdade de representar o mundo que o rodeia de acordo com suas percepções e com a forma que melhor lhe agradasse. Mesmo assim, nem por isso significa que ele deixava de pensar a realidade.

Para além daqueles que acusavam Machado de Assis de se distanciar ou negligenciar a questão da escravidão, da Abolição alguns autores identificam essas temáticas em obras do escritor, mas de forma “esporádica”, casual, de menor importância. Foi o caso de Sayers (1958)⁵ que apontou um romance e quatro contos em que o escravo apareceu; porém, de forma um pouco mais que secundária, sem muita importância nas narrativas. Nessa mesma linha de interpretação e análise, encontra-se um artigo de Pereira (2010) em que compreende o escravo como objeto secundário nas obras Machadianas, mesmo reconhecendo a importância da narrativa para entender este passado:

Em “Quincas Borba”, encontramos igualmente inúmeras ilustrações do procedimento machadiano de inserir a escravidão não como questão a ser discutida preferencialmente, mas apenas como um aspecto integrado à vida rotineira da sociedade. Tal como nos outros romances já mencionados, em “Quincas Borba” o escravo só aparece como um figurante secundário, mas, contraditoriamente, às vezes indispensável para compor a cena”.⁶

⁴ Segundo Palti (2014), “sujeito” é o foco principal para compreender as obras de Machado de Assis. Ver: PALTÍ, Elias. *O espelho vazio Representação, subjetividade e história em Machado de Assis*. In: Estudos de Teoria Literária, Revista digital, Año 3, Nro. 5, 2014. Disponível em: <<https://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/etl/article/view/854>> Acessado em 28 Mai. 2019.

⁵ SAYERS, Raymond S. *O Negro na Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, p. 387, 1958.

⁶ PEREIRA, Lupércio Antônio. *A escravidão e o trabalho livre em Machado de Assis*. In: Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 14, n. 3, p. 491-516, 2010. Disponível em: <<http://www.dialogosuem.com.br/revistas>>. Acessado em 28 Mai. 2019.

Não corroborando com as interpretações mencionadas, que contribuem demasiadamente com uma valoração negativa de um dos grandes escritores brasileiros do século XIX, o presente trabalho tem como objetivo geral: analisar de que forma Machado de Assis pensava a Abolição da escravidão e, não menos importante, identificar sua militância em favor da liberdade dos escravos através de sua literatura sem pertencer a grupos abolicionistas especificamente como forma de ação. Compreende-se que por ser um intelectual Machado de Assis agia de acordo com suas ideias, independente de corrente de pensamento, filiação política ou grupos sociais organizados. Não que estava alheio a elas, mas lhes conferia ressignificados de modo a poder emitir suas críticas com certo distanciamento. Talvez esse posicionamento tenha causado interpretações equivocadas de seus textos ao tempo que lhe associava um comportamento negligente em referência à Abolição.

Para compreender a importância do pensamento de Machado de Assis face à Abolição da escravidão o objetivo específico deste trabalho reside nas análises das crônicas produzidas em série intituladas “*Bons Dias!*” publicadas no jornal *Gazeta de Notícias* na cidade do Rio de Janeiro no qual escreveu semanalmente a partir do mês de abril de 1888 até agosto de 1889. Por questões metodológicas este trabalho se ateve às publicações do ano da Abolição, ou seja, de abril a dezembro de 1888. Isso porque as crônicas, com suas características próprias ou estilo literário, estavam voltadas para os acontecimentos recentes, relativamente próximos do cronista; fato constatado em relação à Abolição. Essa temática apareceu nos textos machadianos nos meses anteriores a sua concretização e durante dois meses após a lei áurea ser publicada.

O arquivo pesquisado está disponibilizado pela biblioteca nacional em sua versão digitalizada na seção “hemeroteca”. A grande vantagem desse material foi a disponibilidade de um buscador inteligente que permite procurar qualquer assunto ou palavra em todo conjunto dos jornais, no caso a *Gazeta de Notícias*. Isso permitiu encontrar eventos, personagens públicos, notícias que estavam ligadas as narrativas das crônicas de Machado de Assis; podendo fazer as interconexões dos contextos do escritor com a análise de sua obra, fugindo das armadilhas mencionadas de simplesmente interpretar os textos.

Os capítulos do presente trabalho foram organizados em três partes, a saber: o primeiro capítulo, intitulado “*Os diálogos com Machado de Assis*”, tem por finalidade de analisar teoricamente a produção e circulação de ideias sobre o Brasil, intermediado pela literatura, para compreender Machado de Assis e seu pensamento; destacando a importância do texto “*Instinto de Nacionalidade*” do escritor que muito tem a dizer sobre sua maneira de pensar a realidade brasileira e a Abolição. O segundo capítulo “*Brasil, ideias em disputa*”

busca apontar um diagnóstico dessa produção de ideias e sua relação com os projetos idealizados pelos intelectuais para um Brasil diferente, ou melhor. Nesse contexto havia uma disputa de ideias para o projeto de Abolição da escravidão. Desse modo, Machado de Assis também tenta deixar sua marca através de suas críticas nesse projeto de liberdade que destoava com aquele encaminhado pelo Estado via política. No terceiro capítulo, “*Abolição sem abolicionismo*”, foram analisadas as crônicas de Machado de Assis que compreendem sua militância em favor da Abolição; porém, não como estava se concretizando via política no Parlamento. O intelectual vislumbrava outras ideias e formas da concessão da liberdade para os escravos diferente da preconizada pelo Estado.

1 OS DIÁLOGOS COM MACHADO DE ASSIS

Ao acertar contas com o seu presente, a crônica terá assim como uma de suas marcas esse caráter de intervenção na realidade, com a qual interagia à moda de uma senhora brincalhona. Longe de refletir ou espelhar alguma realidade, ela tentava analisá-la e transformá-la – valendo-se, para isso, de um tom leve, que atraísse o leitor, e da penetração social das folhas nas quais eram publicadas⁷.

Joaquim Maria Machado de Assis foi um escritor e intelectual com uma sagacidade de captar e modificar os aspectos mais variados da sociedade na qual vivia através da literatura. Suas obras chamavam atenção para os detalhes dos personagens que traziam em si um debate crítico sobre os acontecimentos do cotidiano. Sabia como poucos atrair os leitores pela leveza, sutileza e simplicidade de suas narrativas sem perder com isso o rigor e a seriedade crítica frente aos eventos - mesmo de modo irônico e cômico em alguns casos.

As crônicas que este autor escrevia tiveram um papel importante quanto ao aumento das tiragens dos jornais as quais estavam vinculadas que, por sua vez, atingia um número considerável de leitores os quais buscavam não apenas informações como também as discussões e entretenimentos oferecidos pelo cotidiano do homem comum⁸. O atrativo residia no fato das narrativas estarem muito presentes na vida das pessoas; as coisas comuns - do dia a dia - eram elencadas nos temas das crônicas que aproximavam o autor e o leitor.

Este intelectual foi um grande cronista de seu período, além de poeta, romancista e crítico. Trabalhou como escritor em diversos jornais – aproximadamente quatorze jornais cariocas⁹. Seus temas e dilemas permeavam a sociedade fluminense como as mulheres, a política, as classes sociais, a ciência, as mudanças urbanas que ocorriam e, objeto delimitado por esta dissertação, a Abolição da escravidão.

⁷ CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Sousa e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs). *História em cousas miúdas*. Campinas, SP: Editora Unicampi, 2005, p. 14.

⁸ Para melhor compreender o desenvolvimento da imprensa e a importâncias das crônicas, recomenda-se a leitura de RAMOS. Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas “balas de estalo” de Machado de Assis*. 2010. [s.n.]. Tese (Tese de doutorado). Faculdade de história, IFCH, UEC, Campinas, 2010; ; CÂNDIDO, Antônio et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: editora da UNICAMPI; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992; BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa. Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

⁹ Para conferir, acessar Academia Brasileira de Letras. Machado de Assis. Disponível em: <http://www.machadodeassis.org.br>. Acessado em 12 Dez. 2018.

Longe de estabelecer uma forma única de interpretação sobre Machado de Assis, buscou-se aqui destacar alguns pontos teóricos e metodológicos importantes a fim de não incorrer numa análise histórica simplista ou minorada da obra em questão que demonstrava uma complexa narrativa, haja vista a turbulência da sociedade que se transformara rapidamente – fato inerente a modernidade que se apresentara – e pela própria literatura da qual o autor participava na “construção” de uma literatura brasileira. Para tal intento, foram selecionadas duas chaves interpretativas, a saber: a relação história e literatura – reconhecendo a importância desta na construção do conhecimento histórico – e as formas de pensar o Brasil e o “instinto de nacionalidade” machadiano – compreender algumas interpretações sobre o Brasil no final do século XIX e a maneira de Machado de Assis dentro desse contexto.

1.1 A relação história e literatura.

Mesmo que de forma breve, é importante destacar a importância para o historiador reconhecer na literatura uma possibilidade de construção histórica - entre diversas formas - sobre um fato, acontecimento ou cultura historicamente localizados, isto é, ela pode não ser uma narrativa exata de um evento; mas, por outro lado, possibilita identificar os componentes sociais, culturais, econômicos, políticos que conflitavam na construção literária.

Há artigos acadêmicos, como Borges (2010)¹⁰ que fazem essa reflexão sobre o uso da literatura pela historiografia. Eles trazem à tona o reconhecimento dessa arte como um agente ativo social que produz sentido, ideias e culturas em espaços situados e vinculados ao seu tempo. Pelo fato de uma poesia ou romance, por exemplo, serem construídos em um período histórico e não em outro, logo não estaria isento da ação de seu tempo e espaço, ou seja, o que foi escrito num determinado lugar em algum tempo ele traria consigo as marcas, os elementos culturais e sociais de seu tempo quando foi produzido.

Borges (2010) aponta categoricamente para as “marcas” ou elementos representativos contidos em um determinado texto literário:

No universo amplo dos bens culturais, a expressão literária pode ser tomada como uma forma de representação social e histórica, sendo testemunha excepcional de uma época, pois um produto sociocultural, um fato estético e histórico, que

¹⁰ Ver: BORGES, Valdeci Rezende. *História e literatura: Algumas considerações*. Revista de teoria da história, Goiânia: ano 1, número 3, junho/2010, p. 94-109. Disponível em: <<http://www.revistadeteoria.historia.ufg.br/p/1273-n-03-jun-2010>>. Acessado em 12 Out. 2018.; CHALHOUB, Sidney, PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *A história contada. Capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1998.

representa as experiências humanas, os hábitos, as atitudes, os sentimentos, as criações, os pensamentos, as práticas, as inquietações, as expectativas, as esperanças, os sonhos e as questões diversas que movimentam e circulam em cada sociedade e tempo histórico¹¹.

O autor entende a literatura como uma forma de expressão artística da sociedade possuidora de historicidade e como fonte documental para a construção do conhecimento histórico¹². Ele reconhece ainda que a literatura registra e expressa aspectos múltiplos e diversificados do campo social ao qual o autor está inserido¹³. Convém se atentar a que tudo o que se escreve deve ser entendido como um olhar selecionado do escritor; que por isso é muito importante o historiador problematizar, questionar e fazer as indagações coerentes ao próprio texto - tal como “quem escreveu”, “quando escreveu”, “para qual público escreveu”, “sob que circunstâncias escreveu”, ou seja, que se faça uma investigação histórica como em qualquer fonte histórica que se utiliza. Borges também afirma que esse posicionamento do historiador é importante, entre outras razões, porque os textos trazem consigo algo que está além das linhas escritas: a intencionalidade do autor.

Defendendo a utilização da literatura como fonte histórica, Chalhoub e Pereira (1998)¹⁴ deixam claro dois pontos que, de certa forma, “encorajam” a exploração das obras literárias produzidas a fim de construir um conhecimento histórico:

I - Diz respeito a um pressuposto materialista de análise. A literatura não pode ser compreendida como algo transcendente à realidade ou mesma autônoma em relação a ela. A “*ideia da inexplicabilidade*” que resultaria numa atividade de “*criadores singulares atemporais*” é encarada como um problema histórico¹⁵;

II - A postura do historiador. Deve-se dialogar com a literatura ao mesmo tempo historicizá-la, pois deve inseri-la no movimento da sociedade, investigar suas redes de interlocuções sociais, entender a forma como se constrói ou representa sua relação com a realidade social, ou seja, é preciso “[...] desnudar o rei, tomar a literatura sem reverências, sem reducionismos estéticos, dessacralizá-la, submetê-la ao interrogatório sistemático que é uma obrigação do nosso ofício”¹⁶.

¹¹BORGES, Valdeci Rezende. Op.cit.

¹²Idem, 99.

¹³Idem, p. 98

¹⁴CHALHOUB, Sidney, PEREIRA, Leonardo . Op. Cit. p.9.

¹⁵Idem, p.12.

¹⁶Idem, p. 12-13

Essa postura dos organizadores trás à tona uma discussão muito comum para a historiografia que é o cuidado com o “testemunho” histórico. Não deve ser entendido aquele fato histórico contido na literatura em geral – o que interessa aqui – como testemunho de algo inquestionável, mas como uma possibilidade de construção e interpretação de uma realidade.

Esse problema foi exposto, num momento oportuno, quando a pesquisadora de literatura Ligia Cardematori, criticou a obra dos organizadores acima, alegando que ela apresentava “*uma problemática demasiada ao colocar os autores estudados como fruto de seu espaço e tempo identificado*”¹⁷. Para a autora, mas que os fatos históricos presentes nas obras, como Machado de Assis, o importante é a narrativa relativa dos autores. Por isso, classifica a obra como “narcisista”.

A resposta veio publicada no mesmo jornal no dia 20 de setembro do ano corrente¹⁸. Os organizadores Chalhoub e Pereira rechaçaram a postura da pesquisadora Cardematori alegando que a mesma apresentava os escritores estudados na obra como uma “*arquitetura da humanidade*”, fechando os olhos para outras possíveis interpretações literárias e desqualificando os autores componentes da obra, alegando que estes simplesmente “*apresentavam a literatura como reflexo da realidade*”¹⁹. A obra dos organizadores apresentava, segundo eles, uma história viva, itinerante e não como “testemunho” inquestionável; destacando o papel desenvolvido pelo ofício de historiador de apresentar outras possibilidades de interpretações da literatura e da própria história contida nela.

O discurso literário resulta de uma reflexão e se constitui em uma mediação social, tal como o discurso histórico. Daí ser possível através das técnicas de expressão literária, tais como os modos de narrar e construir pontos de vista, poder se revelar a história. História e literatura podem dialogar-se entre si de forma complementar no processo de construção do conhecimento. Através de uma narrativa poética, por exemplo, podem surgir elementos plausíveis de uma determinada realidade histórica. Walter Benjamin²⁰ já utilizara da própria literatura, das poesias de Baudelaire precisamente, para captar e refletir certas características da própria modernidade observada pelo poeta. As angústias e sentimentos expostos com

¹⁷ Essa discussão foi publicada nos dias 30 de agosto e 20 de setembro do ano de 1998 no jornal “*Correio Braziliense*”. Disponível em: <<https://www.cecult.ifch.unicamp.br/pf-cecult/public-files/publicacoes/116/historiacontada-ligia-cademartori.pdf>>. Acessado em 12 Out. 2018.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Idem.

²⁰ BENJAMIM, Walter. *A Paris do segundo império em Baudelaire*. In: KOTHE, Flávio. *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1991.

detalhes peculiares na obra do francês permitiram compreender uma parte, de várias possíveis, da realidade histórica atribuída ao tempo de uma modernidade localizada. Isso demonstra o quão frutífero pode ser para o historiador dialogar com a literatura, utilizando-a como mediadora da produção do conhecimento histórico.

1.2 Pensando o Brasil e o “Instinto de Nacionalidade” de Machado de Assis.

1.2.1 “Usos” das ideias pelos intelectuais.

O século XIX foi um tempo muito rico para o historiador que se dedicou a estudar a circulação de ideias, aos grupos de intelectuais, à relação dialógica entre indivíduo e sociedade na formação da cultura e de pensamento. Dentre outras formas de construir um saber histórico, ajudou aqui - para analisar e compreender essa produção- uma abordagem histórica intelectual, ou campo da história intelectual, que é uma ferramenta importante que ajuda a entender a produção intelectual – teatro, linguagem, livro, jornalismo, ciência, crônicas etc. – e seu ambiente de construção. Entende-se aqui que esse campo da história “Não se trataria mais de uma história de ideias, desencarnadas, que existem por si, mas de ideias relacionadas a um determinado contexto”²¹. Trata-se de um campo preocupado mais com as ideias articulado com as condições externas, “com a vida do povo que é seu portador²²”. Essa abordagem foi fundamental para situar Machado de Assis e se aproximar da compreensão que tinha sobre o Brasil para então entender suas posições críticas frente ao processo de Abolição da escravidão que presenciara.

As ideias não são neutras ou impessoais; tem suas origens na percepção do indivíduo em relação ao espaço, tempo, à sociedade e sociedades distintas - de fato, elas estão interligadas com a sua contemporaneidade. O homem interage em seu meio e vice-versa. Dessa forma, entender a produção delas propicia a compreensão de um contexto histórico em que o intelectual²³ está inserido e as formas de produção e circulação do conhecimento.

²¹ SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Apresentação*. In: _____.(org.). *História intelectual latino-americana: itinerários, debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO, 2016, p.11.

²² Idem.

²³ O intelectual é aquele capaz de produzir significados com a finalidade de intervir na sociedade. Ver MAYERS, Jorge. *Músicas distantes. Algumas notas sobre a história intelectual hoje: horizontes velhos e novos, perspectivas que se abrem*. In: SÁ, Maria Elisa Noronha de.(org.). *História intelectual latino-americana: itinerários, debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO, 2016.

No universo de produção intelectual no século XIX, as décadas finais foram fundamentais para compreender melhor este período; pois, fundamental aqui, são os intelectuais formadores de opinião – escritores, jornalistas, romancistas etc. – que pensavam sobre o Brasil e procuravam atingir ou transformar a sociedade a partir de suas ideias engendradas na realidade que os cercavam. Como exemplo, a geração de 1870 ajudou muito na tentativa de, pelo menos, esboçar um pouco da realidade brasileira e as ideias sobre um Brasil possível para seus respectivos intelectuais.

Essa geração, chamada por Romero (1878) de “um bando de ideias novas²⁴”, caracterizou-se pela gama de intelectuais marcado pela diversidade de ideias e ações na sociedade que ansiavam por mudanças no Brasil. O contexto, de produção e circulação de ideias, percebido é diverso visto as transformações que estavam ocorrendo como a urbanização dentro do projeto modernizante, a questão da Abolição da escravidão – culminando com as leis emancipacionistas do ventre livre de 1871 e da lei sexagenário de 1885 – e o desgaste do próprio poder da monarquia²⁵. Havia uma efervescência social que demandava alterações de cunho político, econômico e cultural, tendo cada intelectual se posicionando sobre diversos assuntos públicos pertinentes aos anseios da sociedade.

Um intelectual, para salientar, não é aquele que apenas domina a arte do conhecimento das letras; é aquele que possui atributos capazes de produzir ações, como os intelectuais da geração de 1870. Por isso é conhecido como uma “elite” tipicamente letrada em que “[...] sua condição de elite deriva de seu nível de especialização nos recursos simbólicos necessários para produzir um discurso douto sobre qualquer atividade ou experiência humana”²⁶. A condição de intelectual, independente de atividade profissional; está condicionada “pela intervenção desses produtos ou elaborações reflexivas sobre assuntos públicos... ele atua concretamente no ambiente cultural e no processo de elaboração de conhecimentos nas sociedades onde vive”²⁷.

²⁴ ROMERO, Silvio apudSCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil -1870-1930*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

²⁵ SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil -1870-1930*. São Paulo: Companhia das letras, 1993, p. 24-25.

²⁶ MYERS, Jorge. *Músicas distantes. Algumas notas sobre a história intelectual hoje: horizontes velhos e novos, perspectivas que se abrem*. In: SÁ, Maria Eliza Noronha de (org.). *História intelectual latino-americana: itinerários, debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016, p.25.

²⁷ WASSERMAN, Claudia. *História intelectual: origens e abordagens*. Revista Tempos Históricos, vol.19, 1º semestre de 2015, p.64.

O Brasil estava passando por questões fundamentais que transformavam os espaços sociais, bem como a maneira de entender e interpretar a realidade. A modernidade, o cientificismo, a Abolição da escravidão, o projeto liberal de um capitalismo desenvolvido em países como a Inglaterra, a França ou Estados Unidos ecoavam sobre o país, nos seus espaços físicos, bem como no simbolismo de seus habitantes que interagiam com essas novidades. Os símbolos, significados e os discursos foram desenvolvidos pelos intelectuais locais que projetavam uma forma de interpretar o Brasil ou um desejo de nação brasileira. Muitas ideias foram importadas dos centros do capitalismo no exterior; porém, não de forma incólume, íntegra, sem “arranhões” em sua originalidade. As ideias foram apropriadas, ressignificadas de acordo com as demandas ou afeições dos intelectuais que delas se utilizaram para pensar uma nova realidade.

A inter-relação das ideias²⁸ coexistiu com o momento de turbulências no Brasil monárquico no final do século XIX. A precariedade e a marginalidade gerada pelo regime serviram de combustível para as ações dos intelectuais que buscavam propagar a sua visão de mundo que questionavam os problemas que afligiam a sociedade. Dessa forma, não foram poucas as ideias e as lutas por um símbolo que melhor identificasse as causas, ou seja, antes mesmo de uma ação política que trouxesse alguma mudança, a questão simbólica da mudança foi travada no âmbito intelectual. Simplificando:

As questões brasileiras foram pensadas através do arsenal de ideias novas. Por meio de outros conceitos ou semântica, as formações discursivas foram renovadas para subverter o sentido romântico-liberal-hierárquico do Império. A linguagem cientificista por todos empregada modelou novos símbolos. [...] Com isso a rua foi ressignificada. *Meetings*, imagens, efeitos de retórica, formações discursivas, ilustrações e até mesmo as repressão policial foram elementos ótimos para afetar os olhos, os ouvidos e a emoção, sendo, por isso, fatores eficazes na desintegração do regime [...] que impregnou as mentes num simbolismo renovado²⁹.

Os intelectuais, em grande parte, estavam marginalizados ou de fora do sistema de privilégio - do patriarcado praticado pela monarquia e da própria política - a classe intelectual viu nesse contexto uma forma de repensar a realidade e de propor suas ideias no campo do debate e do cientificismo através da divulgação por meio da literatura, dos jornais, do humor, das crônicas folhetinesca, da ficção. Procuravam se expressar nestas produções através de associações, conferências, imprensa, livrarias, clubes, mobilizações populares etc.³⁰

²⁸ Sobre essas inter-relações de ideias ou cruzamento delas ver o artigo sobre “transferência de saberes”: RODRIGUES, Helenice. *Transferência de saberes: modalidades e possibilidades*. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 53, p. 203-225, jul./dez. 2010. Editora UFPR.

²⁹ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora EDUR, 2007, p.11.

³⁰ Idem. p.11-12.

Para a “construção” de um país civilizado, em comparação com os centros cosmopolitas como Paris e Londres, alguns atributos foram reivindicados pela classe letrada como fundamental para se atingir a modernidade: a “civilização”, “modernização” e o “cientificismo” estiveram entre os preceitos mais proclamados que serviriam de orientação ideológica para os projetos de Brasil. Havia uma crença ou otimismo em relação a isso de tal forma que era grande, por exemplo, o número de conferências que aglutinavam intelectuais de diversas correntes, inclusive o próprio imperador D. Pedro II participava de alguns deles³¹ para debater temas variados – política, economia, literatura, ciência, Darwinismo etc. - sob tais preceitos. Essa “febre” foi chamada, pelo jornal *Gazeta de Notícias*, de “conferênciomania³²”.

Civilização e progresso eram palavras recorrentes entre os letrados no final do século XIX. Para se chegar à modernidade, tendo como referência a Europa e Estados Unidos, era preciso “civilizar” – ou educar a população – para atingir o progresso estimulado pelo capitalismo e o padrão de vida burguês desenvolvido em seu seio: era preciso igualar-se às nações civilizadas. Para isso, a ideia era “educar”, através da ciência, a população -inclusive aos escravos que viriam a ser libertados com a possível Abolição da escravidão:

[...] O republicanismo, o abolicionismo, o positivismo e a valorização de uma cultura burguesa, presentes de modo cada vez mais crescente na sociedade, sinalizavam para a necessidade de civilizar e educar a população. Com a relação à Abolição, a percepção de que a escravidão estava com os dias contados ampliava a necessidade de civilizar aqueles bárbaros que em breve sairia do cativeiro³³.

Se havia, por um lado, o desejo de mudanças razoavelmente semelhantes entre os intelectuais sob os símbolos da civilização e modernização - que orientavam uma prática política -, por outro não se deve compartimentar os autores de acordo com uma corrente de pensamento europeia adotada, como se a recepção entre eles ocorresse de da mesma forma ou padronizada, isto é, incorre no erro em rotulá-los de acordo com as ideias e deixar de lado a relação individual do autor com elas.

Os valores culturais, as ideias, os símbolos, oriundos de uma cultura estrangeira, quando chegam a uma nação diferente da qual foi gerada a sua originalidade ou “seu contexto

³¹ CARVALHO, José Murilo de. *As conferências radicais do Rio de Janeiro: Novo espaço de debate*. In: _____.(org.). *Nação e cidadania no Império: Novos horizontes*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2007, p.33.

³² CARULA, Karoline. *Darwinismo, raça e gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)*. 2012. 311 p. Tese (Doutorado em História). Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, USP, São Paulo, 2012, p. 1-9.

³³ Idem, p. 40.

histórico” de produção e circulação não os acompanham necessariamente quando chegasse a outras realidades. As ideias, por exemplo, ao atravessarem as fronteiras de sua própria produção vão se transformar de acordo com sua recepção no local chegada; a transposição de espaço e a interação de culturas distintas serão fatores cruciais para uma ressignificação, revalorização das mesmas³⁴.

Partindo dessa análise, os intelectuais da geração de 1870 não devem ser compreendidos como meros imitadores de ideias estrangeiras e divididos em corrente de pensamentos adotados. Essa forma de conceber esses pensadores é errônea e remete a uma forma acrítica de analisar suas atuações e, principalmente, sua especificidade histórica em relação às ideias que tomavam contato. A questão da recepção individual e contextualizada – movimento de duas vias entre o interno e o fator externo – ficou evidente nas palavras de Alonso (2002):

Outro pressuposto comum a várias interpretações do movimento intelectual da geração de 1870 é a adoção acrítica das auto-definições de seus agentes. As categorias de partidários da própria luta doutrinária - como Silvio Romero – viraram conceitos para nomear e classificar o movimento intelectual. Categorias como “darwinismo”, “positivismo” “spencearismo”, “liberalismo” sofreram apropriações, redefinições, usos políticos. Isto é evidente nas polemicas entre facções: termos como “positivistas laffittistas”, “darwinistas” e “spencerianos”, “liberais” e “conservadores” foram criadas nas controvérsias³⁵.

O abolicionismo também foi um tema recorrente entre os intelectuais no final do século XIX. Se, como destacou Alonso (2002), um pensamento não conseguia manter uma homogeneidade sobre os temas de modernidade, cientificismo entre os intelectuais, o mesmo não foi diferente na questão da Abolição da escravidão. Acabar com ela era uma questão de civilidade, ser moderno e diminuiria a distância dos países ditos “civilizados” em que a instituição não existia mais. Porém, a forma e o momento de findar o sistema escravista não foi um consenso entre a classe intelectual.

Para além da questão econômica e a defesa antiabolicionista dos proprietários de escravos, um caso peculiar de defender a escravidão foi o escritor e romancista José de Alencar³⁶, por exemplo, que tinha uma ideia de certa forma conservadora em que acreditava não ser o momento de terminar. Não era contra o fim da instituição; mas como deveria ocorrer é que foi um tanto controverso sob a ótica dos abolicionistas. Seu ponto de vista sustentava

³⁴ RODRIGUES, Helenice. *Transferência de saberes: modalidades e possibilidades*. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 53, p. 203-225, jul./dez. 2010. Editora UFPR.

³⁵ ALONSO, Ângela. *Ideias em movimentos – A geração de 1870 na crise do Brasil - Império*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2002, p. 31-32.

³⁶ PARRON, Tâmis. *José de Alencar: cartas a favor da escravidão*. São Paulo: Hedra, 2008.

que a instituição escravocrata ainda não tinha cumprido seu papel civilizador. Seu argumento fundamentava-se numa noção de civilização e evolução da raça humana³⁷. Para ele, não era o momento de libertar os escravos, pois a escravidão era muito recente e não havia ainda cumprido seu papel civilizador. O autor recorre às sociedades antigas – Grécia, Roma – para demonstrar o sentido de evolução da raça humana através da escravidão. Esta moraliza e instrui os povos menos evoluídos por meio do trabalho³⁸. As ideias de civilização, evolução, modernidade foram ressignificadas por José de Alencar para defender a manutenção da escravidão, uma vez que os cativos ainda não estavam “preparados” para gozar da liberdade.

Entre os intelectuais defensores da Abolição a heterogeneidade de ideias foi muito marcante. Fernandes (2014)³⁹ delineou as características de alguns intelectuais que atuavam nos jornais abolicionistas aos quais estavam vinculados. Para o autor, cada intelectual defendeu sua forma de Abolição e uma solução da questão servil para o país. Joaquim Nabuco, por exemplo, denunciava os donos de escravos que insistiam num regime repudiado pelos povos civilizados. Porém, segundo Machado (2014) sua preocupação era mais com a imagem do Brasil no exterior que com os próprios negros⁴⁰. Lopes Trovão dirigia o jornal abolicionista “*O Combate*” e estava preocupado com um possível caos social. Apresentava-se como um defensor das causas antiescravista, responsabilizava a monarquia pela preservação da escravidão e ansiava por uma solução pacífica e razoável que impedisse a “*queda da lavoura e efusão de sangue*”⁴¹. José do Patrocínio, um dos principais abolicionistas – inclusive foi presidente da confederação abolicionista no Rio de Janeiro – teve uma atuação ambígua e contraditória compreendida pelo autor⁴². Esta atuação o assemelhava, de certa maneira, ao conjunto da intelectualidade brasileira. Ele encarnava o típico liberal do século XIX que, para Machado (2014), podia ser analisado por dois referenciais: O paternalismo – seus textos de caráter sentimental a respeito do escravo com intuito de conseguir adesão popular – e o reformismo – comportamento com receio de uma ruptura radical, moderado nos jornais sobre as notícias de fugas, revoltas escravas etc.⁴³

³⁷Idem, p.23-24.

³⁸Idem.

³⁹MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados. José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: editora UFF, 2014.

⁴⁰Idem, p. 132.

⁴¹Idem, p.133.

⁴²Idem, p.17.

⁴³ Idem.

Procurou-se por enquanto destacar o papel de agente histórico desenvolvido pelos intelectuais durante o período em que se aproximava a Abolição da escravidão e a diversidade de ideias produzidas de acordo com a visão ou percepção de mundo de cada intelectual. Cabe, nesse momento, ressaltar que os escritores, como Machado de Assis, atuavam ativamente na construção das ideias, na transformação da cultura, na formação de opinião através de seus textos que levavam elementos simbólicos, de comunicação e linguagem. A produção cultural não é neutra, trás consigo referências das relações sociais desenvolvidas e de poder de uma determinada sociedade historicamente identificada; logo, configurava-se o combate pelas ideias.

Nesse contexto brasileiro, de ideias distintas de realidade, de propostas diferentes e críticas contundentes é que se encontrara o intelectual Machado de Assis. Assim como outros pensadores, tinha uma forma particular de compreender seu contexto histórico e nele intervir de acordo com suas “ferramentas” disponíveis; dentre elas seus textos ficcionais edificado sob a forma de crônicas que aqui mais interessa. Suas histórias “inventadas” partiam da relação do autor com a sociedade que observara. A Abolição foi um tema recorrente em seus textos irônicos, às vezes ríspidos ou jocosos, em que a assistia como estava sendo conduzida, de uma forma diferente a qual o próprio Machado de Assis idealizava. A percepção de liberdade que o autor esperava não se constituiu na Abolição concretizada em maio de 1888. Isso ficou claro nas crônicas analisadas neste trabalho.

O que interessa, a priori, é compreender a particularidade de interpretação de Machado de Assis sobre a Abolição que não se concretizou aparentemente em suas análises - típicas de um intelectual capaz de ressignificar os sentidos, ideias, símbolos ou conceitos para atender sua percepção de mundo. O texto “*Instinto de Nacionalidade*”⁴⁴ é a forma deste autor pensar o Brasil. Entorno dessa visão de mundo que se configurou sua peculiaridade de análises sobre os fatos que estavam ocorrendo, condensando assim suas críticas acerca da Abolição. Essa forma machadiana de pensar a realidade e a Abolição que interessa neste instante.

Como pensador Machado de Assis escreveu bastante em seu tempo, pois estava atento às ideias que circulavam na cidade e no âmbito intelectual⁴⁵; porém, tentar situar o escritor em alguma corrente de pensamento, como defensor intransigente de uma ideia tipicamente moderna não é uma tarefa simples. Isso porque deve ser compreendido como um

⁴⁴ BAPTISTA, Abel Barros. A formação do nome. Duas interrogações sobre Machado de Assis. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003, p.45.

⁴⁵ ALONSO, Ângela. Op. Cit. p.21.

intelectual que modifica e dá novos significados às ideias de acordo com sua liberdade crítica que fluíam através de uma literatura viva, sólida e preocupada com a realidade em seu contexto histórico.

Tentar compreender Machado de Assis por meio de “categorias” ou “chaves interpretativas” que o classifique como um pensador que “adote” uma ideia pode incorrer num erro de interpretação histórica. Como disse o próprio cronista “*Nem tudo é claro na vida ou nos livros*”⁴⁶; logo, reduzir o estilo ou as obras em categorias rígidas de pensamento é um problema que tem que ser lidado. Para amenizar o desafio de aproximar de uma compreensão sobre Machado de Assis e sua produção literária segue-se a sugestão de focar no “sujeito”⁴⁷ como prisma para observar os aspectos peculiares do autor, haja vista a relação individual com o conhecimento.

Numa tentativa de categorizar Machado de Assis, Schwarz (2000)⁴⁸ o analisa como um escritor moderno, liberal, atento às novidades europeias no campo intelectual em que sua produção literária se chocava com as contradições de um sistema conservador, paternalista onde as relações de classe se desenvolviam numa questão de dependência. Desta forma, a produção e circulação de ideias modernas e liberais do escritor se chocavam com sua realidade por estar descolada dela. Nas palavras de Schwarz (2000), eram ideias fora do lugar⁴⁹. Porém, não se pode retirar o intelectual e as ideias de seu espaço ou contexto histórico. Nesse raciocínio, contrapõe-se a essapropostaem Franco (1976)⁵⁰. Não se pode compreender a circulação das ideias determinado no dualismo “metrópole e periferia”, ou “burgueses liberais modernos europeus e rústicos senhores brasileiros”⁵¹. Essa dualidade não faz sentido devido à complexidade da recepção das ideias estrangeiras em que o local e suas especificidades viabilizam a ressignificação das ideias de acordo com a realidade brasileira. Desta forma, as ideias não estão desvinculado do contexto em que circula de modo que se

⁴⁶ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Dom Casmurro*. São Paulo: Klick editora, 1997. p.147.

⁴⁷ PALTÍ, Elías. *Espelho vazio: representação, subjetividade e história em Machado de Assis*. In: Estudos de teoria literária, revista digital, arte, letras y humanidades, marzo, 2014, año 3, nº5. Disponível em: <<https://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/etl/article/view/854>>. Acessado em 28 Jan.2019.

⁴⁸ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 34 ° ed., 2000, p.9-32.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. “*As ideias estão no lugar*”. In: Caderno Debates, São Paulo, nº1, 1976.

⁵¹ Idem.

ajustam a realidade brasileira, ou seja, “as ideias estão no lugar”⁵² e retirar Machado de Assis de sua sociedade historicamente identificada - que foi o foco de suas crônicas - incorre num erro historiográfico.

Os intelectuais são responsáveis pela produção e circulação das ideias e tem certo grau de autonomia prático em relação com os pensamentos que estão dialogando, mas precisam ser relativizados quanto a sua relação com a sociedade⁵³. Isso quer dizer que por mais que seja atraente – talvez pela facilidade de compreensão – transpor uma ideia sem alterações na sua originalidade não há como garantir sua integridade em seu novo local de circulação; uma pela autonomia do intelectual e, outra, pela apropriação ou recusa de acordo com a relação estabelecida entre este e a sociedade em que está situado.

Veríssimo (1963)⁵⁴ caracterizou Machado de Assis como o mais nacionalista pelo fato de suas histórias serem produzidas a partir de seu ambiente social, a cidade do Rio de Janeiro. Os bondes, os teatros, as pessoas, os políticos, ou seja, as personagens do cotidiano do escritor ganhavam vida em suas obras fictícias para descrever o Brasil. Porém, mesmo com essas qualidades brasileiras ainda assim é difícil categorizar o escritor. Apesar do local e o contexto brasileiro é difícil dizer que Machado era nacionalista – não que ele deixe de lado os temas nacionais, afinal fundou a Academia Brasileira de Letras. Ele até defendia os temas nacionais, mas não como as propostas do romantismo e seu nacionalismo exaltado.

As ideias liberais, modernas, nacionais relacionadas a Machado de Assis que foram apresentadas aqui são importantes; entretanto, são mais ainda como o autor se relacionava com elas. Sendo um intelectual, gozava de liberdade crítica para desenvolver suas opiniões com intuito de transformação do espaço público. O “instinto de nacionalidade” foi a forma como Machado de Assis pensava o Brasil articulando o arcabouço teórico disponível em seu momento histórico, ou seja, as ideias eram acomodadas de acordo com a intenção do escritor. Não as desprezava e nem as imitava; manipulavam-nas de maneira crítica de modo que ajudavam a entender e pensar um país melhor que estava se transformando; por isso não faz sentido categorizar o autor. Essa postura crítica do autor, com o instinto de nacionalidade, foi que Machado de Assis refletia e escrevia sobre a Abolição da escravidão – a literatura era o instrumento de crítica que dispunha no momento.

⁵² Idem.

⁵³ WASSERMAM, Claudia. *Op. Cit.* p.68.

⁵⁴ VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. Brasília: editora universidade de Brasília, 1963, p. 181-191.

1.2.2 O “Instinto de Nacionalidade”: a forma machadiana de pensar o Brasil.

O intelectual deve ser compreendido em conformidade com a relação desenvolvida no meio social em que vive e que produz conhecimento. Focado numa perspectiva de “sujeito”⁵⁵, fica explícito que as ideias ou culturas externas são mobilizadas de acordo com as percepções, apreensões e demandas do próprio intelectual situado em seu contexto histórico. Dessa forma, as ideias não funcionam como uma “camisa de força” que aprisiona o pensador, mas como um estímulo que impulsiona a reflexão e a ação de acordo com a realidade apreendida pelo autor que provoca nele a inquietação.

Dentro de uma relação entre sujeito, sociedade e conhecimento que Machado de Assis buscava interpretar o Brasil a sua maneira através da literatura. Não se prendia a uma bandeira que o categorizava em um estilo, ideia ou grupo. Por isso foi acusado por seus intérpretes pela “falta de engajamento”⁵⁶ nas causas brasileiras, localistas dando-lhe uma “roupagem” de branco fino, alheio a sua própria mestiçagens e as peculiaridades vivas da cidade em que vivia⁵⁷.

Tanto a acusação de Freyre (1955) como a defesa de um Machado de Assis mais nacional de Veríssimo (1963) não condizem com a capacidade criativa do intelectual que manipula os bens simbólicos para produzir sentidos de acordo com sua percepção de mundo. E foi essa lucidez de interpretação que se cristalizou no “Instinto de Nacionalidade” machadiano que emergiu como crítica ao nacionalismo romântico ao qual o autor viveu durante sua carreira como escritor.

A questão do nacionalismo, com a qual Machado de Assis e seus críticos lidaram, não foi um caso isolado do Brasil, pois nos países vizinhos essa ideia foi o pivô de intensos debates. Por exemplo, na Argentina – início do século XIX - durante o período de expansões, a conquista de territórios vinha acompanhada de uma ideia de nação necessária para o desenvolvimento do país⁵⁸. Uma vez definido a independência política em relação à metrópole espanhola havia uma necessidade de determinar os limites de fronteiras em lugares hostis, geralmente por questões geográficas ou pela animosidade dos indígenas. As

⁵⁵ PALT, Elias. *Op. Cit.*

⁵⁶ FREYRE, Gilberto. *Reinterpretando José de Alencar*. Rio de Janeiro: ministério da Educação nacional, 1955, p.9.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ GONZALEZ, Alessandra S. *Fundando a nação a partir do deserto: relações entre Estado argentino e grupos indígenas no pré-expansão territorial*. In: SÁ, Maria Eliza Noronha de (org.). *História intelectual latino-americana: itinerários, debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016, p.178.

dificuldades deveriam ser superadas e as ideias de “fundar uma nação a partir do deserto”⁵⁹, metáfora para espaços vazios que deveriam ser conquistados, impunham um dilema aos intelectuais – a construção de um imaginário para o projeto político do Estado argentino.

Quanto ao Brasil, o nacionalismo teve suas particularidades inerentes às transformações históricas. As questões de brasilidade, do ser brasileiro e de uma literatura brasileira foram marcas intrínsecas das mudanças políticas que passou o país. Surge nesse contexto o “romantismo” no Brasil. Machado de Assis, obviamente, vivenciou seu desenvolvimento, mas nem por isso se tornou característica fundamental de seus textos. Por outro lado, contribuiu para ajudar a despertar seu senso crítico literário que muito lhe foi peculiar. O que se pode destacar nesse instante é a discussão do “projeto romântico” para a literatura e como isso contribuiu com a postura crítica machadiana.

O romantismo surgiu dentro do contexto político da emancipação política do Brasil. Após 1822, cresce no Brasil independente o sentimento de nacionalismo que busca o passado histórico, exalta-se a natureza da pátria. Na realidade, características já cultivadas na Europa e que se encaixaram perfeitamente à necessidade brasileira de ofuscar profundas crises sociais, financeiras e econômicas. Nesse período a sociedade “brasileira” passou por diversas turbulências sociais e políticas; a própria autonomia do Brasil em relação a Portugal, o autoritarismo de D. Pedro I que dissolveu assembleia constituinte, a confederação do Equador etc. Tudo carregado de um sentimento “antilusitano”. Foi um ambiente favorável para que se construísse gradativamente um nacionalismo e que por isso tem duplo sentido - o político e o cultural. Assim

A atuação, a um tempo político e intelectual dos românticos, explica-se, portanto, em razão da natureza do próprio esforço em que se engajaram com vistas a criar nações no Brasil e nos resto da América Latina. Estabelecendo uma certa delimitação, mesmo que provisória, pode-se dizer que o primeiro momento, imediatamente posterior à independência da América Latina, é essencialmente político, correspondendo a iniciativa de se criar na região, instituições que desempenhem funções atribuídas ao Estado. Já o segundo, que ocorre em meados do século XIX, é basicamente cultural, realizando-se principalmente mediante a tentativa de fazer com que os habitantes de antigas colônias se identifiquem com as novas nações⁶⁰.

Relacionado à história política do Brasil, o romantismo complementa esta fase através da cultura com o intuito de criar os brasileiros, ou seja, primeiro surge o Estado brasileiro burocrático, independente de Portugal e, num outro momento, foi preciso produzir

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.22.

os leais cidadãos, com o ideal nacional, para que possa existir em si este mesmo Estado⁶¹. É nesse movimento de construção que o nacionalismo segue por dois caminhos que se completam: o primeiro é a criação dos símbolos que estabelecerá identidade comum a seus habitantes; o segundo a invenção das tradições e a crença nelas⁶².

O projeto romântico não foi, a priori, uma ideia simplista de que o recém Estado brasileiro difundiu um projeto - a partir da literatura - para se construir os brasileiros, mas não se pode negar que as atuações dos escritores foram políticas – de modo autônomo, cada um do seu modo – que contribuíram para tal intenção. A literatura serviu, como o autor chamou, para uma emancipação mental, através de um “dialeto político-cultural (o romantismo)”⁶³ que tentava estabelecer a ideia de que brasileiros faziam a sua própria nação.

Foi nesse ambiente histórico que na literatura - com seus intelectuais românticos - insistiu tanto pela questão originária brasileira. Não por acaso o romantismo brasileiro teve como cenário histórico os anos posteriores a independência do Brasil.⁶⁴ A tarefa que se impôs foi a de complementar o projeto político de emancipação através da adoção de uma “nação” em constituição de uma autonomia cultural. Foi nesse clima que se desenvolveu a vontade de criar uma literatura brasileira como também uma historiografia brasileira:

[...] Concomitante e coincidindo com que ocorre na época na Europa no domínio da cultura, em que se assiste a passagem do predomínio das ideias das luzes para as românticas, se passará a contar com o instrumental intelectual mais favorável ao estabelecimento da literatura e historiografia nacionais. De maneira complementar, a elite intelectual do Segundo Reinado, impregnada das ideias românticas, considera que para existir a nação, é preciso que haja literatura e historiografia brasileira⁶⁵.

Cabe frisar aqui que a ideia de nação é muito vaga e complexa, o que exigiria páginas sobre os autores atuais discutindo sobre ela⁶⁶. Por isso, nesse trabalho ater-se-á, de modo simples e por conveniência, à posição dos românticos em buscarem a originalidade brasileira no “local”, que “deixava” no passado as amarras políticas portuguesas europeias a fim de construir uma nação que tivesse sua história surgida das ruínas do sistema colonial.

⁶¹ Idem, p.23.

⁶² Idem.

⁶³ Idem, p.25.

⁶⁴ Idem, p.85.

⁶⁵ Idem, p.86.

⁶⁶ Sobre a temática nação ou nacionalismo cabe a leitura de: ANDERSON, *Benedict. Comunidades Imaginadas*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; HOBBSBAWM, Erick J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Trad. Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Para esse projeto, os românticos se utilizavam da invenção de símbolos - como a temática indígena muito apregoada pelos poetas, que remetia a ideia de “liberdade”, de “nobreza” – tipicamente da cultura brasileira.

Nesse contexto vivenciado por Machado de Assis que se pode observar o papel do intelectual ativo e criativo para com as ideias que se relacionava. Seu crescimento profissional, como escritor e produtor de ideias de seu tempo não o amarrava esteticamente ao modelo em vigência. Sua postura crítica, lúcida e entusiástica o colocava como um escritor defensor da brasilidade literária sem mesmo o prender ao nacionalismo radical de seus antecessores e contemporâneos. Costuma-se “classificar”, “rotular” Machado de Assis dentro de categorias - romantismo ou realismo – que nem ele mesmo acreditava pertencer; isso por que acreditava que tal postura empobrecia o que a literatura poderia produzir com a liberdade que a natureza das coisas lhe imputava. É esse Machado de Assis que aqui interessa.

Corroborando com essa postura crítica machadiana, Baptista (2003)⁶⁷ objetivou o propósito de “libertar a leitura de Machado desse centro persistente de referência à questão da nacionalidade, a fim de criar, como deixei dito no começo, espaço viável para uma leitura renovada de sua obra”⁶⁸. Significa que o autor chamou a atenção para um fato que empobrecia as obras de Machado de Assis, que limitava a criatividade e obstaculizava o processo de criação do autor através da “classificação” ou “rotulação” esquemático dentro de um modelo estabelecido na literatura, como se fosse uma lei. Os posicionamentos tomados - como ser nacional ou não, ter qualidades locais ou não - pelos escritores do período romântico foi um problema que já chamava atenção do próprio Machado de Assis. Para compreender melhor essa postura crítica, um ensaio escrito por ele intitulado “Notícias da atual literatura brasileira – Instinto de Nacionalidade”⁶⁹, escrito em 1873, pode ajudar a entender uma potencialidade de produção literária sem o modelo de “lei” e mais com a liberdade que todo escritor deveria gozar.

Machado de Assis deixa a entender que o tema nacional trouxe muita contribuição à literatura como ainda poderia trazer mais num futuro próximo; no entanto, chama atenção para um “certo instinto de nacionalidade”⁷⁰. Esse “certo instinto” traz uma ideia de estranheza

⁶⁷ BAPTISTA, Abel Barros. *A formação do nome – duas interrogações sobre Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

⁶⁸ Idem, p.17.

⁶⁹ ASSIS, Joaquim Maria Macha de. *Obra completa*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1985. In: BAPTISTA, Abel Barros. *A formação do nome – duas interrogações sobre Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

⁷⁰ Idem, p.50.

que está relacionada ao projeto nacional dos românticos. Como construir uma própria história negando o que ocorrera anteriormente? Essa dúvida é fulcral para entender a extensão legada à literatura requerida por Machado de Assis e que estava sendo relegada. Não se pode negar a história, o legado e começar do nada como se antes nada existisse. Por isso o projeto “nacional” dos românticos é um paradoxo ao qual ele propõe, pelo menos, atenuar. Por isso ele não nega a questão nacional da literatura romântica como também não descarta os seus antecessores, o que contribuíra muito para a literatura brasileira.

Machado de Assis ressaltava as questões do tempo histórico que impõe as exigências do presente. Por isso, sem negar as oposições de seu tempo, não era justo condenar o passado de acordo com os critérios do presente, ou seja, julgar uma literatura não muito moderna o período anterior aos românticos – os acádios – por não serem “nacionais”. A crítica é importante e enriquece a literatura, mas negar a existência é um equívoco. Ele refuta o anacronismo.⁷¹ Desde já, o cronista reivindica o lugar da heterogeneidade literária sob o argumento da “riqueza” e recusa uma tradição literária homogênea proposta, a seu ver, pelo nacionalismo radical.⁷²

No ensaio analisado, a crítica fecunda de Machado de Assis se fez presente e importante para a própria literatura, bem como para os caminhos tipicamente brasileiros que estavam em processo de construção. Ao chamar a atenção para a “riqueza” - que seria a conjunção de variedades ou possibilidades constitutivas da literatura, mais a preocupação com o seu “empobrecimento” e limitações impostas, no entendimento do autor - ele foi categórico por entender que por mais que se queira apagar os rastros de uma história na literatura sempre restariam os vestígios desse passado no próprio espírito humano:

A nova geração chasqueia às vezes do Romantismo. Não se pode exigir da extrema juventude a exata ponderação das coisas; não há impor reflexão ao entusiasmo. De outra sorte, essa geração teria advertido que a extinção de um grande movimento literário não importa a condenação formal e absoluta de tudo o que ele afirmou; alguma coisa entra e fica no pecúlio do espírito humano⁷³.

Em defesa da riqueza da literatura, Machado de Assis recorre ao conceito que ele chama de pecúlio que seria um legado deixado pelo passado que o homem absorveu, ou seja, o novo não surge do nada, mas como origem daquilo que o precede. O antigo e o novo, por mais antagônicos que possa parecer, exercem uma função simbiótica para existirem. Significa

⁷¹ BAPTISTA, Abel Barros. Op. Cit. p. 69.

⁷² Idem, p. 76.

⁷³ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. Op. Cit. p.85.

que para o novo sempre terá como referencia o “velho”, e, este, sempre retornará com a evocação do próprio novo para compará-lo ou mesmo tentar negá-lo. Nesse sentido, o pecúlio ou legado histórico da literatura anterior é uma herança do passado que enriquece a mesma e que, por isso, estaria no espírito humano dos românticos; não estaria fora da constituição do projeto romântico. Negá-la era um erro que empobrecia a literatura. A finalidade de uma literatura heterogênea é enriquecer o pecúlio, pois Machado de Assis também estava pensando no futuro da literatura brasileira que, para ele, estava sempre em processo de construção. Por isso, limitá-la seria o seu definhamento ou extinção do “abono de futuro”⁷⁴ - este que seria os frutos de uma literatura em construção.

Conjugando com os conceitos apresentados por Machado de Assis, um deles em especial chama atenção particular nesse trabalho que, talvez, seja a peça chave para compreender seus textos sem reduzi-los a categorias ou leis literárias: o sentimento íntimo:

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobrecam. O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem de seu tempo e do seu país ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço. Um notável crítico de França, analisando há tempos um escritos escocês, Masson, com muito acerto dizia que do mesmo modo que se podia ser bretão sem falar sempre do tojo, assim Masson era bem escocês, sem dizer palavra do cardo, e explicava o dito acrescentando que havia nele um *scotticismointerior*, diverso e melhor do que se fora apenas superficial⁷⁵.

Analisando o “certo sentimento íntimo” proposto por Machado de Assis, o que se pode esperar do escritor, frente à abundância oferecida pela realidade, pelo local ou mesmo o Brasil, é uma estranheza particular do autor em relação aos seus objetos. Recorre aqui à questão da “interpretação” que é livre e profícua a todo escritor. O sentimento remete a ideia da “crítica”, o que é peculiar a todo intelectual corroborando com a riqueza da literatura brasileira. Dessa forma, para o que se produzia como texto não era preciso aderir à causa extrema nacional, ao estrangeirismo europeu, a leis locais; mas, poder-se-ia usufruir de tudo que cercava o literário sem perder sua marca individual por intermédio desse sentimento íntimo. A crítica é o ponto que mais chama claro em Machado de Assis, pois sua lucidez chamou atenção para as recusas das limitações impostas para a literatura brasileira, contribuindo para a riqueza referida⁷⁶.

A postura assumida por Machada de Assis pode parecer paradoxal; porém, moderna no sentido de apropriação ou recusa da gama literária que o circundava, tanto nacional como

⁷⁴ Idem, p. 46.

⁷⁵ ASSIS, Machado de. Op. Cit. p. 102

⁷⁶BAPTISTA, Abel Barros. Op. Cit. p.106

internacional. A questão central é o que o escritor faria com elas e não o inverso. Ele não retira da tradição europeia qualquer princípio que impeça a literatura brasileira ser ela própria, como também não extrai do Brasil qualquer garantia de nacional, ou seja, rompe com o autoritarismo, com a lei ou paradigmas que limitam o desenvolvimento da própria literatura brasileira.⁷⁷

Reiterando com esta posição crítica de Machado de Assis, Pinha (2012) identifica as tensões nos argumentos machadianos de “apropriação” e “recusa” diante do “Instinto de Nacionalidade” e uma leitura historicizada da literatura⁷⁸. Para ele, esse dois pólos não se destroem mutuamente, o que enriquece o “pecúlio” apregoado por Machado de Assis. Isso depende da decisão de colocar os antigos e modernos numa oposição que finaliza por descartar um e outro, o que tem de mais proveitoso, ou não.⁷⁹ A decisão de Machado de Assis é não superar esse confronto.

Para reforçar, voltemos ao “Instinto de Nacionalidade” escrito por Machado de Assis como ponto fundamental para compreender o autor e sua produção literária. Essa metáfora - título de seu artigo - trazia em seu âmago mais um sentido de busca e menos um “instinto” ou “atitude” como quis enquadrar Coutinho (1968)⁸⁰. Para este, a metáfora conotava um significado mais estável que dispensava interrogá-la. Em se tratando de Machado de Assis, esse tipo de análise pode incorrer em um obstáculo que empobrece o debate.

Coadunando com Baptista (2003), o sentido de “busca” na metáfora “Instinto de Nacionalidade” ganha mais peso pelo fato de que ao longo do artigo vai se delineando a necessidade de uma revisão da literatura brasileira em seu processo de construção. Isso significa que a crítica de Machado de Assis reside no fato da limitação imposta pelos próprios literários que ansiavam por uma literatura mais nacional e independente. Mas não poderia se encerrar pura e simplesmente em parâmetros pré-estabelecidos que designassem como nacional ou não.

Nessa crítica, Machado de Assis não nega a “questão nacional”; mas desloca o foco da questão. Poderia o Brasil produzir uma literatura tipicamente brasileira, independente, mais individual ao mesmo tempo sem perder de foco outras possibilidades, isto, é, o nacional

⁷⁷ Idem, p.108.

⁷⁸ SILVA, Daniel Pinha. *Apropriação e recusa: Machado de Assis e o debate sobre a modernidade brasileira na década de 1870*. 215 f. Tese. Doutorado. PUC-RJ, departamento de história. Rio de Janeiro, 2012, p. 84-85.

⁷⁹ Idem, p. 85.

⁸⁰ COUTINHO, A.apud BAPTISTA, Abel Barros. Op. Cit. p. 48

poderia ser o ponto de partida para os escritores e não o seu fim único. Dessa forma, percebe-se o distanciamento da noção de “nacional” de Machado de Assis em relação a seus antecessores atrelados ao projeto romântico.⁸¹

É importante salientar que Machado de Assis não negava o “nacional” nem o “local” - que ora se confundiam, ora se completavam⁸² - por acreditar que o projeto de construção de uma literatura brasileira se construiria “interrogando” a vida brasileira e os poetas dariam a “fisionomia” própria do pensamento nacional⁸³.

Mais que compreender essa relação de Machado de Assis com a questão nacional o ponto importante é destacar que ao mesmo tempo em que se reconheça e examine tal atributo, ou seja, se reconhece o nacional como força de produção literária, deve-se, por outro lado, examinar se havia as condições históricas de uma nacionalidade literária. Para o cronista o Brasil, o projeto ou “missão patriótica” não eram termos suficientes para garantir a plenitude de uma nacionalidade literária.⁸⁴ Isso implica numa crítica ao próprio limite anteposto pelo projeto romântico nacionalista, ou seja, ao mesmo tempo em que o Brasil, o local ou as coisas brasileiras são fontes caudalosas para a construção de uma literatura independente, ela podia – como estava sendo – ser um estorvo para esse processo. Machado de Assis defendia uma literatura sem limites, sem parâmetros, sem “lei nacional” que regulasse e engessasse a criatividade literária.

Homem moderno de seu tempo, Machado de Assis estava preocupado com a construção da literatura brasileira que tinha até então a força dos parâmetros iniciados pelos românticos e a exaltação ao Brasil no contexto pós-independência. Assim o “instinto de nacionalidade” foi uma metáfora para a busca de uma literatura que tinha muito a crescer e que parecia estar amarrada, presa. Não negando o local ou nacional, Machado de Assis ao “examinar” o que seria a literatura chama a atenção para o que seria uma continuação de um movimento dinâmico, frutífero, que tinha mais a oferecer e que não podia ficar estagnada. Assim, a metáfora é basicamente:

Decide-se nisto, enfim, o sentido do uso da metáfora “instinto de nacionalidade”: é metáfora do que ainda não fora designado. Trata-se, com vimos atrás, do projeto de nacionalidade na construção de uma literatura brasileira, entendido como fenômeno novo, criado na nova situação emergente da independência política. Mas agora

⁸¹ BAPTISTA, Abel Barros. *Idem*, p. 54.

⁸² *Idem*, p. 53-54.

⁸³ *Idem*, p. 55.

⁸⁴ *Idem*, p.60

conhecemos melhor sua natureza: sabemos que o “instinto de nacionalidade” só pode ser uma força da própria literatura⁸⁵.

Fica afastada qualquer interpretação dessa metáfora machadiana como “missão patriótica”, como fundamento de uma força originária fundada numa essência brasileira, pois

[...] A originalidade da metáfora de Machado entende-se se aceitar que assenta na negação da trave mestra da retórica nacionalista, na ruptura do vínculo decisivo imposto pela lei nacional, isto é, essa ideia de que a diferença, a originalidade e a novidade do Brasil garantiam e exigiam por si sós a diferença, a originalidade e a novidade da literatura brasileira. Não que Machado negue a nacionalidade ou a independência literária – já vimos, de resto, que se coloca inequivocamente na posição contrária -, mas porque prescinde da referencia ao Brasil para “examinar” a situação da literatura brasileira, negando-lhe a condição de fundamento e garante do projeto de construção de uma literatura nacional⁸⁶.

O uso da metáfora permite uma nova possibilidade de discurso crítico sobre a literatura brasileira sem se fundamentar nas “garantias nacionais” estabelecidas pelas forças “patrióticas” etc. Dessa forma, o instinto de nacionalidade era apenas o primeiro traço da literatura brasileira, apenas uma tendência dentre outras possíveis que não tornava mais importante ou mais legítima que outra. Machado de Assis reivindicava a separação entre a reflexão sobre a literatura brasileira da reflexão do Brasil, destacava a diferença entre elas, não fundia nem confundia as duas; cada uma tinha o seu lugar – essa posição era puramente crítica face à situação que caminhara a literatura naquele momento.

É importante compreender o “Instinto de Nacionalidade” de Machado de Assis por ele se uma maneira de se pensar o Brasil de forma mais lúcida, crítica o que dava a ele certo distanciamento dos fatos – o que lhe rendeu críticas, talvez seja por não levarem em consideração o “sujeito” intelectual. Os símbolos, ideias que circulavam na atmosfera intelectual não orientavam o cronista, mas o instigava a reflexão e a construção de novas ideias.

Esse foi o caso com a emergência da Abolição que estava em trânsito. Alguns intelectuais abolicionistas, como Joaquim Nabuco⁸⁷ via nos Estados Unidos e a guerra da secessão uma possível realidade de violência no Brasil caso não abolisse a escravidão. A realidade americana serviu de parâmetro para as propagandas abolicionistas; porém, para Machado de Assis a preocupação não era a violência, deveras a condução do processo de

⁸⁵ Idem, p. 62.

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Os abolicionistas brasileiros e a guerra da secessão*. In: ABREU, Marta; PEREIRA, Matheus Serva (orgs.). *Caminhos da liberdade: História da abolição e da pós-abolição no Brasil*. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2011, p.24-28.

Abolição no Brasil demonstrara que a liberdade em si não viria para os escravos com a Abolição. Seu olhar crítico apontava para uma continuação da opressão do poder das famílias oligárquicas de forma velada pela Abolição⁸⁸. Era uma visão que se sustentava na realidade brasileira que foi captada pelo escritor e transformada em críticas contundentes à condução da Abolição pelos parlamentares.

O “Instinto de Nacionalidade” assume dessa forma uma conexão com a realidade local a qual vivia Machado de Assis. Ideias de modernidade, liberdade, civilização eram oriundas da Europa as quais o autor deu novos significados de acordo com as necessidades locais, criando assim novos sentidos e embates no campo das ideias. Esse embate se traduziu na produção de crônicas que divulgava através do jornal *Gazeta de Notícias* em que trabalhava. As disputas em torno da ideia de Abolição foram comuns nos anos que a antecederam. Machado de Assis, acusado de não tratá-la em seus textos por não pertencer a nenhum grupo abolicionista⁸⁹, deixou sua contribuição de forma lúcida, crítica, mantendo um “afastamento” dos fatos que permitia uma análise mais realista e não menos importante que outros intelectuais abolicionistas.

⁸⁸A falsa liberdade da abolição será apresentada mais adiante nesta dissertação.

⁸⁹BERNADO, Gustavo. et al. Machado de Assis e a escravidão. *Introdução*. São Paulo: Annablume, 2010.

2 BRASIL: IDEIAS EM DISPUTA

Uma vez compreendida a circulação, recepção e apropriação de ideias no Brasil, por intermédio dos intelectuais, cabe analisar como elas se materializavam no espaço, ou seja, qual foi sua relação com a realidade e como isso na prática contribuiu para se pensar o Brasil. A literatura foi um instrumento privilegiado de propagação de ideias que requeria concomitantemente ações práticas na sociedade. Entende-se também que ela foi o espaço de debates e disputas de ideias sobre a construção do país que veio a incidir sobre a cultura brasileira. Dessa forma, procura-se nesse capítulo o desdobramento do diagnóstico feito anteriormente sobre os projetos de Brasil no final do século XIX e a postura crítica de Machado de Assis nesse contexto.

Nesse esforço de análise, cabe ressaltar a importância da cidade, do espaço urbano para se compreender a produção e circulação das ideias. Os intelectuais, bem como a produção literária, devem ser considerados em conjunto com o espaço de vivência que foi a cidade do Rio de Janeiro aqui destacado. Entendê-la se faz necessário, pois é nela que a cultura se inventa e reinventa devido às características inovadoras dentro do processo de urbanização acelerado impulsionado pelo capitalismo e o modo de vida burguês que vão de encontro com a tradição local. O espaço urbano é o lugar onde se desenvolve o contato entre culturas distintas e ideias variadas viabilizadas por um contato mais intenso entre as pessoas que habitam ou circulam um determinado ambiente; desencadeando uma aproximação entre seus frequentadores nos espaços públicos e que compartilham ideias. Foram nesse local, marcadamente volátil, que se desenvolveram os mecanismos de criação dos objetos culturais bem como as recepções que também produzem cultura⁹⁰.

O local de produção dos intelectuais estudados, em destaque Machado de Assis, foi a cidade do Rio de Janeiro, nas décadas finais do século XIX. Nele desenvolveu uma complexa rede de relações sociais desenvolvidas num espaço típico de capital cuja funcionalidade reivindicava para si o título de “moderno”. Compreende-se capital não como uma estrutura burocrática de um determinado Estado, mas sim como a capital /capitalidade de acordo com Azevedo (2002):

A Capitalidade é um fenômeno tipicamente urbano que se caracteriza pela constituição de certa esfera simbólica originada de uma maior abertura às novas ideias por parte de uma determinada cidade, o que confere a esta um maior cosmopolitismo relativo às suas congêneres e uma maior capacidade de operar

⁹⁰ BARROS, José D'Assunção. *O campo da história. Especialidade e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. pp 58-59.

sínteses a partir das diversas ideias que recepciona. Este conjunto simbólico que se desenvolve nas vicissitudes das experiências históricas vividas por esta urbe, identifica a cidade como espaço de consagração dos acontecimentos políticos e culturais de uma região ou país, tornando-a uma referência para as demais cidades e regiões que recebem a sua influência. Esta esfera simbólica evolui, sendo redimensionada ao sorver novas experiências, constituídas e constituidoras da tradição da urbe⁹¹.

A cidade é viva, repleta de significados, de símbolos que tendem a reorganizar os espaços, pois, como referiu o autor, estão suscetíveis à novas ideias. Com isso afirma-se que ela é uma construção histórica e significativamente humana. Não pode ser pensada unicamente como “pedra”; mas, exclusivamente como construção dos homens dotada de sentidos e de discursos. Sobre isso, Pechman (1999) expõe muito bem a forma como se pode compreendê-la:

As pedras que se constrói uma cidade não são suficientes para edificá-la. [...] Para que a cidade haja, para que o petrificado desencante como nos contos de fadas, não basta com nomear o aglomerado de pedras, de cidade. É preciso mais que dar-lhe um nome, é preciso construir-lhe uma história, revelar uma origem, eternizar uma memória. Sopr a vida à cidade de pedra é insuflar-lhe a maciez de um discurso que diz quão duro a pedra é!⁹².

Esta cidade viva, que “fala” não através apenas por meio da arquitetura, mas por sentidos e discursos que o homem lhe imputa ao conceber esse espaço, revela muito no que diz respeito àquilo que instiga, fustiga, inquieta, aterroriza seus residentes e seus intelectuais. Estes produziram ideias sobre o Brasil que alimentaram projetos de construção da nação brasileira a partir do diálogo estabelecido com a cidade.

Foi nesse ambiente citadino que os escritores, poetas, romancistas, literatos, políticos eruditos projetaram suas ideias a fim de concretizar um Brasil sonhado ou idealizado. Lembrando que nesse contexto grandes transformações políticas, econômicas e sociais estavam em curso na cidade. A monarquia demonstrava sinais de desgaste, o trabalho servil foi criticado ininterruptamente nos últimos anos que antecederam a Abolição, a cultura e ideias europeias estavam em voga, ou seja, havia uma agitação na capital carioca em que os intelectuais estavam atentos e participando, cada qual a sua maneira, de forma a produzir cultura e ideias que coadunavam ou contestavam aquele ambiente. Por mais variados que foram os projetos de se reinventar ou pensar o Brasil, cabe destacar aqui a interlocução entre

⁹¹ AZEVEDO, André Nunes de. *A Capitalidade do Rio de Janeiro. Um exercício de reflexão histórica*. IN: AZEVEDO, André Nunes de (org.). *Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade*. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/ Sr-3 UERJ, 2002. p. 45.

⁹² PECHMAN, Robert Moses. *Pedra e discurso: cidade, história e literatura*. In: BERARDINELLI, Cleonice et al (Orgs.). *Revista Semear*. Rio de Janeiro: NAU, n. 3, 1999. p. 63.

os intelectuais com a modernidade, a Abolição da escravidão e a imprensa que será agora analisada.

2.1 Modernidade: Ideias e projetos na cidade.

A modernidade é uma ideia muito discutida dentro da historiografia que busca sua especificidade histórica. Sua percepção reside em diversos elementos sociais, econômicos e culturais, porém não se confunde com eles – é uma categoria própria. Wood (2001)⁹³ chama atenção para essa diferenciação. Para a autora, apesar da modernidade se destacar sob as relações capitalistas de produção, ou sob a maneira de viver das camadas burguesas - ambas notoriamente melhor observadas nos séculos XVIII e XIX devido às grandes transformações ocorridas entre 1789-1848⁹⁴ – não necessariamente depende destes para ser ou existir⁹⁵. Chama atenção de que essa naturalização tem o efeito de disfarçar a especificidade do capitalismo como também da própria modernidade não-capitalista.⁹⁶ Para tal afirmação destacou-se o papel do Iluminismo que tinha mais haver com a luta contra os privilégios da nobreza feudal, pela busca por maior participação política impedida pelos privilégios das camadas mais nobres e menos pela luta por práticas capitalistas. Seu contexto histórico pertencia a uma sociedade enraizada em relações sociais de propriedade pré-capitalista ou mesmo não-capitalista. Não entende esse momento como uma passagem para o capitalismo, mas como uma saída do feudalismo.⁹⁷

Quanto à burguesia, grande fonte do Iluminismo francês, mais tarde da Revolução Francesa, não era especificamente uma classe que estivesse plenamente envolvida com os valores capitalistas. Havia dentre eles profissionais liberais, detentores de cargos públicos e intelectuais; sua briga com a aristocracia pouco tinha haver com libertar o capitalismo dos grilhões do feudalismo⁹⁸. Eram burgueses. Só no momento da revolução é que adquirem valores capitalistas como projeto e visão de mundo.

⁹³ WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p.113.

⁹⁴ HOBBSAWM, Erick. *A era das revoluções 1789-1848*. 35ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015, p.8.

⁹⁵ WOOD, E. Idem

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Idem, p.114.

⁹⁸ Idem, p. 115

Wood (2001) fez essa distinção com intuito de dar mais um sentido de “mudança”, “transformação” para a ideia de modernidade e suas nuances capitalistas muito em voga. Destaca também sua função particular na história que é a naturalização dela ao capitalismo ou ao desenvolvimento deste, tendo como vanguarda a burguesia que não necessariamente era capitalista. A modernidade tem sua especificidade histórica.

Feita essa observação cuidadosa proposta pela autora é importante destacar algumas considerações para melhor compreender o termo modernidade. Berman (1982) foi mais sucinto no sentido de propor uma noção mais objetiva sobre ela, evidenciando suas características mais latentes. Para esta tarefa o autor destacava os sentidos distintos sobre a modernidade, que muito o intrigava, bem como as ambiguidades e ironias da vida “moderna”⁹⁹. Através da leitura de textos, da tentativa de leitura dos ambientes espaciais e sociais e da tentativa de “ler” a vida das pessoas, o autor busca demonstrar como as pessoas compartilham uma preocupação que é moderna¹⁰⁰, chegando a uma conclusão a respeito:

[...]São todos movidos, ao mesmo tempo, pelo desejo de mudança - deautotransformação e de transformação do mundo em redor - e pelo terror dadesorientação e da desintegração, o terror da vida que se desfaz em pedaços. Todosconhecem a vertigem e o terror de um mundo no qual “tudo o que é sólido desmancha no ar”¹⁰¹.

Se “mudar” trás consigo um sentido de inovação por um lado, por outro há também a face destrutiva desse movimento, pois modifica consideravelmente o que o ser humano é, seu espaço ambiental, anula as fronteiras geográficas, ou seja, transforma tudo e todos sob o turbilhão de desintegração e mudança que gera as lutas e contradições inerentes nesse processo.¹⁰² Assim, Berman (1982) destaca o papel predominante dialético que trás em seu âmago a modernidade. Grandes inovações científicas, crescimento desordenado das áreas urbanas, sistemas de comunicação que “amarram” cada vez mais os indivíduos são algumas das mudanças que apontam para um reordenamento da sociedade moderna.

A dialética destacada pelo autor reside no fato de que as transformações decorrentes do desejo de mudança, contrapondo o antigo e o novo, não trouxeram consigo os efeitos esperados, pois as contradições modernas se demonstraram latentes e aterrorizantes face ao impulso do desenvolvimento capitalista. Por exemplo, a indústria produziu mais artigos de

⁹⁹ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. Tradução Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Companhia das letras, 1982, p.13.

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ Idem, p.14

¹⁰² Idem, p.15-16.

consumo que facilitaram a vida das pessoas em alguns aspectos – como o telefone que ampliou a comunicação. Entretanto, adveio o crescimento descontrolado das cidades através da concentração das pessoas nos espaços, na busca de oportunidades, que provocou uma necessidade de estar reinventando-o a todo instante ininterruptamente através de obras e construções como ruas, prédios para moradia ou comercio etc. Essas mudanças tinham um caráter muito destrutivo:

Entre os muitos símbolos e imagens com que Nova Iorque contribuiu para a cultura moderna, um dos mais notáveis, nos anos recentes, foi a imagem da ruína e da devastação modernas. O Bronx, onde cresci, tornou-se mesmo uma senha internacional para o acúmulo de pesadelos urbanos de nossa época: drogas, quadrilhas, incêndios propositais, assassinatos, terror, milhares de prédios abandonados, bairros transformados em detritos e em vastidões de tijolos espalhados¹⁰³.

As mudanças e transformações são componentes fundamentais da ideia de modernidade que, segundo Gorelik (2003),¹⁰⁴ reconhece a importância da cidade para compreendê-la uma vez que esta é um produto genuíno da modernidade ocidental. Ressalta ainda que a cidade deva ser objeto de indagação visto que nela a modernidade é o espírito cultural mais geral que se organiza e institucionaliza sem parar através de um processo de modernização que segue transformando materialmente o mundo¹⁰⁵. A força modernizante se desenvolve pela noção de novas percepções sobre a realidade; dessa maneira o novo e as ideias modernizantes entram em conflito com o tradicional, com o “velho” que busca transformar os espaços em nome de algo entendido como melhor e inovador – a noção de novo traz em seu âmago a ideia de desenvolvimento.

Benjamim (1991) alerta para as percepções do poeta francês Baudelaire sobre a cidade de Paris, século XIX, para pensar a modernidade. Na visão do poeta, segundo o autor, viver a modernidade é ter uma postura de herói¹⁰⁶. As transformações impõem uma postura ativa ao homem moderno em que as decisões e paixões do herói rompem com o romantismo que sublinha a resignação e dedicação. O autor analisa a modernidade através dos poemas de Baudelaire que estão inseridas no contexto dialético dessa Paris que mudava face aos avanços do desenvolvimento capitalista e a postura assumidamente moderna.

¹⁰³ Idem, p. 274.

¹⁰⁴ GORELIK, Adrián. Ciudad, modernidad, modernización. *UniversitasHumjanística*, nº56, junio, 2003, p. 11-27. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=79105602>>. Acesso em 25 Feb. 2019.

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶ BENJAMIM, Walter. *A Paris do segundo império em Baudelaire*. In: KOTHE, Flávio. *Walter Benjamim*. São Paulo: Ática, 1991, p.98.

Baudelaire reconhece a imposição da modernidade apontando a classe trabalhadora como o “herói” visto que este mais sente seus efeitos. O suicídio é um ato último da luta dessa classe que sucumbe as mazelas oriundas das transformações modernas. Assim, destacou Benjamim (1991):

Os obstáculos que a modernidade contrapõe ao eã produtivo natural do ser humano encontra-se em desproporção às forças dele. É compreensível que o indivíduo chegue a fraquejar, refugiando-se na morte. A modernidade deve estar sob o signo do suicídio que opõe ao seu selo a um quere heroico que não faz concessões á atitudes que lhe é hostil. Tal suicídio não é desistência, mas heroica paixão¹⁰⁷.

O problema era seguido por Baudelaire, na visão de Benjamim (1991), que permeava em suas poesias e que trazia um sentimento de indignação, ódio, mas também de impotência frente à modernidade¹⁰⁸. As contradições apontadas são barreiras a serem superadas que transformaram os homens comuns em heróis. A capacidade de resistência, o entendimento dos males e a perseverança que leva às lutas até as últimas consequências, até mesmo a morte, são características do homem moderno que busca se superar e sobreviver em um ambiente hostil e avassalador.

As ideias de modernidade e os processos transformadores ou modernizantes não se restringiram à Europa, espalharam-se pela América Latina¹⁰⁹. Por aqui, em especial no Rio de Janeiro - final do século XIX - observou-se esse fenômeno modernizante através das transformações das ideias e comportamentos que orientavam a sociedade que se reconhecia como capital, atenta as novidades do capitalismo que se desenvolvia. A tônica do novo modelo tinha como baluarte o europeu que muito se modificara e que naquele momento os brasileiros admiravam suas novidades pertinentes à modernidade:

Assim como em Viena representa para Schorke a possibilidade do seu trabalho, o Rio de Janeiro representa para mim o sonho da descoberta das variadas visões de Brasil. Opondo-me a ideia de que a cidade é a nação, destaco a de que são as produções nascidas do contato com a cidade que se diversificam em interpretações do Brasil que dão essa ideia de microcosmos da nação ao Rio de Janeiro. Como em Viena, também no Rio de Janeiro era possível visualizar a tensão entre tradição e moderno¹¹⁰.

¹⁰⁷ Idem, p.99.

¹⁰⁸ Idem, p. 122.

¹⁰⁹ GORELIK, A. Op. Cit.

¹¹⁰ RODRIGUES, Antônio Edmilson. *Em algum lugar do passado: cultura e história na cidade do Rio de Janeiro*. In: PEREIRA, André Nunes (org.). *Anais do seminário Rio de Janeiro: capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002, p.35.

2.1.1 Modernidade carioca e Machado de Assis.

Para compreender Machado de Assis é de grande importância observar o conflito entre a tradição e o moderno na cidade do Rio de Janeiro bem como as contradições apresentadas por esse projeto modernizante. Havia uma gama de ideias modernas oriunda da Europa apropriadas e ressignificadas de acordo com a realidade local da cidade que colidiam frontalmente com as bases tradicionais. As elites que frequentavam o “velho continente” eram responsáveis por esse desejo inovador e podem ser reconhecidos em dois grupos distintos: a elite cafeeira desejosa de mais poder político e a elite intelectual que buscava mais participação política bem como uma nação moderna em oposição às bases tradicionais tidas como antigas¹¹¹.

Por um lado os intelectuais literários, através de suas obras, produziam discursos relativos às novidades que permeavam a cidade sob o *status* moderno e cosmopolita; por outro, discutiam os impactos dessa modernidade e suas contradições. A literatura teve uma atuação importante nesse período histórico pelo fato de produzir discursos e evidenciar os conflitos no centro das estruturas sociais. Sobre esse debate, Nicolau Sevcenko (1999)¹¹² reconhece a literatura como uma forma de produzir discurso que procura se expandir nos espaços e ao mesmo tempo expõe a dúvida e a perplexidade. Assim ele aparece como um ângulo estratégico que possibilita avaliar as forças e tensões em uma determinada estrutura social.

Sobre a discussão em torno da literatura e discursos modernizantes, a geração dos intelectuais de 1870 corresponde a um momento importante de atuação político/literária que permite observar e compreender os conflitos sociais a partir das ideias modernas que circulavam na capital que eram adaptadas às condições locais¹¹³, ou seja, a literatura estrangeira e a nacional, num movimento dialógico, formaram a base do desejo de transformação que culminava em distintos movimentos políticos. Alonso (2002) chamou a atenção para o fato de que embora as ideias modernas tivessem suas origens fora do Brasil elas por si mesmas não produziam ações, mas sim os intelectuais que se apropriavam delas e

¹¹¹ MILAGRE JR., Sérgio Luiz; FERNANDES, Thabata de Farias. *A Belle Époque Brasileira: as transformações urbanas no Rio de Janeiro e a sua tentativa de modernização no século XIX*. *Revista História em Curso*, Belo Horizonte, v. 3, n. 3, 1º sem. 2013, p.19-33.

¹¹² SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p.20.

¹¹³ ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil império*. São Paulo: Terra e paz, 2002, p.35.

faziam o uso que melhor lhes cabiam as quais geravam ações políticas que abalavam as estruturas sociais e as relações desenvolvidas em seu seio.¹¹⁴

A fim de estabelecer um esclarecimento sobre o espaço social em que se produz e difunde as ideias é preciso destacar o seu sentido mais delimitado que permite uma melhor aproximação lógica dos conflitos que nele se desenvolverem. Neste termo, ele é entendido como “espaço público” em que ocorrem as relações dialéticas das ideias onde os atores sociais se interagem e produzem ideias e, conseqüentemente, ações. Morel (2005) fornece a base dessa compreensão:

Alguns rápidos esclarecimentos conceituais. Gostaria de alertar para a polissemia da expressão “espaço público” que indica, neste trabalho, três possibilidades: a cena ou esfera pública, onde interagem diferentes atores, e que não se confunde com o Estado; a esfera literária e cultural, que não é isolada do restante da sociedade e resulta da expressão letrada ou oral de agentes históricos diversificados; e os espaços físicos ou locais onde se configuram estas cenas e esferas¹¹⁵.

Dialogando com o autor, os espaços públicos são entendidos de acordo com as relações sociais produzidas em determinados locais historicamente identificados onde ocorrem as interações entre atores diversos. A cena pública é o ponto convergente dos atores sociais que produzem relações em que ideias e desejos se confundem ou mesmo se conflitam. É onde a ação política se desenvolve, mas não se confunde com o Estado. É nesse espaço público que circulavam as ideias em voga que geravam tensões entre os atores. Dessa forma, noção de modernidade, concomitante a ideia de liberalismo, liberdade individual e de expressão, desenvolvia-se no âmbito políticos marcado por ideias híbridas e por permanências tradicionais¹¹⁶.

Seguindo o argumento do autor e a orientação conceitual de espaço público proposto, não se podem entender as ideias como estruturas rígidas que se transpõem para qualquer espaço sem perder sua configuração e sentido; entretanto, compreende-se que elas são ressignificadas de acordo com o local, com a recepção individual e suas representações da realidade, com os símbolos e significados construídos socialmente e, por que não, com as vontades e necessidades humanas que se interagem na construção do espaço social. Isso fica explícito de acordocomAlonso (2009):

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Huicitec, 2005, p.18.

¹¹⁶ Idem.

A geração 1870 passa longe do quadro de importação aleatória de ideias, maneira como a bibliografia usualmente a descreveu. Recorreu ao repertório estrangeiro em busca de recursos para a crítica ao status quo imperial e a proposição de reformas. Seu critério de seleção não foram linhagens teóricas, mas a capacidade dos esquemas apropriados de explicar a conjuntura brasileira e apontar linhas alternativas de ação política. Daí sua preferência pela política científica, que deu legitimidade e inteligibilidade às suas demandas, simultaneamente criticando e dialogando com a tradição imperial. Nesse sentido, a seleção de teorias estrangeiras obedeceu uma regra nacional¹¹⁷.

A autora criticou frontalmente a interpretação que se acostumou a produzir na qual as ideias estrangeiras eram copiadas pelos intelectuais brasileiros. Diz que Silvio Romero teve a mais influente interpretação sobre o movimento das ideias do segundo reinado utilizando uma metáfora de pássaros em revoada - 1878. Alonso (2009) contesta essas interpretações, pois o reformismo proposto pela geração de 1870 “fez uma incorporação seletiva de esquemas explicativos do repertório da política científica bem como da tradição nacional. Privilegiou elementos capazes de responder à experiência concreta que vivenciam”¹¹⁸.

Seguindo essa orientação interpretativa de Alonso (2009), contrapõe-se aqui, por exemplo, o entendimento defendido pelo autor Schwartz (2000)¹¹⁹ que ao analisar os ideais liberais - tidos como modernizantes importados da Europa, apregoado por uma elite intelectual - entendia essas ideias como um paradoxo da sociedade brasileira ou uma comédia ideológica nacional devido ao fato de não condizer com a realidade social que se estruturava sob a égide das classes oligárquicas e senhoriais, ou seja, era uma ideia fora do lugar¹²⁰. Acredita-se neste trabalho que as ideias estavam sim em seu devido lugar e que tinham seu espaço. Isso porque eram recebidas e ressignificadas de acordo com seu receptor. Claro que o liberalismo, por exemplo, não deixou de ser o que é quando chegou ao Brasil, mas sua assimilação depende mais de como se apropria e também daquilo de que se recusa em seu âmago - é a versão brasileira oitocentista que se fez preponderante.

Pode-se dizer que o “espírito” moderno enaltecido no final do século XIX teve uma grande difusão, mas não de forma simétrica entre seus defensores que idealizavam uma vida comparada com os europeus. É a adaptação deste modelo à realidade brasileira que é discutida

¹¹⁷ ALONSO, Ângela. *Apropriação de ideias no segundo reinado*. In: Keila Grinberg; Ricardo Salles. (Org.). *Coleção O Brasil Império Vol. III (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 118.

¹¹⁸ Idem, p.110.

¹¹⁹ SCHWARTZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 34 ° ed., 2000.

¹²⁰ Sobre as discussões em torno das ideias propostas por Roberto Schwartz na referida obra ver: SILVA, Júlio Cesar Bastonida. *O lugar das ideias: panorama de um debate*. In: *Revista Em Tese*. Belo Horizonte, v.1, nº 1, jan-abr 2015, p.42-59.

aqui. Isso acarretou uma profusão de ideias que agitaram esse período histórico. As ideias diversas daqueles que pensavam o Brasil naquele momento, em especial a Geração de 1870, configuraram-se no momento em que a lenta desagregação da nossa formação social colonial emergiu como debate político¹²¹. Assim foram difusos e complexos os seus ideais, chegando a serem organizadas várias correntes de pensamentos¹²² que interagiam entre si nos espaços públicos e na vida política. A diversidade de ideias era compreensível naquele momento, uma vez que os intelectuais colhiam elementos da realidade para compor uma interpretação da conjuntura tendo como recurso para esse trabalho as tradições teóricas europeias para o uso político – havia uma pluralidade de fontes e nenhuma unidade propriamente dita¹²³. Constituíram vários grupos de intelectuais que debatiam o Brasil tendo em vista as marginalizações do império, no segundo reinado, que “colhiam” teorias políticas tradicionais europeias, mas que se caracterizavam mais pelas necessidades locais e menos por essas ideias exógenas. Foi um reordenamento teórico ao contexto brasileiro¹²⁴.

Apesar dos grupos de intelectuais não formarem um grupo político unitário ou articulado num grande bloco partidário, porém, uma coisa era comum entre eles: o Brasil imperial e suas estruturas político-sociais foram alvos de duras críticas advindas de diversos intelectuais e segmentos sociais. O repertório teórico utilizado para ação política, destacado por Alonso (2002) anteriormente, teve como um dos instrumentos práticos a noção de modernidade que naquele momento conflitava com a realidade local. Eram diferentes projetos modernizadores que ganhavam espaço no cenário político como exemplo a Abolição da escravidão, a imigração europeia incentivada pelo Estado para “embranquecer” a população¹²⁵.

Os conceitos e semânticas novos fortaleceram uma reavaliação do contexto em questão, gerando assim uma disputa no campo das ideias que viriam a se materializar nas ações políticas que afetou o próprio império brasileiro, a escravidão e a própria cultura

¹²¹ ALONSO, Ângela. *Apropriação de ideias no segundo reinado*. In: Keila Grinberg; Ricardo Salles. (Org.). *Coleção O Brasil Império Vol. III (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.83.

¹²² Havia várias correntes de pensamentos que podiam ser observadas no período. Entre tantas outras podiam se observar os novos liberais, os liberais republicanos, as associações positivistas, o federalismo científico etc. Para conhecer mais ver: ALONSO, A. *Ideias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil- Império*. São Paulo: Paz e terra, 2002, p. 97-159

¹²³ Idem, p.39.

¹²⁴ Idem, p. 179.

¹²⁵ Para um estudo mais aprofundado sobre alguns desses projetos modernizantes ver: AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites - Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. ALONSO, Ângela. Op.cit.

difundida através das elites intelectuais¹²⁶. O ambiente que se formou era conflituoso; isso devido ao processo de ressignificação do próprio homem e de seu espaço. Fato que incidiu no gradual definhamento do Império que parecia não fazer mais sentido de existência face às novas ideias modernizantes para o Brasil:

As questões brasileiras foram pensadas através das ideias novas. Por meio de outros conceitos e semânticas, as formações discursivas foram renovadas para subverter o sentido romântico-liberal-hierárquico do império. A linguagem cientificista por todos empregada modelou novos símbolos. Entretanto, os novos discursos só obtiveram êxito porque inovaram mais nas teses e na forma que nos temas retirados do repertório liberal. O que quero dizer com isso é que a renovação simbólica colou na sociedade porque não foi construída sobre um vazio. Foi pela reorganização da tradição liberal, por exemplo, que se montou outra narrativa da nação¹²⁷.

O espaço carioca foi um lugar de experiências da modernidade adaptada a sua realidade. Atrelada a ela vinham às noções de civilização¹²⁸ e de progresso. Dentro dos distintos discursos modernos dos intelectuais do século XIX o ponto em comum entre eles residia na ideia de estar caminhando rumo ao progresso e a civilização¹²⁹. Havia uma interdependência entre esses dois termos sem confundirem um com o outro. O progresso estava associado ao desenvolvimento da indústria, da ciência e das artes, considerado como movimento da sociedade - de gradação - na qual caminhava para um estágio melhor. Já o termo civilização tinha um sentido de polir o comportamento, de seguir o costume e cumprimento de leis e regras dentro da noção de progresso estabelecido.¹³⁰ Dessa forma, civilizar significava, numa análise mais atenta, educar e controlar a sociedade. Portanto, dentro da diversidade das ideias modernizadoras havia uma elite que buscava um controle social baseada num cientificismo europeu em que as camadas “bárbaras” - diga-se

¹²⁶ Elite intelectual é aquela que deriva de seu nível de especialização nos recursos simbólicos necessários para produzir um discurso duto sobre qualquer atividade ou experiência humana; não está relacionada com classe ou estamento. MYERS, Jorge. *Músicas distantes. Algumas notas sobre a história intelectual hoje: horizontes velhos e novos, perspectivas que se abrem*. In: SÁ, Maria Eliza Noronha de (org.). *História intelectual latino-americana: itinerários, debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

¹²⁷ MELLO, Maria Tereza de. *A república consentida. Cultura democrática e científica no final do império*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p.11.

¹²⁸ O termo “civilização” é polissêmico. Para um debate mais aprofundado ver STAROBINSKI, Jean. *A palavra civilização*. In: _____. *As máscaras da civilização*. Ensaios. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das letras, 2001. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. CHARTIER, Roger. *Distinção e divulgação: a civilidade e seus livros*. In: _____. *Leituras e leitores na França do antigo regime*. Trad. Alvaro Lorencini. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

¹²⁹ CARULA, Karoline. *Darwinismo, raça e gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)*. 2012. 311 p. Tese (Doutorado em História). Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, USP, São Paulo, 2012, p.40.

¹³⁰ Idem. p. 40-43.

aspopulares que incluíam os negros, índios, brancos pobres- precisavam ser educadas e, logo, civilizadas¹³¹.

O meio urbano se transformou e modificou as relações sociais; fato que pode ser observada através da expansão demográfica e o crescimento da indústria têxtil que indicam modificação na composição e no funcionamento da cidade a partir de 1870.¹³² Neste mesmo ano o sistema de esgoto, após experiências passadas, estabeleceu-se nos bairros do Catete, Gávea, Botafogo e outros; bem como, em 1872, foi introduzida nas áreas nobres a iluminação a gás¹³³, ou seja, os aspectos que ainda persistiam na capital que relembra o passado “não moderno” estavam sob ameaças, pois o projeto de modernidade buscava romper com o passado e “civilizar-se”, atingindo assim o progresso¹³⁴.

As obras públicas cresceram vertiginosamente na segunda metade do século XIX como forma de modernização do espaço carioca para satisfazer a necessidade da circulação de mercadoria. Benchimol (1992) aponta as principais mudanças na cidade do Rio de Janeiro que incluíam a construção de trilhos para ligar a estrada de ferro ao porto, melhoramento do escoamento do café que vinha do oeste paulista e sul fluminense, mais o melhoramento do porto. Além disso, as empresas escolhidas para essas obras privilegiavam o trabalho livre assalariado¹³⁵.

Essas transformações na capital também foram observadas por Abreu (2013) que descreveu, de forma mais sucinta, uma cidade que saía do modelo colonial para uma moderna cidade capitalista¹³⁶. Abreu (2013) reconheceu o século XIX como o momento em que a cidade do Rio de Janeiro começava a se transformar radicalmente em sua forma urbana e a apresentar a estrutura espacial estratificada em termos de classe social¹³⁷. Isso significa que as contradições da modernidade - apontadas aqui nas obras de Benjamim (1991) e Bermam (1982) - também se fez presente no processo brasileiro de acordo com as especificidades locais. Desse modo, o século XIX viu o crescimento dos cortiços que já preocupavam as

¹³¹ Idem, p. 45.

¹³² RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. Op. cit. p. 25.

¹³³ Idem, p. 26

¹³⁴ Idem. p. 24-25.

¹³⁵ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: secretaria municipal de cultura, divisão de editoração, 1992, p.40-49.

¹³⁶ ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2013, p. 35.

¹³⁷ Idem, p.35-36.

autoridades sanitaristas em 1886¹³⁸ que abrigavam os pobres e excluídos gerados pela mesma modernidade que culminou em ações de despejos dessa gente no ano de 1893 - como foi o caso do cortiço mais conhecido, o “cabeça de porco” – promovido pelo prefeito Barata Ribeiro¹³⁹. Classe pobre e perigosa eram os nomes que se davam as pessoas que residiam nas regiões miseráveis da cidade e que inclui aqueles que foram expulsos de suas moradias e vieram mais tarde a construir suas casas próximas ao antigo “cabeça de porco”, transformando a área em favela, ocupando outro lado do morro da providencia¹⁴⁰.

A modernidade, juntamente com o desejo de “civilizar-se”-destacando que isso não incluía todas as camadas sociais, mas preponderantemente essa vontade tinha sua origem na elite carioca como apontou aqui Carula (2012) -modificou o comportamento no espaço urbano carioca. Pode-se dizer que havia uma “guerra” declarada pelos defensores da civilização contra a memória daquilo que representava o “atraso” ou “não civilizado”. Figuras centenárias da cidade foram gradualmente apagadas ao longo desse processo modernizante que atravessou todo o século XIX e o início século XX. Para ilustrar o auge desse processo histórico, cita-se aqui um caso bastante conhecido que ocorreu no início do século XX: as reformas do prefeito Pereira Passos entre 1903-1906. Além de construção de estradas, alargamento de ruas, construção de novas ruas e avenidas, estimulou o banimento dos cortiços, como também a proibição da venda de alimentos na rua e, especificamente, do leite na porta das casas tirado diretamente da vaca pelo vendedor - vinha junto até o bezerro, no caso de uma das tetas “entupisse”, onde o filhote mamava na teta com problemas para voltar a dar o leite para o comprador – e a criação de porcos dentro dos limites urbanos¹⁴¹, além da proibição dos quiosques que originaram o que hoje conhecemos como comida de boteco.

Para se ter ideia das contradições que envolvem a modernidade carioca e mostrar o lado negativo do progresso, bastar olhar para a capital. Havia uma massa de pobres que se apertavam em cômodos pequenos, em cortiços, sob condições insalubres, sem emprego fixo,

¹³⁸ Idem, p.50.

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril. Cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: companhia das letras, 1996, p.17.

¹⁴¹ OLIVEIRA, Diogo de Castro. *A boemia literária no Rio de Janeiro fin-de-siècle: onorsaquistas e patafísicos*. 2005. 133 p. Dissertação. (Dissertação de mestrado). Faculdade de História, PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2005. p.18.

sem rede de esgoto e acometidos por várias doenças em decorrência desta situação.¹⁴² Nos primeiros meses da república, Sevecenko (1999) destacou a ação que era produzida pelas elites sobre essas classes perigosas:

[...] Era preciso pois findar com a imagem da cidade insalubre e insegura, com uma enorme população de gente rude plantada bem no seu âmago, vivendo no maior desconforto, imundice e promiscuidade e pronta para armar em barricadas as vielas estreitas do centro ao som do primeiro grito de motim¹⁴³.

As contradições da modernidade não residiam apenas nos excluídos. Acrescentam-se nesse caso aqueles que se negavam a se enquadrar em modelos pré-estabelecidos: os boêmios. Eles eram entendidos como uma espécie de antítese da modernidade e não faziam parte do progresso, eram opositores a ele:

Nesse sentido, a boemia torna-se um quadro heurístico de primeira ordem para a compreensão histórica das mudanças em cursos no fim-de-século carioca justamente por se colocar na intermitência de dois mundos que se excluíam mutuamente. O boêmio era o autêntico portador de uma contradição interna voraz: por um lado, foi a modernidade que possibilitou que ele viesse a lume; por outro, nele se concentrava a resistência mais radical a essa mesma modernidade¹⁴⁴.

Se a modernidade se articula nos espaços físicos e sociais, conflitando o antigo e o novo, a literatura brasileira não se dissociou de eventos nos contextos diferentes. A partir da independência do Brasil, na década de 1820, houve o aumento de produção literária que clamava para si uma autenticidade nacional¹⁴⁵. Poderia ser observada naquele momento certa oposição entre o presente – de matiz brasileiro – e o passado – colonial absoluto e “bárbaro”.¹⁴⁶

E Machado de Assis? O que se pode relacionar a este autor sobre a questão da modernidade?

Evocando o “instinto de nacionalidade” como uma forma machadiana de pensar o Brasil com certa “imparcialidade” ou “distanciamento” dos fatos para poder melhor exercer “o sentimento íntimo” – crítica natural do intelectual literário – a percepção do autor sobre a

¹⁴² OLIVEIRA, Cristiane de Jesus. *Nas entrelinhas da cidade: A Reforma Urbana do Rio de Janeiro no início do século XX e sua imagem na literatura de Paulo Barreto*. 2006. 106 p. Dissertação. (Dissertação de mestrado). Faculdade de História. Instituto de ciências humanas e letras. UFJF, Juiz de Fora, 2006, p.42.

¹⁴³ SEVECENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1999, p.29.

¹⁴⁴ OLIVEIRA, Diogo de Castro. Op. Cit. p. 22.

¹⁴⁵ SILVA, Daniel Pinha. *Como e porque sou moderno: o lugar do passado no pensamento crítico de José de Alencar*. 2007. 168 p. Dissertação (dissertação de mestrado). Faculdade de História, PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2007, p. 22.

¹⁴⁶ Idem.

modernidade em determinadas obras colocava em evidência mais o sentido negativo, cético e contraditório do que a euforia demonstrada por seus contemporâneos.

A ironia e a comicidade são características machadianas que estão atreladas a subversão dos fatos ou a crítica a eles. Este recurso literário tem como pretensão provocar no leitor a reflexão sobre as questões apresentadas a partir de um “estranhamento” percebido pelo escritor e que é compartilhado com o receptor. Assim

[...] A ironia é o principal veículo de manifestação do humor machadiano, o que confere à obra do escritor um incontestável caráter de atualidade. [...] existe um elo entre a ironia e a consciência da modernidade literária, uma vez que a primeira, por seu caráter ambivalente, pode ser interpretada como a materialização dos paradoxos que estão imbuídos nos processos modernizadores¹⁴⁷.

Ainda de acordo com Bellin (2015), essa ironia demonstra dentre outros aspectos a contradição entre a sociedade e sua modernidade. Os conflitos e paradoxos em textos como “O espelho” e “Teoria do medalhão” se fazem via narrativas alegóricas que colocam seus personagens em um debate crítico – um personagem da Grécia antiga e o outro do homem moderno do século XIX – acerca do tempo passado, das tradições e as transformações do processo modernizante do presente¹⁴⁸. Machado de Assis usa os personagens alegóricos para tecer críticas a modernidade e ao progresso, colocando em dúvida os projetos modernizantes ao compará-lo com um passado distante.. De certa forma o passado demonstrava-se nos textos como algo comicamente “superior” ao presente¹⁴⁹.

Uma característica marcante dos projetos de modernidade foi a convicção da evolução social que a humanidade havia de percorrer. Para tal, somente o cientificismo e seu rigor metodológico muito divulgado no século XIX era capaz de conduzir a humanidade a um estágio moderno de civilização. Nesse ambiente eufórico de crença “evolução” foi que surgiram as críticas sobre as certezas científicas de Machado de Assis. A prática, o cotidiano eram elementos que demonstravam para o autor como a realidade era bem mais complicada e incerta do que pregavam seus contemporâneos. Os contos contidos em “As Histórias sem data” eram textos, segundo Martins (1977)¹⁵⁰, oportunos para estabelecer críticas acerca das modas científicas com matizes modernas, evoluídas que conduziram a humanidade ao progresso. O autor satirizava a “eficácia” do moderno projeto evolucionista, cientificista que

¹⁴⁷ BELLIN, Greicy Pinto. *Modernidade, identidade e metrópole cosmopolita em Poe, Baudelaire e Machado de Assis*. Tese de doutorado. 418f. Curitiba: UFPR, 2015, p. 168.

¹⁴⁸ Idem, p. 169.

¹⁴⁹ Idem, p. 169-170.

¹⁵⁰ MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira. Vol. IV. (1877-1896)*. São Paulo: Editora Cultrix, 1977, p. 206.

em nome dos grandes princípios ou do conhecimento “não recuavam diante dos atos das mais inumanas crueldades (Conto Alexandrino)”¹⁵¹. Essa de Machado de Assis desemborca no romance trágico-cômico “O alienista”, onde o autor radicaliza sua crítica ao positivismo.

As ideias científicas ganharam *status* na sociedade carioca porque eram a base da noção de progresso. Por sua vez buscavam o controle social através da educação ou civilização das pessoas para que elas trilhassem esse objetivo. Logo, procurava-se normalizar – impor normas – a sociedade pela ciência, incluindo aí a medicina. Dentro de uma razão local, ela foi a ferramenta para remodelar o comportamento das pessoas, das famílias tradicionais sob os moldes da transformação dos espaços via modernidade, ou seja, o conhecimento médico foi um instrumento que buscava regravar a sociedade. Atento a esta faceta da ciência regularizadora, Machado de Assis no “O alienista” apresenta outros aspectos, como a inconsistência e a contradição do ato de tentar impor comportamentos adequados a sociedade com base na medicina¹⁵². Assim “Pode-se perceber no humor de O Alienista uma crítica perspicaz às intenções controladoras da nascente psiquiatria brasileira em relação à população, bem como a compreensão exata das alianças recíprocas entre ela e o poder político”¹⁵³.

A crítica machadiana à ideia de progresso e modernidade, nos moldes que foi proposta aqui, deve ser compreendida mais pela adesão acrítica dos modelos europeus que pelo seu sentido em si. O autor não foi um homem preso ao passado; não negava a ciência e a noção de desenvolvimento, mas se posicionava criticamente uma vez observadas às falácias das propostas modernizantes que traziam em seu âmago as contradições que eram renegadas por seus defensores. Essa postura machadiana se dava tanto por intermédio de suas narrativas como no embate entre os intelectuais de seu tempo. O escritor chamava a atenção para uma qualidade que deve ser levado em consideração pelos poetas, escritores, intelectuais para o exercício crítico: a justa ponderação¹⁵⁴. Segundo Pinha (2012), Machado de Assis agia como um conselheiro de seu tempo, como alguém “em contato com todos os tempos” que buscava conciliar os tempos que se conflitavam – antigo e o moderno – que não se diluíam ou

¹⁵¹ Idem.

¹⁵² MURICY, Kátia. *A razão cética. Machado de Assis e as questões de seu tempo*. São Paulo: Companhia das letras, 1988, p. 35-36.

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ SILVA, Daniel Pinha. *Apropriação e recusa: Machado de Assis e o debate sobre a modernidade brasileira na década de 1870*. Tese doutorado. 215f. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2012, p. 142-146.

eliminavam um ao outro.¹⁵⁵ Isso permitia um “acordo do moderno com o novo” ao qual o mantinha num distanciamento que permitia o exercício crítico fundamental ao escritor¹⁵⁶.

Essa posição do autor é importante para compreender sua posição frente à Abolição da escravidão. O contexto histórico de modernidade, progresso e civilização não foi suficiente para que o autor se filiasse ou militasse em algum grupo abolicionista ou antiabolicionista. O distanciamento que propôs para que os escritores pudessem exercer com mais propriedade a crítica pode ter sido o fator chave para compreender Machado de Assis que acreditava mais no abolicionismo que na Abolição. Acusado injustamente de omissão em relação à defesa do fim da escravidão por alguns intelectuais, o autor demonstrava estar um passo a frente sobre a condução da liberdade dos escravos e denunciava que a Abolição desejada pelos intelectuais era bastante diferente da que se materializou pelo Estado: Abolição sem abolicionismo. Essa é a hipótese central desta dissertação que será desenvolvida no próximo capítulo. Por ora, interessa a interlocução dos intelectuais face à Abolição da escravidão e a desenvoltura de Machado de Assis acerca deste fato.

2.2 Abolição da escravidão: ideias sobre a liberdade escrava e a visão crítica machadiana.

Pensar a Abolição da escravidão foi uma tarefa árdua para os intelectuais. Tanto para defender a proposta quanto para sua negação. Na capital do Rio de Janeiro, essa discussão foi bastante difundida haja vista o reordenamento interno do sistema escravista que se iniciara desde a Lei Eusébio de Queiroz em 1850. Porém, a utilização dos trabalhadores escravos em variados setores da economia ou mesmo pelas famílias que exploravam sua força de trabalho dificultava a aceitação dessas ideias que invadiram os espaços públicos como o Parlamento.

Apesar de a lei terminar com o tráfico de escravos que vinham do continente africano, isso não significou uma ruptura imediata do uso desse modo de obra. A demanda pelo trabalhador cativo ainda era muito alta; por isso, segundo Bethell (2002), o que aconteceu foi um deslocamento da força de trabalho disponível no território nacional para áreas mais dinâmicas da economia, formando um eixo central que girou em torno de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro:

¹⁵⁵Idem.

¹⁵⁶Idem.

Em setembro de 1862, W. D. Christie, o ministro britânico no Rio de Janeiro, reportou que 34.688 escravos tinham sido importados por mar das províncias setentrionais só para a capital, durante os dez anos e meio de janeiro de 1852 a julho de 1862, e ele acreditava que muitos mais tinham sido transportados por terra. Este movimento interno da população escrava brasileira acabou levando a uma forte concentração de escravos nas grandes fazendas e, em particular, nas plantações de café do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo¹⁵⁷.

Era o tráfico interno de escravos que vinham de outras regiões do Brasil, principalmente o nordeste, que propiciava uma boa quantidade dessa massa de trabalhadores. Ela abastecia a economia agrária e urbana que se desenvolveram nesse período na região Sudeste - o que demonstrava a dependência do uso de mão de obra escrava e as experiências com os imigrantes ainda se mostravam limitadas

A evolução da escravidão no Brasil para o Sudeste nesse momento se deveu a algumas características importantes. Bethell (2002) aponta que a lei de 1850 que colocava fim ao tráfico de escravos no Brasil foi a responsável por uma nova organização do trabalho escravo no Sudeste devido a importância da produção agrícola desenvolvida¹⁵⁸. Fortalecendo essa ideia de deslocamento da mão escrava interna, Luna e Klein (2002) destacaram que a reorganização ocorreu de acordo com algumas particularidades ocorridas na produção agrícola do sudeste¹⁵⁹, sendo elas:

1. O café, que se desenvolvia desde a primeira metade do século, ganhando cada vez mais espaços na economia brasileira, chegando ao auge no final do século.
2. A volta da importância de dois gêneros agrícolas produzidos desde o período colonial que ganharam força na segunda metade do século. O açúcar que ganhou notoriedade devido ao declínio da indústria açucareira inglesa e o algodão que reviveu sua posição no mercado internacional por causa da necessidade nos anos 1860 em que se sentia carência dos algodões produzidos no sul dos Estados Unidos por que este estava envolvido num conflito interno – a guerra da secessão – ao qual inviabilizou sua produção.
3. A terceira foi um contínuo crescimento da população cativa em Minas Gerais, a maior do Brasil, por ser uma região dedicada à produção de produtos destinados ao mercado interno. Dessa forma a mão de obra escrava que abastecia as fazendas nesse período tinha a procedência de outras regiões do Brasil de economia agrária menos dinâmica:

¹⁵⁷ BETHELL, Leslie. *A Abolição do comércio brasileiro de escravos*. Trad. Luís A. P. Souto Maior. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, p.424.

¹⁵⁸ Idem, p. 24-26.

¹⁵⁹ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. *Escravidão no Brasil*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: EDUSP, 2010, p.89.

Embora no período de existência do tráfico atlântico houvesse um fluxo comercial de escravos entre portos e dos portos regionais para os respectivos mercados, esse comércio diferia daquele que se organizou a partir de 1850. Até aquele ano, grande parte dos escravos enviados ao interior era cativo recém-chegado da África, via tráfico negreiro. No período seguinte, até o fim da escravidão, os escravos que circulavam no tráfico interno eram fornecidos pelas áreas de menor densidade econômica e abasteciam as ricas zonas de expansão da grande lavoura ¹⁶⁰.

O emprego do escravo mostrou ser muito dinâmico na região Sudeste - principalmente nos espaços urbanos. Instituiu-se nesses espaços o tipo de escravo de ganho que desenvolviam trabalhos diversos pelos quais eram pagos por terceiros e que destinava parte do ganho para o seu senhor, trabalhavam em feiras livres, vendendo excedentes agrícolas e se tivesse um ofício – como barbeiro, artesãos e outros – podia exercê-lo e destinar uma parte do que ganhava para seu dono. Atuavam também no exercício da mendicância como na prostituição ¹⁶¹.

Na primeira metade do século XIX, já havia registros dessas atividades escravas consolidadas nos centros urbanos. A análise de Karasch (2000) ¹⁶² mostra que o espaço urbano no Rio de Janeiro desenvolveu certa dependência do trabalho escravo e que isso não foi um privilégio dos grandes proprietários. Ter um ou dois escravos foi uma forma de obter lucro pela pessoa comum – a que não era fazendeiro, dono de grandes propriedades. Empregava-se o escravo em diversas áreas de trabalho que podia ser prestado diretamente ao seu dono, bem como indiretamente através do aluguel de seus escravos a terceiros para a realização dos trabalhos urbanos como o recolhimento de fezes e de outras substâncias das casas, utilizando trabalhadores chamados de “tigres”.

Destacada a importância econômica dos escravos, cabe uma análise sobre os sentidos ou ideias em torno do projeto da Abolição da escravidão por intermédios dos intelectuais. Uma sociedade como a do Rio de Janeiro que ainda insistia no trabalho escravo pensar um projeto de liberdade não foi uma tarefa das mais fáceis e os discursos foram acalorados e diversificados na cidade, tendo como atores fundamentais essa elite letrada que pensava o Brasil, objetivando o progresso e a modernidade.

Uma gama de intelectual muito importante na propagação de ideias inovadoras nos anos que antecederam a Abolição era a geração de 1870, chamado por Silvio Romero como

¹⁶⁰ Idem, p. 90-91.

¹⁶¹ Idem, p.350-351.

¹⁶² KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 269.

“um bando de ideias novas”¹⁶³. A noção de atraso em relação aos países capitalistas centrais tomou conta dessa intelectualidade que estavam afinados com a ideia de evolução, progresso, ciência e modernidade disponível no período.¹⁶⁴ Dessa forma, as ideias que gravitavam em torno da Abolição vinham, em grande parte, dos centros capitalistas europeus e dos Estados Unidos que tornaram a escravidão condenável tanto pelo seu sentido moral quanto econômico através da eficácia da produção baseada no trabalho livre assalariado¹⁶⁵. Logo, o sentido de liberdade coadunava com os princípios de civilização.

Para alguns intelectuais, entre eles Macedo (1873), a liberdade dos escravos não seria o suficiente para inserir o negro na civilização. Isso se daria através da miscigenação entre africanos e os mestiços, mais a sua complementação com os imigrantes europeus.¹⁶⁶ A ideia de liberdade estava associada à questão racial. O negro escravo era um entrave para o progresso da civilização. Para atingir o estágio evoluído, ele progressivamente se depurava, mesclava-se às raças superiores e se conduzia naturalmente a um estágio superior da humanidade. Para Macedo, a liberdade era conduzida de forma linear à medida que os escravos perdessem sua cultura e característica de matriz africana através da miscigenação com povos superiores e brancos¹⁶⁷.

Salles (1996) afirmou que os movimentos abolicionistas tinham pouca relação com as revoluções burguesas do período que expandia seus efeitos no Brasil e na intelectualidade e mais com o caráter radical democrático social¹⁶⁸, visto as limitações de cidadania impostas pelo patriarcalismo e o sistema escravista. Mesmo que a Abolição tenha sido estimulada pelo crescente capitalismo, concomitante aos ideais burgueses europeus, a particularidade local brasileira se impôs e que por isso não se deve compreender o processo externamente.

Ainda Salles (1996), o abolicionismo não se restringia a simples libertação da mão de obra escrava para assalariada; estava muito além. Salles (1996) exemplifica com os

¹⁶³ SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do segundo reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p.20.

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Idem, p.88.

¹⁶⁶ MACEDO, Joaquim Manoel de. *Noções de corografia do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia franco-americana, 1873, primeira parte, p.207. Disponível em :<https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=midias&id=129883>. Acesso 05/03/2019.

¹⁶⁷ Idem, pp 207-208.

¹⁶⁸ SALLES, Ricardo. Op. Cit. p. 178-179.

argumentos de Joaquim Nabuco, em sua obra “O abolicionismo”, os quais faziam referência à incorporação do escravo à cidadania:

Além das reformas políticas relativas à federação e ao sistema eleitoral – que ele encarava como secundárias ante a bandeira unificadora da Abolição -, para Nabuco, seria um longo trabalho de incorporação da massa de ex-escravos no mundo da cidadania, como condição da construção de uma nacionalidade. Diferentemente da mentalidade cientificista que começava a predominar, Nabuco não via na composição racial do povo brasileiro a principal contribuição negativa da escravidão na formação nacional¹⁶⁹.

Logo, o combate à escravidão estava relacionado à formação da identidade brasileira. Pensar o Brasil, excluindo a população de grande expressão na sua composição social, implicava colocar em risco a construção de uma nação. Essa preocupação não foi fato isolado de Joaquim Nabuco; pois, abolicionistas, como André Rebouças, defendiam a ideia de que junto à Abolição da escravidão deveria vir uma reforma agrária que inserisse o escravo na cidadania¹⁷⁰.

A ideia de inserção do negro podia ser observada em alguns apoiadores da causa abolicionista, como o empreendedor e chefe do quilombo do Leblon José de Seixas Magalhães no Rio de Janeiro, segundo Silva (2003)¹⁷¹. Por aqui havia quilombos próximos aos centros urbanos mantidos por abolicionistas, o que significava um contato maior entre os quilombolas nesses espaços com a população urbana que aqueles embrenhados no interior das matas e florestas. Magalhães era dono de fábrica de malas e investia em terras e produção de flores com ajuda dos negros escravos fugitivos. Lá eram produzidas as famosas camélias, símbolo do movimento abolicionista. Elas simbolizavam a civilização, pois eram raras no Brasil e exigiam refino em seu cultivo¹⁷². Inserir o escravo fugitivo no modelo de trabalho livre e moderno foi uma maneira de civilizar ou inserir o escravo no processo em conformidade com o desenvolvimento e progresso que se construía no Rio de Janeiro.

Os debates em torno da Abolição foram marcados pela diversidade de ideias e pluralidade das ações de seus proponentes. Significou que os meios para atingir os fins eram

¹⁶⁹ Idem, p.180-181.

¹⁷⁰ Idem, p.182. Para um aprofundamento dessas ideias reformistas em torno da abolição recomenda-se a leitura: URBINATI, Inoã Pierre Carvalho. *Ideias e projetos de reforma agrária no final do Império (1871-1889): uma análise de seu sentido político e social*. Dissertação de mestrado. 196f. Rio de Janeiro, UERJ, 2008.

¹⁷¹ SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura*. São Paulo: Companhia das letras, 2003, p. 83-88.

¹⁷² Idem.

diversos e, às vezes, confusos. Na esfera política, os discursos de deputados endossavam essa confusão. O deputado Afonso Celso – intelectual jurista, monarquista que depois abraçou o abolicionismo após a “revolta do vintém” - foi um exemplo dessa defesa da Abolição; mas, ao mesmo tempo, combatia essa Abolição que infringia o respeito à propriedade¹⁷³. Havia uma dubiedade nessa fala que na prática significava entravar os encaminhamentos abolicionistas na câmara de deputados. A defesa da propriedade numa cidade pretensamentemoderna confrontava a noção de direitos humanos que também era uma característica da modernidade.

A questão do direito à propriedade não foi o único entrave aos projetos abolicionistas. O escravo enfrentava outra barreira para a efetivação da Abolição da escravidão. Era o “imaginário” alimentado pelo racismo “cientificista” muito em voga no século XIX¹⁷⁴. Sobre isso, Azevedo (1987)¹⁷⁵ analisa o projeto de Abolição a partir de um medo das elites brancas e senhores de escravos que via nestes um espírito de ruindade e violência incapaz de conviver em paz numa sociedade civilizada; pois não tiveram uma educação ou preparação para isto. Logo, um projeto ambicioso que foi debatido na assembleia legislativa e incentivado pelo governo imperial foi a tentativa de embranquecer a sociedade e cobrir os “buracos” causados pelo projeto de acabar com o trabalho servil que se configurava e se aproximava.

Os projetos imigrantistas¹⁷⁶ buscavam resolver os problemas de uma suposta “falta” de mão de obra nas lavouras que seria causada pelo projeto abolicionista. Por sua vez, esses projetos serviam também para embranquecer a sociedade, dar um aspecto mais europeu e civilizado. Havia uma determinada crença de superioridade racial em que determinados grupos de intelectuais se preocupavam com a possível consolidação da Abolição - como o caso de Macedo (1873) citado anteriormente. Dessa forma era necessário substituir o trabalho escravo – incluindo de ex-escravo – por trabalhadores mais habilitados e superiores.¹⁷⁷ Uma

¹⁷³ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *A lei de 1885 e os caminhos da liberdade*. 1995. [s.n]. Dissertação. (Dissertação de mestrado). Faculdade de História, IFCH, UEC, Campinas, 1995, p.23-24.

¹⁷⁴ Sobre raça e ciência ver CARULA, Karoline. Op. Cit. p. 123-137.

¹⁷⁵ AZEVEDO, C, Op. Cit. p. 128.

¹⁷⁶ Esses projetos eram a forma encontrada de substituir o trabalho escravo e o próprio negro fisicamente por imigrantes brancos, impulsionados por teorias racistas e civilização buscavam numa parceria pública e privada para incentivar a vindas desses imigrantes para trabalhar tanto nas lavouras como nos centros urbanos. AZEVEDO, C. Op. Cit. p. 62-63.

¹⁷⁷ Idem, p.162.

das justificativas era o argumento “racista” muito em voga na época baseado na inferioridade africana “comprovada” pela ciência. A trajetória do escravo na sociedade começava a ser determinada antes mesmo de sua liberdade:

Assim, do imaginário do medo, aquele que tinha por centro a figura do negro instável e perigoso que exigia um permanente controle da parte do branco, vai gradualmente cedendo lugar a um outro imaginário de paz e progresso e cuja personagem central e redentora dos males do país era o imigrante¹⁷⁸.

Azevedo (1987) ainda destacou que determinados abolicionistas lutavam pela liberdade dos escravos ao mesmo tempo em que pensava num controle dessa massa livre na moderna sociedade. Dessa maneira havia uma preocupação com as propriedades dos senhores de escravos e com sua produção que era a base da economia. Como exemplo, Azevedo (1987) citou os abolicionistas tidos como mais radicais - os caifazes de Antônio Bento. Ela apontou que apesar de afirmarem interesses contrários aos senhores de escravos, estes radicais demonstravam grande preocupação com os fazendeiros escravistas cuja riqueza estava sendo ameaçada pela fuga em massa dos escravos ajudados pelos abolicionistas. Incomodava também o comportamento explosivo dos escravos que colocava em risco a produção das fazendas - grandes produtoras de riquezas da nação - e estaria colocando em risco o “progresso” e a “prosperidade”. Dessa forma, os caifazes acabavam propondo ações que acabariam por controlar o negro a fim de devolvê-lo ao seu senhor na condição de assalariado.¹⁷⁹

Acredita-se que o “espírito” da modernidade, a euforia em relação ao progresso que se apresentava, o desejo de “civiliza-se” traziam não somente o sonho de um Brasil melhor como também suas contradições inerentes. Pensando por essa lógica, a Abolição seria um ato de modernidade, de rompimento com o passado colonial e incivilizado, a redenção de um país rumo ao futuro condizente com a cidade capital cosmopolita que seria o Rio de Janeiro. Entretanto, esse mesmo discurso de modernidade, juntamente com o “racismo científico”, apresentava algumas contradições pertinentes à conjugação da teoria e prática.

Um caso bem sucinto foi o então deputado do Partido Conservador o literato e advogado José de Alencar, também poeta, escritor de romances e peças teatrais, intelectual muito considerado por sua inovação literária que rompia determinados paradigmas de escrever romances. Se em suas obras a modernidade se fez presente, inovando as tendências

¹⁷⁸ Idem, p. 253.

¹⁷⁹ Idem, p. 257.

literárias por outro lado essa postura de moderno tem seus limites. Estes eram políticos. A modernidade e progresso, comum aos homens e intelectuais do final do século XIX, não contemplava os escravos segundo o entendimento de Alencar. Ele escreveu sete cartas ao imperador D. Pedro II em que argumentavam não ser a hora da Abolição. O propósito de sua mensagem era a defesa política da escravidão brasileira que vinha sendo “tentada” internamente como internacionalmente após a Abolição da escravidão nos Estados Unidos com o fim da Guerra da Secessão¹⁸⁰.

Alencar escreveu as “cartas políticas” após seu primeiro mandato na Câmara de Deputados (1861-63) obtido com o apoio do Partido Conservador que o apoiava em sua carreira política - reeleição para deputado 1869-72, nomeação ministro da justiça em 1868, até a tentativa de se tornar senador. Vale ressaltar que este partido tem um histórico de atuação em favor da escravidão vinda desde a primeira metade do século XIX, não se encerrando com o fim do tráfico de escravo africano com a Lei Eusébio de Queiroz de 1850¹⁸¹. Salientar as visões desse partido ao qual pertencia o autor é importante para compreender suas ações em relações a escravidão e ao projeto de Abolição. Se o partido congregava pessoas ou grupos semelhantes que possuem projetos similares em relação a uma determinada realidade, entende-se que José de Alencar foi um agregado que compartilhava os ideais do partido. O que interessa aqui foi seu posicionamento quanto à escravidão via cartas que escrevera ao imperador D. Pedro II.

Segundo Parron (2008), José de Alencar trazia um discurso de cunho moderno para justificar a escravidão. Sendo um intelectual estava atento às ideias europeias que circulavam na Capital as quais requeriam a noção de moderno. Porém, no entendimento de José de Alencar o trabalho escravo não podia ser entendido como uma contradição ao projeto modernizador, pois as sociedades mais antigas se desenvolveram a partir da escravidão. Entende-se que esta postura do poeta foi uma questão de ressignificação das ideias estrangeiras. Ele apresentava suas justificativas que desqualificava o ato de fundar a escravidão no Brasil com o intuito de civilizar os africanos através de sua submissão. A escravidão - continuava o poeta - ainda não cumprira este papel com os “povos bárbaros” africanos. Fez uma análise onde apontava que nos tempos modernos os povos bárbaros não conquistavam os mais instruídos e que por isso os mais civilizados e instruídos moralizam os

¹⁸⁰ PARRON, Tâmis. *José de Alencar: cartas a favor da escravidão*. São Paulo: Hedra, 2008, p.14.

¹⁸¹ Idem, p. 13.

mais atrasados por meio da escravização¹⁸². O que ocorria no Brasil, de acordo com José de Alencar, era que a escravidão tinha menos de trezentos anos e em comparação com a antiguidade esse período é muito curto para que o espírito civilizado se concretize no povo africano¹⁸³. Portanto, para o bem do projeto de civilização e progresso, os escravos deviam permanecer presos para seu próprio bem.

A Abolição foi utilizada pelos intelectuais para defender ideias que eram externas a questão de liberdade, propriedade ou modernidade, ou seja, ela serviu para a defesa de ideias que se preocupavam com o regime político do país. As ideias republicanas eram divulgadas pelos seus intelectuais em contraposição ao regime monárquico, como os monarquistas se utilizavam da Abolição como uma afirmação do poder real, ou seja, a Abolição foi tanto um projeto de liberdade dos escravos como instrumento político de determinado grupo de intelectuais – ocorreu uma apropriação do projeto abolicionista por correntes políticas.

A ideia de república estava atrelada a noção de liberdade, progresso e liberdade e via sobre tudo alinhada com a ideia de democracia¹⁸⁴. Logo, o seu oposto foi a monarquia com seus sentidos coloniais, antigos e autoritários. O movimento intelectual da Geração de 1870 era reconhecido por suas ideias irem de encontro a *status quo* imperial¹⁸⁵. Logo, defender ideias como Abolição, república e democracia era comum entre eles¹⁸⁶. Porém, é importante salientar que nem todo abolicionista era republicano, havia aqueles que defendiam a monarquia. Caso ilustrativo foi José do Patrocínio, abolicionista, que chegou a defender a república no início, passou a apoiar as propostas de uma monarquia popular que incluísse os negros nas reformas do governo caso a princesa Isabel assumisse o trono em função das doenças do imperador D. Pedro II¹⁸⁷.

2.2.1 Abolição e Machado de Assis.

¹⁸² Idem, p. 67.

¹⁸³ Idem, p.90.

¹⁸⁴ MELLO, Maria Teresa Chaves de. *Op. Cit.*, p. 146.

¹⁸⁵ ALONSO, Ângela. ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Terra e paz, 2002, p.47.

¹⁸⁶ COSTA, Emilia Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 2007, p. 14.

¹⁸⁷ MESQUITA, Maria Luiza de Carvalho. *O terceiro reinado: Isabel de Bragança. A Imperatriz que não foi*. Dissertação de mestrado. 189f. Vassouras, Rio de Janeiro: Universidade Severino Sombra, 2009, p.105.

Tinha ele uma escrava de 65 anos, que já lhe havia dado a ganhar sete ou oito vezes o custo. Fez anos e lembrou-se de libertar a escrava... de graça. De graça! Já isto é gentil. Ora, como só a mão direita soube do caso (a esquerda ignorou-o), travou da pena, molhou-a no tinteiro e escreveu uma notícia singela para os jornais indicando o fato, o nome da preta, o seu nome, o motivo do benefício, e este único comentário: "Ações desta merecem todo o louvor das almas bem formadas"¹⁸⁸.

Em 1877, Machado de Assis publicou este texto que pode, desde já para este trabalho, desfazer a má impressão ou suposta negligência do autor sobre a questão da liberdade do escravo. Essa visão precipitada e carregada de vaidade “intelectual” teve como uns dos precursores - que construíram uma imagem negativa sobre o autor - o escritor Hemérito dos Santos (1858-1939)¹⁸⁹ que fez também sucessores e legou uma má interpretação a gerações futuras¹⁹⁰. Machado de Assis foi acusado injustamente por seus intérpretes de não impregnar a questão nacional em seus textos, nem os personagens sociais e muito menos a questão dos negros escravos como deveria ser nos anos que precederam a Abolição. Foi taxado por Hemérito dos Santos de “arrivista frio e obstinado, ansioso por se desligar das suas origens humildes e da sua raça”¹⁹¹. Silvio Romero reforçou isto através de ataques após uma crítica feita por Machado de Assis no texto “A nova geração”¹⁹² que a entendeu como uma ofensa e que passou a perseguir e criticar sem fundamento as obras machadianas; tornando-se uma questão mais pessoal e menos literária¹⁹³. Romero criticava seus textos, defendendo a escola de Recife.

Essas acusações “literárias” não foram consenso entre os intelectuais. A título de exemplo, escritores brasileiros como Afrânio Coutinho (1940) e José Veríssimo (1916)¹⁹⁴

¹⁸⁸ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. História de quinze dias. In: Revista Ilustração Brasileira, 15/06/1877. Disponível em: http://www.machadodeassis.org.br/abl_minisites/cgi/cgilua.exe/sys/starta069.html?UserActiveTemplate=machadodeassis&sid=95&from_info_index=1&tpl=printerview_default. Acessado em 20 Fev. 2019.

¹⁸⁹ MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira. Vol. V. (1897-1914)*. São Paulo: Editora Cultrix, 1978, p.393.

¹⁹⁰ Alguns autores do início do século XX também tiveram uma má impressão sobre Machado de Assis como, por exemplo, Gilberto Freyre. Ver em FREYRE, Gilberto. *Reinterpretando José de Alencar*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1955, p.9.

¹⁹¹ MARTINS, Wilson. Idem.

¹⁹² Esse texto foi uma crítica feita por Machado, dentre outras coisas, ao escritor Silvio Romero, tido por ele como um destacado membro da nova geração, por lhe faltar estilo. Ver: ASSIS, Joaquim Maria Machado de. “A Nova geração”. In: *Obra Completa* de Machado de Assis, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. III, 1994. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=8247>. Acessado em: 8 Jun. 2019.

¹⁹³ Idem. p. 393-394.

¹⁹⁴ COUTINHO (1940, p.19), VERÍSSIMO (1916, p.277), apud BAPTISTA, Abel Barros. Op. Cit. p. 33-35.

defenderam Machado de Assis como escritor de seu tempo, cômico de suas temáticas buscadas na realidade, na sociedade e como crítico lúcido, atento aos problemas do Brasil.

Não foi verdade que Machado de Assis negligenciou a temática da Abolição da escravidão. Somente uma leitura superficial, incapaz de compreender o estilo refinado da crítica machadiana, do humor, da ironia coaduna com essa má impressão. A ficção como ferramenta de pensar e criticar a realidade foi a peça fundamental para compreender a posição do cronista face à escravidão e o fim dessa instituição tão marcante na sociedade. Em defesa do escritor, pode-se afirmar que defendia a Abolição – idealizada pelo intelectual e diferente da política que se apropriou do projeto - como também combatia a própria mentalidade escravista de uma sociedade que se espelhava na modernidade.

As contradições do sistema escravista eram recorrentes em consideráveis compilações de textos do autor. “História de quinze dias”, “Os escravos de Pio” em “Virginius”, “Pancrácio” em “Bons Dias!”, “A escrava leiloadá”, em “Ao acaso” são exemplos de histórias, dentre várias outras que poderiam ser citadas, elaboradas por Machado de Assis que ridicularizam a escravidão, apontavam as injustiças e a desumanidade do sistema¹⁹⁵. No que tange a Abolição, Lopes (2007) procurou demonstrar o lado crítico de Machado de Assis dentro das discussões sobre a Abolição que tomavam as páginas dos jornais cariocas entre os abolicionistas e escravocratas. Tomou como exemplo o personagem “Pai Silvério” que levantou a problemática sobre Abolição; não pela questão da liberdade, mas da realidade que enfrentariam os escravos haja vista a condução do projeto que estava se consolidando:

Diante das acaloradas discussões tornadas públicas pelas folhas da época, o narrador levanta um questionamento: diante da possível liberdade, o escravizado seria considerado escravo ou gente? Cativo ou *statuliber*? As discussões são denominadas peijas: lutas travadas entre os abolicionistas e os escravocratas que não passavam de debates sem efetivação concreta para a transformação da sociedade¹⁹⁶.

Lopes (2007) defende que Machado de Assis via com desconfianças o processo de Abolição da escravidão. Por mais que se debruçasse sobre a questão, no fim a situação do negro escravo não seria muito diferente quando se tornasse “livre”. Assim, demonstra que a Abolição pretendida pelo intelectual se distanciava cada vez mais daquela que se avizinhava e que foi consolidada em maio de 1888. A crítica machadiana se fundava no conceito paradoxal de liberdade ameaçada pela própria liberdade, isto é, a teoria da liberdade de intelectuais

¹⁹⁵ LOPES, Elisângela Aparecida. “Homem do seu tempo e do seu país”: senhores, escravos e libertos nos escritos de Machado de Assis. Dissertação de mestrado. 171f. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p.17-20.

¹⁹⁶ Idem. pp. 147-148.

modernos, civilizados nada tinha haver com a liberdade colocada em prática que faria os “libertos” aparentemente na mesma condição de escravos. Essas questões do ceticismo e da indiferença situacionais são apontadas por Lopes (2007) do último livro de Machado de Assis “Memorial de Aires” de 1908¹⁹⁷ no qual o personagem narra que as coisas não mudaram enquanto estava na Europa e nada apontava que iriam mudar.

Diferente dos discursos de seus desafetos, Machado de Assis demonstrava sua posição a favor da liberdade através de seus personagens fictícios. A Abolição era bem vinda e estava claro no “Memorial de Aires”, conforme Wilson Martins¹⁹⁸. Sobre os boatos de uma possível lei abolicionista, o personagem Aires escrevia “Venha que é tempo”¹⁹⁹; o que corroborava com a ideia de que Machado de Assis não foi negligente enquanto intelectual frente à questão da liberdade dos escravos. As sutilezas da ficção devem ser melhores exploradas e estudadas para analisar as ações dos intelectuais como homens de seu tempo.

Machado de Assis tinha uma visão crítica muito apurada sobre os fatos que talvez alguns não entendessem e lhe impingisse duras críticas como Silvio Romero. O autor foi capaz de se “distanciar” dos fatos para exercer a primazia da crítica inerente ao intelectual e, dessa maneira, muito contribuiu para Abolição - seus textos são as peças-chaves para esse entendimento. A crítica à Abolição do escritor não era em torno de sua aceitação ou recusa, mas na determinação do seu tipo. O conto “Pancrácio” deixa transparecer o ceticismo machadiano sobre a liberdade dos escravos na prática²⁰⁰. Nele o autor “denuncia” que as condições dos libertos não se diferenciavam de quando eram escravos. Os abusos por parte dos senhores eram recorrentes na condição de empregador; bem como o racismo e a exploração do trabalho através de salários muito baixos. Para Lima (2013)

[...] as crônicas escritas de Machado de Assis, escritas entre 5 de abril de 1888 a 26 de junho de 1888, tem como preocupação fundamental a abordagem de questões inerentes à prática escravagista, crônicas nas quais também fica evidente, pela ótica pessimista do bruxo do Cosme Velho, “que o fim da escravidão não traria as mudanças mais fundamentais desejadas pelos abolicionistas mais otimistas”²⁰¹.

¹⁹⁷ Idem. p.152.

¹⁹⁸ MARTINS, Wilson. Idem, p.391-392.

¹⁹⁹ Idem.

²⁰⁰ LIMA, Marco Hidemi. *Machado cronista: diálogos do cotidiano*. In: Revista Organon, Porto Alegre, v. 28, n. 55, p. 15-31, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/viewFile/42078/28530>. Acesso em 09/04/2019.

²⁰¹ Idem.

Compreender Machado de Assis e sua visão cética acerca dos fatos requer referênci a um recurso da literatura que provoca o leitor, instiga a reflexão crítica sobre os mesmos: a ironia. Sua posição face à Abolição da escravidão se demonstrava por meio deste recurso. Por isso, faz-se necessário comentar a apropriação aqui de algumas das várias definições que Hutcheon (2000)²⁰² apresenta a este conceito. Ao discorrer sobre as possíveis manifestações desta figura de linguagem, a ironia machadiana manifestada nas crônicas, especialmente para este trabalho, configurou-se enquanto fórmula capaz dar um tom de leveza a verdade, introduzindo-a vagarosamente e com comicidade a contradição numa estratégia de não perseguição.

O recurso irônico utilizado pelo escritor realizado em suas críticas à sociedade de seu tempo contém um tom pilhérico, humorístico, fazendo com que as intenções estejam no que Hutcheon (2000) chama de suplementação desentido, o modo do “não dito, do não ouvido, do não visto”, um jogo e o “contradiscorso”. Já nas primeiras páginas de seu estudo, ela chama a atenção do leitor para a natureza política da ironia.

Assim, ao analisar o posicionamento de Machado de Assis em relação à Abolição da escravidão deve se levar em consideração a forma de produção de seus textos – no caso a ficção. O artigo “Instinto de Nacionalidade”, analisado aqui anteriormente, remete a ideia de liberdade do intelectual de criticar a realidade a sua maneira e pensar um Brasil diferente através da produção literária. Os recursos utilizados pelo escritor como a pilhéria, humor e a ironia davam essa liberdade sem se comprometer com um estilo que limitasse a criatividade do escritor; logo, a questão da Abolição nunca ficou de fora dos textos machadianos, ficando “subentendido”, “não dito” de acordo com seu estilo próprio que não o mantinha “distante” e, acima de tudo, crítico frente aos fatos.

2.3 A imprensa: Abolição, crônicas e Machado de Assis.

Muito se tem discutido na historiografia o papel da imprensa na história²⁰³. O principal veículo da imprensa foram os jornais no final do século XIX. Estes podem ser

²⁰² HUTCHEON, Linda. *Teoria e política da ironia*. Trad. Julio Jeha. Belo Horizonte: UFMG, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000186&pid=S2316-4018201200020001200019&lng=en.

²⁰³ Para compreender a imprensa é preciso historicizá-la, pois os sentidos, símbolos e poder inseridos no seu âmbito condizem com seu espaço e tempo historicamente identificado. Para uma análise mais profunda sobre o papel da imprensa em diferentes contextos históricos ver: BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa. Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010; MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e Brados. Jose do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói: editora UFF, 2014;

entendidos como fonte documental pelo fato de representarem os diversos seguimentos sociais, seus símbolos, ideias e poder; conseqüentemente serviam de instrumentos formadores de opinião pública. Conforma-se com o conceito de opinião pública de Morel (2005) que a entende como um conceito datado historicamente e “como um recurso para legitimação de práticas políticas, como operações simbólicas de transformar opiniões individuais ou setoriais em opinião geral”²⁰⁴.

Os intelectuais foram os principais formadores de opinião que se apresentavam através dos jornais para demonstrar aos leitores seu projeto de vida, suas ideias, e pensamentos sobre o Brasil. Eles buscavam nos recursos literários uma maneira de provocar a opinião pública. Esse ato é político e não pode ser desvinculado da realidade em que viviam os agentes formadores de opiniões. A política é uma das questões centrais dos jornais discutidas por esses intelectuais que produziam notícias e opiniões sobre elas. Dessa forma, defende-se aqui que as manifestações culturais instrumentalizadas por ideais nos jornais são marcadamente políticas, pois

A política baseia-se na pluralidade dos homens. Deus criou o homem, os homens são um produto humano mundano, e produto da natureza humana. A filosofia e a teologia sempre se ocupam *do* homem, e todas as suas afirmações seriam corretas mesmo se houvesse apenas um homem, ou apenas dois homens, ou apenas homens idênticos. [...] A política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças²⁰⁵.

Na ausência de outras formas de expor opiniões durante o século XIX e na larga distância entre o parlamento e a sociedade a imprensa escrita foi o principal instrumento de informação e disputas políticas nos espaços cariocas. Os acontecimentos econômicos, as notícias de crimes, a agenda cultural e os debates acalorados dos fatos políticos ocorridos na Corte configuravam o grosso dos conteúdos de revistas e jornais; mais ainda nesse último em que sua produção poderia ser tanto semanal como diária. A maneira de se informar dos fatos, novidades e assuntos do cotidiano era por meio da leitura desses veículos de informação.

A maioria da população não sabia ler²⁰⁶, mas aqueles que sabiam consumiam essas publicações e levavam as questões por eles discutidas para os espaços públicos como cafés,

BASTOS et al. *História e imprensa : representações culturais e práticas poder*. Rio de Janeiro: DP&A:FAPERJ, 2006.

²⁰⁴ MOREL, Marco. Op. Cit. p. 200.

²⁰⁵ ARENDT, Hannah. O que é política? Tradução Reinaldo Guarani. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p.7.

²⁰⁶ GUIMARÃES, Hélio de seixas. *Tem alguém aí? Revista de História da Biblioteca Nacional. Machado de Assis como você nunca viu*. Rio de Janeiro, Ano 3, nº 36, setembro/2008, p.18

bares, praças e até mesmo nos transportes centrais como os bondes. Cabe salientar que a leitura oral²⁰⁷ dos jornais tinha a função de levar ao público não letrado as informações divulgadas nos jornais, chegando a um número maior de pessoas:

A leitura - em voz alta, em torno da família, dos amigos, no ambiente da casa ou, silenciosamente, no trajeto de casa para o trabalho e vice-versa, nos bondes, nos trens, ao ar livre, e das duas formas, no ambiente privado do trabalho, nas horas vagas do dia – coloca em evidencia uma sociabilidade particular. Muitos sabem ler, sem saber escrever. Outros não sabem ler, nem escrever, mas tomam contato com os sinais impressos naquelas páginas. Os jornais têm seguramente, mais ouvinte do que leitores e são, certamente, mais ouvidos e vistos do que lidos²⁰⁸.

Dessa forma, a circulação de ideias - e com ela a formação de opinião pública - se concretizava pelo grande volume de revistas e jornais produzidos pela elite literária, conhecedora das letras. Esta elite emitia opiniões de acordo com suas ideias ou do grupo a qual pertencia sobre o que se passava na cidade. Nesse sentido, entravam em cena os intelectuais que trabalhavam em sua maioria nos jornais²⁰⁹, visto que não podiam viver unicamente dos livros que vendiam para as editoras. Machado de Assis foi um exemplo dessa prática. Sua renda provia do que vendia para as editoras, dos artigos nos jornais e, maior parte dela, de seu cargo público que desempenhava no Ministério da Agricultura²¹⁰.

Os jornais deixavam de ser simples divulgadores de notícias, conforme visto anteriormente por Bastos (2006), para ocupar um papel preponderante como articuladores políticos que congregavam os mais variados atores e representantes dos seguimentos da sociedade. Num contexto histórico em que a cidade e as diversidades estavam dialogando, os jornais foram responsáveis por apresentar ao público em geral suas opiniões através dos escritores, doutos e conhecedores, formando opiniões sobre os mais diversos assuntos. Os intelectuais tiveram tamanha importância que “[...] não é mais possível escrever uma história da vida cultural brasileira oitocentista brasileira sem consultar os jornais da época”²¹¹, bem como é muito difícil separar a história política da atuação da imprensa e de seus colaboradores.

²⁰⁷ Sobre a leitura oral de texto cabe ressaltar a tradição existente da leitura em família, como foi o caso de José de Alencar. Ver: RODRIGUES, Antonio Edmilson, Martins et. al. *José de Alencar: o poeta armado do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

²⁰⁸ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa. Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 206.

²⁰⁹ GUIMARÃES, Hélio de seixas. Op. Cit. p. 16-19.

²¹⁰ Idem.

²¹¹ BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. *Jornal e literatura: a imprensa brasileira no século XIX*. Porto Alegre: Nova Prova, 2007, p. 18.

O poder conferido à imprensa nesse período atingiu uma grandeza que a tornavajornalismo literário capaz de mobilizar os agentes históricosface aos acontecimentos que se desenrolavam no período em questão. Ela não se limitava em noticiar, mas podiam fazer a própria construção do acontecimento²¹². Logo, a prática de noticiar não se restringiu a “demonstrar” o ocorrido, buscava formar a opinião pública esperando “criar” uma situação política na prática – como exemplo as campanhas abolicionistas e seus discursos²¹³.

Tal comoobservouNora (1988)“os veículos de comunicação, na história contemporânea, produzem o acontecimento e, ao ser destacado, em função da publicidade o torna conhecido, algumas vezes, até em detrimento de outros”²¹⁴. Por isso, quando o historiador tiver os periódicos como fonte histórica, deve compreender que eles são relatos de alguém sobre o que aconteceu²¹⁵, o que revela o jogo das intenções que envolvem o escritor e o receptor/leitor.

Os intelectuais foram fundamentais para o sucesso e poder dos jornais, mais a formação de um sistema literário que incluía autor, receptor e mercado²¹⁶. Na segunda metade do século XIX, destacando os anos subsequentes a 1870, eles priorizavam em suas publicações temas que abalavam as estruturas do sistema escravista, bem como a cadeia de dependência oriunda dele. Estavam em voga as palavras de ordem como o progresso, a civilização e a modernidade que penetraram nos círculos intelectuais brasileiros e, conseqüentemente, nos assuntos diários divulgados nos jornais.

Nesse contexto ampliaram-se os jornais que criticavam o regime imperial²¹⁷ e a escravidão²¹⁸. Com os críticos do trabalho escravo surgiram uma gama de jornais

²¹² MACHADO, Humberto Fernandes. *Imprensa e identidade do ex-escravo no contexto pós abolição*. In: BASTOS et al. *História e imprensa : representações culturais e práticas poder*. Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ, 2006, p. 151.

²¹³ Idem, p.150-151.

²¹⁴ NORA, Pierre. “O retorno do fato”. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.). *História: NovosProblemas*. 3 a. ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 181.

²¹⁵DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p.16.

²¹⁶CÂNDIDO, Antônio et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: editora da UNICAMPI; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

²¹⁷Jornais como *A REPUBLICA* e *O PAIZ* tinha como plataforma atacar a monarquia. Dentre suas estratégias, responsabilizavam o império pela escravidão, mesmo não se declarando abolicionistas. BARBOSA, Marialva. Op. Cit. p. 112.

abolicionistas, com seus intelectuais - destacando a *Gazeta de Notícias*, fundada por Ferreira Araújo e *Gazeta da Tarde e Cidade do Rio*, ambas fundada por José do Patrocínio e, anos depois, *O Abolicionista*, presidido por Joaquim Nabuco²¹⁹ - que atuaram na luta pela Abolição. O papel desses intelectuais foi preponderante, pois valorizava as ideias propostas pelos jornais.

O alcance das opiniões fomentadas nos jornais foi tão grande ao ponto daqueles que não sabiam ler acabavam ficando inteirados dos assuntos corriqueiros, políticos e econômicos da cidade do Rio de Janeiro e ficavam atentos as discussões. Uma vez que a escrita não atingia os analfabetos, a oralidade - ressaltando a importância dos teatros - cumpria um papel importante para esse seguimento que se informava nos espaços públicos; assim, as peças teatrais também eram espaços de informação das questões políticas. Foi assim que as ideias abolicionistas “ganharam as ruas”:

Numa sociedade marcada pelo analfabetismo, os periódicos eram mais ouvidos e vistos do que lidos. A “leitura de ouvido” fazia com que as ideias abolicionistas fossem difundidas mesmo a analfabetos. As pessoas começavam a tomar maior contato com as notícias através da publicidade efetuada pelos próprios jornaleiros, interessados nas vendas. As novas condições permitiram aos órgãos da imprensa adquirir maior independência em relação aos anunciantes, tornando mais fácil a divulgação das ideias abolicionistas²²⁰.

Havia uma diversidade de intelectuais e de ideias que circulavam durante a segunda metade do século XIX. As revistas e jornais foram seus instrumentos de persuasão e luta simbólica. Dessa forma, a ação dos intelectuais pode ser entendida como uma ação política. Ao estudar os intelectuais e os movimentos organizados por essa geração, Alonso (2002) opta como metodologia analisar a própria dinâmica política de seus idealizadores ao invés de buscar as matrizes ideológicas que estes tinham como base, privilegiando a tensão entre a obra e a experiência social; pois

Dada a inexistência de um campo intelectual autônomo no século XIX brasileiro, toda manifestação intelectual era imediatamente um evento político. A experiência dos membros do movimento “intelectual” da geração de 1870 era, pois, política. Por isso, em vez de organizar os textos conforme referências teóricas, elege a

²¹⁸Importante frisar que os jornais se multiplicaram no Rio de Janeiro desde a primeira metade do século XIX. Seu principal papel era o controle social, servindo, prioritariamente à própria estrutura de poder. Ver BARBOSA, Marialva. Op. Cit. p.111.

²¹⁹Idem, p. 111-112.

²²⁰ MACHADO, Humberto F. “O Abolicionismo ‘ganha as ruas’ no Rio de Janeiro”, In: *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, nº4. Curitiba, 1998, p.74.

própria dinâmica política - a performance política e de seus agentes e argumentos – como perspectivas de análise²²¹.

A contestação do *status quo* imperial, bem das estruturas que o sustentava, passou a ser o objetivo de determinados intelectuais que se organizavam com um intuito de pensar um Brasil moderno. A escravidão era um dos sustentáculos desse regime político e passou a ser vista como uma “inimiga” da civilização moderna. Logo, as revistas e jornais se tornaram maneiras práticas de grande alcance na sociedade para tentar romper com o sistema escravista que excluía grande parcela da sociedade - principalmente no espaço urbano onde se concentravam as diversidades típicas daquele contexto. Novas formas de pensar a realidade e, conseqüentemente, de atuar nela surgiram conforme a necessidade desse público. A Abolição era uma forma de atacar aquela sociedade não moderna que insistia em existir, e a imprensa que era engajada nesse propósito, com a participação dos intelectuais, foi um mecanismo que contestava e mobilizava a sociedade.

Um dos jornais que a princípio, de formas mais moderada, criticava a sorte dos cativos foi a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, de propriedade de Ferreira Araújo, fundada em 1876, cujo conteúdo buscava sensibilizar os leitores sobre os cativos “infelizes” e “desprotegidos”²²². O periódico abriu espaço para a publicação de manifestos abolicionistas onde tinha um perfil moderado²²³; tanto que ainda publicava em seus anúncios notícias de escravos fugidos e a recompensa pela captura, notícias de aluguel e venda de escravos. Com a admissão de José do Patrocínio como redator, em 1877 e após 1880, quando o movimento contra a escravidão se acentuou, o jornal tornou-se um crítico contundente da escravidão e passou a defender abertamente a Abolição²²⁴. Ainda assim, os anúncios de escravos ainda persistiam, mesmo havendo os escritos de Patrocínio em um lado do jornal²²⁵.

Outros jornais eram mais radicais na defesa da Abolição que a *Gazeta de Notícias* como *O Abolicionista*²²⁶ que tinha como diretor o intelectual Joaquim Nabuco. Esse jornal foi criado pela Sociedade Brasileira contra a Escravidão, criticava diretamente a escravidão e os

²²¹ ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil - Império*. São Paulo: Paz e terra: 2002, p. 38.

²²² MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados. José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: editora UFF, 2014, p.131.

²²³ Idem.

²²⁴ Idem.

²²⁵ BARBOSA, Marialva. Op. Cit. p.112.

²²⁶ Idem.

senhores escravocratas que insistiam em manter a instituição repudiada pelos povos “civilizados”²²⁷. Ele tinha preocupação com a imagem do Brasil internacionalmente, suas matérias priorizavam cartas e moções em apoio às sociedades abolicionistas.

Nesse mesmo contexto, destacava-se a *Revista Illustrada*, surgida em 1881, do imigrante italiano Ângelo Agostini que através de sátiras procurava constranger os defensores da escravidão. A revista utilizava notícias sobre os escravos para favorecer a campanha abolicionista. O humor, através das caricaturas, foi peça fundamental para colaborar com os ideais abolicionistas, procurando apontar as incoerências com as pretensões de uma sociedade brasileira civilizada²²⁸.

Os jornais *Gazeta da Tarde*, na década de 1880, e *Cidade do Rio* nos meses finais que antecederam a Abolição - com a participação direta do jornalista e escritor José do Patrocínio - constituíram-se no baluarte das lutas pela Abolição²²⁹. Com o barateamento na produção de jornais, novos jornais surgiram e concorreram para a corrosão do sistema escravista. O abolicionismo radical se fez presente nesses jornais divulgando ideias, críticas, denúncias de violência contra escravos, conferências, datas de eventos de arrecadação para as causas etc. Os anúncios sobre escravos fugidos ou aluguel e vendas deles já não se encontravam nesses jornais²³⁰.

Foi no final do século XIX - contexto histórico de modernidade e civilização, do papel da imprensa como formadora de opinião e da importância dos jornais como principal veículo de informação de grande alcance na sociedade - que se destacou o estilo literário dedicado aos acontecimentos corriqueiros da cidade que se chamou de crônicas. Era uma leitura que ganhava espaço nos jornais devido as suas características menos rebuscadas e pela proximidade das narrativas com a realidade das pessoas comum.

As crônicas formavam um estilo literário tipicamente desenvolvido no âmbito do jornal. Sua linguagem menos rebuscada e mais coloquial - sem perder a qualidade comum aos intelectuais que as escreviam - tornou mais atrativa a leitura e os leitores passaram a acompanhar as histórias contadas que remetiam à reflexão sobre os acontecimentos dos espaços a qual estavam inseridos. Quanto a sua origem, assinalou Meyer (1992), que o modelo desenvolvido nas crônicas foi baseado nos folhetins franceses e reordenado à

²²⁷ MACHADO, Humberto Fernandes. Op. Cit. p.132.

²²⁸ Idem, p.133.

²²⁹ Idem.

²³⁰ MORAES, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista: 1879-1888*. 2a ed., Brasília: Ed.UNB, 1986, p.41-48.

realidade brasileira²³¹. A princípio, começo do século XIX, os folhetins eram pequenos textos escritos normalmente na primeira página dos jornais – o rez-de-chaussée ou rés-do-chão, rodapé – com a finalidade de entretenimento²³². Com o tempo essa parte foi ganhando notoriedade devido ao apelo lúdico, divertido, frívolo em contraste com a seriedade e formalidade do restante das matérias dos jornais. Esse chamariz do entretenimento foi o que se pode dizer de vocação das crônicas brasileiras²³³ que fundia “o útil e o fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo”²³⁴.

Uma estratégia de venda dos jornais para atrair os leitores - para além das notícias - foi reservar um espaço para o entretenimento com publicações de variedades, poesias e crônicas. Barbosa (2010) selecionou os jornais de maior circulação para representar graficamente os conteúdos nos jornais e mostrou que a crônica estava presente neles²³⁵. Salientou ainda que os jornais gozavam dos prestígios dos literatos que neles trabalhavam e do diálogo construído por eles com o leitor para fomentar o hábito de leitura entre um público de maioria analfabeta²³⁶ - o que aumentava a venda dos jornais.

O cotidiano era a matéria prima para fazer uma crônica. Os acontecimentos renovavam-se a cada edição; mas poderiam ganhar continuidade em edições posteriores. As publicações das crônicas ligavam as pessoas às novidades de uma capital que se transformava cada vez mais; por isso, cada dia uma história ou cada dia uma nova parte dela:

Em já famoso prefácio sobre a crônica, Antônio Cândido (1992), afirma que ela não foi feita originalmente para o livro, pois não tem pretensões para durar. Por suas características peculiares, encontrou no jornal seu veículo de comunicação e consolidou-se como estilo literário. A efemeridade do jornal que nasce, envelhece e morre a cada vinte e quatro horas, permite o relato de acontecimentos circunstanciais numa linguagem mais direta e coloquial²³⁷.

²³¹ MEYER, Marlyse. *Voláteis e versáteis. De variedades e folhetins se fez a crônica*. In: CÂNDIDO, Antônio et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 96.

²³² Idem.

²³³ Idem, p. 96-97.

²³⁴ Idem, p. 105.

²³⁵ BARBOSA, Marialva. Op. cit. p.126.

²³⁶ Idem, p.127.

²³⁷ CÂNDIDO apud EWALD, Ariane et. al. *Crônicas folhetinescas: subjetividade, modernidade e circulação da notícia*. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira et al (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ, 2006, p. 243.

A familiaridade ou identificação com as coisas ou com os acontecimentos locais podem ser acrescentados como atrativos nas crônicas, pois o fato desta se constituir a partir de um determinado espaço frequentado, ou muito conhecido, ela acaba por chamar atenção dos leitores. As crônicas eram construídas a partir das relações do autor com esse espaço – como assinalou Meyer (1992) –, o que ligava o narrador/cronista e o seu receptor /leitor ou ouvinte para os analfabetos aqui referidos. Logo, as crônicas do final do século XIX “sem perder seu caráter de narrativa e registro, incorpora uma qualidade moderna: a do lugar reconhecido à subjetividade do narrador”²³⁸.

Grande foi a importância do “olhar” do cronista - não com a realidade única e verdadeira, mas como uma realidade possível e passível da crítica histórica – e por isso mereceu a atenção neste trabalho o intelectual e também cronista Machado de Assis para compreender o seu papel político através das crônicas publicadas nos jornais, criticando esse ambiente pretensamente “moderno” em que a escravidão não escapava de seus olhos apurados, procurando colaborar para uma reflexão sobre a inadequação desse sistema vigente não moderno/civilizado.

Machado de Assis publicou uma grande quantidade de crônicas encontradas nos jornais onde trabalhou. Isso ao mesmo tempo em que escrevia seus livros e trabalhava como funcionário público. Ele produziu poesias, contos, crônicas na imprensa da cidade do Rio de Janeiro, publicadas em torno de quatorze jornais²³⁹, destacando aqui suas crônicas na “Gazeta de Notícias” onde escreveu de 1881 até 1897 de forma ininterrupta e de forma intermitente até 1904. A tônica de seus escritos, defendido aqui, reside no fato de apresentar uma representação ficcional da realidade em que usava da narrativa para levantar questões/problemas de sua realidade, levando o leitor a pensar os fatos a partir das críticas e dúvidas suscitadas por Machado de Assis.

O autor dialogava com sua cidade ativamente, estava atento para as coisas e fatos desenrolados nesse espaço que suscitava a produção de suas crônicas; logo, estas não eram

²³⁸ NEVES, Margarida de Souza. *Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas*. In: CÂNDIDO, Antônio et. al. Op. Cit. p.82.

²³⁹ De acordo com ABL, o autor escreveu ao longo de sua carreira em: *Marmota Fluminense*, (Rio de Janeiro), *O Paraíba* (Petrópolis, RJ), *Correio Mercantil* (Rio de Janeiro), *O Espelho* (Rio de Janeiro), *Diário do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro), *Semana Ilustrada* (Rio de Janeiro), *O Futuro* (Rio de Janeiro), *Jornal das Famílias* (Rio de Janeiro), *O Globo* (Rio de Janeiro), *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro), *O Cruzeiro* (Rio de Janeiro), *Revista Brasileira* (Rio de Janeiro), *A Estação* (Rio de Janeiro), *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro). Academia Brasileira de Letras. Machado de Assis. Disponível em: <http://www.machadodeassis.org.br/>. Acessado em 20 de novembro de 2017.

alheias à vida do escritor. Havia uma subjetividade²⁴⁰ relacional com a cidade e que exigia uma intervenção a qual refletia através de suas crônicas. Por isso, estas podem ser analisadas, dentre outras maneiras, como ação política em que o escritor se envolve diretamente ou através de pessoas próximas a ele. Chalhoub et al (2005) destacaram que as características das crônicas de Machado de Assis são uma ideia de intervenção e transformação da realidade:

Ao contrário do historiador, supostamente superior e desinteressado, ao cronista caberia interagir com as coisas de seu mundo, meter-se onde não era chamado para transformar o que via e vivia. Flagrado em meio ao debate, não analisava a realidade de forma exterior, mas dialogava com outros sujeitos, participavam das discussões, metia-se em todas as questões do seu tempo²⁴¹.

Haja vista a possibilidade de conectar as crônicas com as coisas da “rua” ou da coisa pública, Machado de Assis chamava atenção para como a liberdade dos escravos era conduzida no parlamento. Numa crônica publicada na *Gazeta de Notícias*, série “Balas de Estalo”, 16/05/1885²⁴², percebe-se que Machado de Assis andava meio cético quanto às discussões parlamentares que se concretizaram mais tarde na Lei do Sexagenário em setembro de mesmo ano. Refletia o autor em sua história, sob assinatura de Lélío, sobre as atuações dos parlamentares e se havia entre eles um debate acalorado baseado na razão. Não era bem isso que “Lélío” percebia na prática. De acordo com Ramos (2010), o que se dizia na política parlamentar era apenas uma retórica entre aqueles que estavam dispostos a ouvir e não se aplicava no mundo real.

Deste modo, esse pessimismo, através da ficção, podia ser percebido pelos leitores em alusão ao que estava acontecendo nos espaços cariocas.²⁴³ Isso era uma intervenção política de Machado de Assis que chamava a atenção, por intermédio da ficção, para o modo como a política era conduzida naquele momento: a verdade não surgia do debate baseado nos ideais civilizados, mas na “propaganda” e na repetição dos oradores que a criavam²⁴⁴.

²⁴⁰ NEVES, Margarida de Souza. *Idem*, p.-82-83.

²⁴¹ CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda (orgs.). *Op. Cit.* p.14.

²⁴² RAMOS. Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas “balas de estalo” de Machado de Assis*. 2010. [s.n.]. Tese (Tese de doutorado). Faculdade de história, IFCH, UEC, Campinas, 2010, p.202-203.

²⁴³ *Idem*, p.203-204.

²⁴⁴ *Idem*.

Atento aos acontecimentos políticos de sua época, Machado de Assis sempre que podia incluía esses temas nas crônicas²⁴⁵ e através de sua crítica e ironia formava opinião baseada numa reflexão dos acontecimentos políticos da corte, incluindo a Abolição da escravidão.

Buscando sempre um diálogo com o leitor, Machado de Assis buscava na cidade a matéria prima de suas crônicas e trazia a reflexão da realidade. Desse modo, o cenário político e a questão do fim do trabalho escravo permeavam a ficção do autor de modo que pudesse apontar as incoerências entre discurso e prática dos legisladores.

Exemplificando essa postura crítica de Machado de Assis, ele recorre ao seu personagem “Lélio”, da série “Balas de Estalo”, para alertar sobre os rumos políticos tomados a respeito da Lei do Sexagenário que estava em discussão no Parlamento. O autor destaca que a lei para amenizar a condição do trabalhador escravo mais uma vez beneficiava os escravocratas, colocando como causa secundária a dos próprios escravos. Após o banquete de comemoração dos treze anos da Lei do Ventre Livre de 1871 o assunto ganhou notoriedade nos espaços cariocas, pois a Lei do Sexagenário já se fazia presente nas discussões parlamentares e nas ruas. Desse modo, “Lélio” começa sua história exatamente na rua, no bonde, exatamente onde dois personagens comentavam o banquete e os discursos, tanto dos liberais quanto dos conservadores²⁴⁶.

O que Machado de Assis buscava provocar nos leitores não era uma reflexão sobre o discurso liberal ou conservador a respeito da escravidão, mas uma atitude crítica sobre o projeto de lei que se aproximava e a forma que estava tomando – mais uma vez percebeu que a classe senhorial não ficaria de fora. Através de uma história, sobre uma estátua de um ídolo babilônico²⁴⁷ cujas leis sacras proibiam que a tocassem, Machado de Assis trazia à luz aqueles que foram rigorosamente contra a lei de 1871 e naquela conjuntura são os mesmos que defendiam a Lei do Sexagenário. Para se concretizar o projeto da classe senhorial sobre as leis de “emancipação” escrava não era preciso negar o projeto, mas fazer valer as leis que regularizavam como isso se procederia. Os mecanismos que garantiram a segurança dos donos de escravos seriam aplicados na nova lei do sexagenário. O “ídolo”, da história de Machado de Assis, podia ser tocado naquele momento, pois seus sacerdotes foram liberando, à

²⁴⁵ As crônicas da série “Bons Dias!” - que serão analisadas aqui posteriormente no capítulo III - remetem-se muitas vezes aos políticos e seus comportamentos duvidosos que são destacados e ironizados por Machado de Assis.

²⁴⁶ “Balas de Estalo”. *Gazeta de Notícias*, 01/10/1884 apud RAMOS, Ana Flavia Cernic. Op. Cit. p.305

²⁴⁷ Idem.

medida que se tocava, aos poucos e chegassem a um ponto onde a proibição não fosse necessária. Essa analogia é uma crítica contundente de Machado de Assis que enxergava a manipulação dos políticos - contrários à Abolição - sobre o projeto de lei para ajustá-la a seus interesses senhoriais.

As crônicas de Machado de Assis tinham duas funções principais a princípio defendidos neste presente trabalho: a primeira de entreter o leitor com os casos mais triviais de seu cotidiano, tratados de forma jocosa e divertidos, com uma escrita voltada para um número maior de pessoas e que não ficavam restritos aos literários. A segunda como parte de formação de opinião, pois as crônicas tinham uma relação de simbiose com os jornais que deixaram de ser meros informadores de acontecimentos para se tornarem formadoras de ideias. Isso era estimulado através das opiniões e críticas sobre os assuntos correntes do momento como a política, a escravidão, a modernidade e outros mais. Sobre isso, assinalou John Gledson:

Estas crônicas são em grande parte secundárias, não apenas no sentido de que dependem dos jornais para material, mas também no sentido de que constituem uma crítica dos próprios jornais. Pretendem sacudir o leitor e levá-lo a uma consciência crítica de que elas não são meras apresentadoras da realidade²⁴⁸.

Machado de Assis escreveu aproximadamente seiscentas crônicas, sendo que quatrocentas e setenta e cinco delas foram publicadas na *Gazetade Notícias*²⁴⁹. Isso mostra que o autor estava atento aos acontecimentos que o cercava e deles se servia para provocar os leitores com suas crônicas e reflexões críticas inerentes ao estilo literário. Machado de Assis era um intelectual que se servia das ferramentas típicas de um literato para formar opiniões de modo instigante, curioso e, apesar de seu ceticismo, bem-humorado.

O papel desempenhado por Machado de Assis na imprensa não pode ser analisado às margens da forma literária defendida por ele. No “*O instinto de nacionalidade*”²⁵⁰ ele propõe que os intelectuais tenham liberdade criativa e pratiquem a crítica, inerente a sua função natural de literário, buscando se educar, investigar e apurar os gostos. Essa posição crítica do autor aparece em suas crônicas divulgadas na imprensa. Talvez Machado de Assis tenha

²⁴⁸ GLEDSON, John. *Machado de Assis. Bons Dias!* São Paulo: HUCITEC: Editora da Unicamp, 1990, p.18.

²⁴⁹ RAMOS, Ana Flávia Cernic. *Imprensa, literatura e política: Machado de Assis e os embates sobre escravidão e trabalho livre nos jornais cariocas. Anais do 8º Encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional*. Porto Alegre: UFRS, 2017.

²⁵⁰ BAPTISTA, Abel Barros. Op. Cit. p. 66-67.

pagado caro por conta dessa lucidez provocando “opiniões corriqueiras”²⁵¹ de escritores – como Silvio Romero e Hemérito dos Santos relatados anteriormente – que o taxaram de “antinacionalista”, “negligente com a causa de sua raça” etc. O fato é que Machado de Assis utilizava a imprensa para apresentar suas ideias, dentre outras, em torno da Abolição da escravidão, de modo sutil, cômico e irônico dentro de seu estilo literário, objetivando a crítica e nem sempre era “apreciado” por todos intelectuais; por isso, acabavam divulgando uma falsa imagem imputada a seu respeito.

Tendo em vista esse Machado de Assis atento aos acontecimentos e crítico frente a eles, as crônicas da série “Bons Dias!” serão analisadas agora no terceiro capítulo a fim de colaborar com a hipótese que Machado de Assis não foi negligente em relação a Abolição da escravidão como acusado por seus intérpretes. Foi um defensor dela; porém, um crítico em relação à construção do projeto de liberdade do Parlamento que não correspondia aos ideais do escritor. As crônicas tocam na questão fundamental do interesse na Abolição da oligarquia em detrimento dos escravos que deveriam ser beneficiados, já que afetados diretamente eram eles. A irritação, o ceticismo e a ironia sutil que beirava a um deboche são percebidos nas crônicas contra uma Abolição que nada tinha de abolicionismo.

²⁵¹ Idem.

3 MACHADO DE ASSIS: ABOLIÇÃO SEM ABOLICIONISMO.

Uma vez analisada a produção e circulação de ideias, bem como o diagnóstico dessas ideias como projeto de estado ou de sociedade no final do século XIX nos capítulos aqui analisados anteriormente, resta aqui destacar como Machado de Assis imaginava a Abolição da escravidão. Diferente daquilo que diziam seus críticos, como Silvio Romero e Hemérito dos Santos, o escritor não foi negligente à causa abolicionista. É de se estranhar como um intelectual da envergadura de Machado de Assis fosse capaz de ficar “isento” ao que estava acontecendo no seu tempo – “debaixo de seu nariz” -, já que era um cronista que buscava no cotidiano a matéria prima para suas histórias. Mesmo que o autor não estivesse militando em alguma instituição, organização ou corrente abolicionista isso não quer dizer que fosse a favor da escravidão.

Pensando sobre as questões elencadas e a hipótese defendida nesse trabalho, analisadas através das crônicas “Bons Dias!”, a nossa conclusão é que havia em Machado de Assis um abolicionismo sem assumir a militância. Suas ideias eram diferentes da Abolição que estava se concretizando via Estado, ou seja, Abolição (projeto do Estado) sem abolicionismo (idealizado pelos intelectuais). Ele defendia o fim da escravidão, dos abusos dos senhores de escravos, do retrocesso deste regime, mas o projeto de liberdade que estava se concretizando - e confirmado tempo depois - não se diferenciava da mesma situação de penúria e desigualdade de condição de escravo. Crítico e cético, como era o autor, enxergava as fragilidades da Abolição que se estruturou no Parlamento e ratificada posteriormente pela Princesa Isabel. Defendia a Abolição, mas não a maneira como foi conduzida e perpetrada pelo Estado.

Quando se analisa a estratégia de Machado de Assis para produzir ficção e compreender como se estabelece a relação entre a realidade e a Abolição, percebe-se o “distanciamento” do escritor para exercer o primado da crítica, como exposto no seu texto “*Instinto de Nacionalidade*”. Essa estratégia defendida pelo autor gerou dúvidas para aqueles que não compreendiam sua ideia de crítico, o que provocou interpretações errôneas de intelectuais como Gilberto Freyre que o acusou de negligência. Mas os próprios textos de Machado de Assis apontavam para sua “absolvição” das referidas acusações. A literatura foi a forma abolicionista do intelectual que fazia uso da ficção, utilizando a ironia e o humor, para provocar seus leitores e levá-los a refletir sobre suas ideias contidas nas linhas das crônicas.

A literatura pode ser compreendida como um instrumento linguístico que trás em sua estrutura estética a capacidade de expressão por meio de gêneros diversos ou recursos

linguísticos que produzem sentidos sobre a realidade de acordo com a ótica dos autores. Não há uma definição simples, mas há um entendimento admitido, dentre outros, que remete a essa ideia colocada para que possa estimular o receptor a refletir e produzir conhecimento. Desse modo, Todorov (2014) diz que

Como a filosofia e as ciências humanas, a literatura é pensamento e conhecimento do mundo psíquico e social em que vivemos. A realidade que a literatura espera compreender é, simplesmente (mas, ao mesmo tempo, nada é assim tão complexo), a experiência humana. Nesse sentido, pode-se dizer que Dante ou Cervantes nos ensinam tanto sobre a condição humana quanto os maiores sociólogos e psicólogos e que não há incompatibilidade entre o primeiro saber e o segundo²⁵².

A forma de expressão do pensamento de um escritor sobre uma determinada realidade pode dizer muito sobre a experiência humana. Não como ponto de vista único e absoluto, mas como uma ideia diretamente apreciada pelo intelectual em um determinado espaço e tempo historicamente identificado. Através da literatura pode se compreender determinados aspectos de uma realidade; mesmo sendo ficção e possuindo em sua estrutura a finalidade de entretenimento através da ironia e de opinião. Assim, com sua estratégia, Machado de Assis tem muito a dizer sobre a cidade do Rio de Janeiro e os debates sobre a Abolição que tomaram a cidade.

O jornal *Gazeta de Notícias* foi um dos mais importantes na discussão sobre a Abolição²⁵³ e se configurava entre os mais vendidos, por seu preço mais acessível e pelo entretenimento via poesias, romances e as crônicas que não faltavam nas publicações. Admitia, inicialmente, críticas moderadas ao sistema escravista ao mesmo tempo em que publicava nos “anúncios” vendas, compras, alugueis de escravos, bem como anúncios de recompensas por captura daqueles que fugiam²⁵⁴. Também se afirma que com a admissão do abolicionista José do Patrocínio, em 1877 e após 1880, os movimentos contra a escravidão crescem substancialmente e o jornal passou a criticá-la abertamente e tornou-se a favor do projeto de sua Abolição²⁵⁵. É nesse contexto que as crônicas da série “Bons dias!” de Machado de Assis foram redigidas e suas críticas e visões sobre a Abolição foram apresentadas.

²⁵² TODOROV, T. *A literatura em perigo*. São Paulo: Difel, 2014, p.77.

²⁵³ BARBOSA, Marialva. Op. Cit. p.117.

²⁵⁴ MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados. José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: editora UFF, 2014, p.131.

²⁵⁵ Idem, p. 132.

Essa série de crônicas reproduzia o clima de época em relação à Abolição. Mostrando como a atuação e a intenção dos políticos eram controversos tanto na teoria quanto na prática. A Abolição despertava um pessimismo em Machado de Assis por ser um projeto mais de interesses dos políticos que dos escravos. Gledson (1986) ilustra bem essa importância das crônicas machadianas escritas nesse período:

[...] São textos de contundentes sarcasmos, que assumem uma visão pessimista – pode-se imaginar que seriam chamadas de cínicas e negativas – sobre a Abolição (entre outras coisas). Se não chegam a ser subversivas, também não são crônicas amáveis; mas a verve cômica que as caracterizam também não são crônicas que se tratou algo além da simples obrigação jornalística. Machado de Assis tinha algo a dizer, e iniciou uma nova série com esse objetivo, aproveitando-se da liberdade extra proporcionada pelo anonimato²⁵⁶.

Nosso trabalho aqui será analisar as crônicas da série “Bons dias!” entre abril e dezembro de 1888. Desde o início as crônicas tocavam na questão da Abolição. Percebe-se nelas a necessidade de abolir o regime servil face às mazelas proporcionadas por ele, pelo seu caráter desumano e destoante de outras nações que já aboliram esse sistema. Entretanto, sua estratégia literária com humor trouxe à tona a irritação do autor sobre o tipo de liberdade que estava em curso via a atuação dos políticos que conduziam o processo legal da Abolição. Desse modo, ela revela a capacidade de entender a questão apresentando suas ideias de modo irônico e pilhérico. Machado de Assis foi mais um intelectual que pensava a Abolição de modo diferente do projeto de Estado, no sentido de acentuar a liberdade ou a humanidade não condizente com sua maneira de pensar o Brasil, anunciando que a forma legal em si na prática era a continuação do poder de determinados seguimentos de uma elite senhorial.

Essa posição crítica não se limitou a Machado de Assis. Intelectuais como Joaquim Nabuco e José do Patrocínio defendiam, dentro do jogo político, legal, uma reforma agrária em favor dos escravos após a Abolição²⁵⁷ com intuito de alargar a noção de liberdade e ampliar o debate em termos ideológicos e sociais. Por isso, é importante entender o papel desempenhado pelos intelectuais, pois estes tentavam deixar sua marca nos acontecimentos da realidade ou tentar transformá-la a seu modo, uma vez que o “meio intelectual não é um simples camaleão que toma as cores ideológicas do seu tempo”, mas, ao contrário, “concorre

²⁵⁶ GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 117.

²⁵⁷ Ver URBINATI, Inoã Pierre Carvalho. *Ideias e projetos de reforma agrária no final do Império (1871-1889): uma análise de seu sentido político e social*. Dissertação de mestrado. 196f. Rio de Janeiro, UERJ, 2008.

para colorir o seu ambiente”²⁵⁸. E esse foi o papel de Machado de Assis em suas crônicas analisadas aqui.

3.1 *Gazeta de Notícias*: “Bons Dias!”: Abrila dezembro de 1888.

Serão tomadas como base para o capítulo as crônicas escritas por Machado de Assis na quais a temática da Abolição da escravidão estava presente - de forma direta e outras nem tanto -, indicando que o debate sobre a liberdade dos escravos foi recorrente na ficção machadiana de maneira a provocar a reflexão sobre seu próprio sentido e concretização, isto é, a Abolição idealizada pelo intelectual se diferenciava daquilo que se concretizava pelos agentes políticos e não mudava muito a sorte dos “libertos” – a opressão continuava, não pelo chicote; mas pelo trabalho assalariado.

Essas preocupações de Machado de Assis vão se apresentando desde o início, no mês de abril²⁵⁹. Por conseguinte, no mês de maio – como era de se esperar, pois foi o período em que a Abolição tramitava no Parlamento – o debate se acirrou e a sociedade acompanhava o desenrolar dos fatos. As discussões pertinentes foram captadas pelo intelectual e transformadas em crônicas – o autor tinha algo a dizer ou refletir sobre o evento histórico que estava se constituindo. Nesse momento Machado de Assis zombava do suposto altruísmo²⁶⁰ dos senhores de escravos que libertavam seus escravos e divulgavam nos jornais seus gestos de “humanidade”. Criticava também a liberdade que seria concedida e as armadilhas que estavam escondidas por trás dos discursos dos políticos que conduziam o processo legal para formalizar a lei da Abolição. Após o decreto de 13 de maio que libertava os escravos percebeu-se nas crônicas seguintes - no mês corrente e em junho - o evento da Abolição e seus desdobramentos práticos em que os agentes envolvidos - políticos, intelectuais e donos de escravos em sua maioria – eram os personagens.

O tema desapareceu dos textos de Machado de Assis após esses meses. Não houve qualquer menção ou referência ao evento da Abolição. Assim, pode-se perceber um Machado de Assis preocupado com os eventos cotidianos referentes à concretização da Abolição que estava demorando, como também a forma que estava tomando e não agradava ao autor que tinha uma ideia diferente, pois percebera no projeto de Estado a liberdade estava apenas no papel.

²⁵⁸ SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In. Rémond, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. p.265.

²⁵⁹ A primeira crônica, de 5 de abril de 1888 que será analisada posteriormente aqui, abre o debate sobre a abolição desde a anúncio do projeto de lei por políticos locais.

²⁶⁰ A crônica de 11 de maio de 1888 afronta diretamente as “boas intenções” de dar as alforrias antes da lei.

Com esse preâmbulo queremos defender a ideia de que Machado de Assis defendeu a Abolição sem estar ligado a qualquer grupo abolicionista; porém, a ideia que tinha sobre o tema era diferente daquilo que estava se concretizando, ou seja, uma Abolição acordada pela política via Estado sem abolicionismo. Essa percepção de Machado de Assis era única e o colocava na posição de esclarecedor e profeta porque autoafirmava que o abolicionismo não era isso.

3.1.1 “Bons Dias!” -5 de abril de 1888.

Na primeira crônica Machado de Assis destacava a questão da Abolição da escravidão. O cronista fora um dos convidados na mesa de honra em um banquete oferecido pelo “Clube Beethoven”²⁶¹, do qual era membro, onde se sentaram o presidente do Conselho de Ministros, os ministros da Justiça e da Agricultura, o Barão de Paranapiacaba, o vice-presidente do clube Roberto Benjamim, o conselheiro Thomas Alves, o Dr. Custódio Fontes, chamados pelo jornal como a alma da sociedade²⁶². Em torno da mesa sentaram os sócios e a imprensa. Esse banquete foi relatado no jornal²⁶³ e a principal notícia foi a declaração do ministro da Justiça, Ferreira Vianna, de que o ministério estava empenhado em abolir a escravidão. Notícia em primeira mão, pois por mais que o sistema escravocrata demonstrasse fraqueza nada de oficial havia de concreto. Desse encontro surgem as críticas e - por que não? – zombarias machadianas em sua primeira crônica da série.

Feito esse cumprimento, que não é do estilo, mas é honesto, declaro que não apresento programa. Depois de um recente discurso proferido no Beethoven, acho perigoso que uma pessoa diga claramente o que é que vai fazer; o melhor é fazer calado. Nisto pareço-me com o príncipe [...] de Bismarck. O príncipe de Bismarck tem feito tudo sem programa público; a única orelha que o ouviu, foi a do finado

²⁶¹ Segundo a ABL, o Clube Beethoven foi “Inaugurado em 4 de janeiro de 1882, abrigava saraus com os principais nomes da música clássica em uma casa no Catete. Com a admissão de Machado de Assis no clube, é possível que o local tenha construído uma seção de jogos. O escritor era um apaixonado por Xadrez e tinha posição destacada nos círculos enxadrísticos no tempo do Império”. In: Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <http://www.academia.org.br/noticias/academia-brasileira-de-letas-revive-o-club-beethoven>. Acessado em 12 Jun. 2019.

²⁶² *Gazeta de Notícias*, 5 de abril de 1888. In: Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=>. Acessado em 25/11/2018.

²⁶³ *Gazeta de Notícias*, 25 de março de 1888. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/nDocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=13585>. Acessado em 25 Nov.2018.

imperador – e talvez só a direita, com ordem de não repetir à esquerda. O parlamento e o país viram só o resto²⁶⁴.

A ironia do texto indica que nada do que é dito pode ser acreditado em se tratando da escravidão. Como um intelectual de seu tempo, o incomodava a escravidão e o sistema escravocrata que dava sentido em todos os aspectos das relações sociais e de poder. Embora o autor não pertencer ao movimento abolicionista, isso não o coloca como partidário da servidão compulsória. Crítico e cético²⁶⁵ da política que trazia para si a “luta pela liberdade” dos cativos o autor questionava a demora da realização do projeto no Parlamento e no governo. Dizer, no banquete, que havia um empenho para isso não é o suficiente e muito menos trazia nada de concreto. Esse questionamento segue na crônica, nos parágrafos seguintes, onde a demora de uma resolução dos políticos - quanto à questão da liberdade dos escravos - reside na própria inabilidade dos proponentes do projeto. Uma confusão dentro do Partido Liberal que se colocava como articulador e nos próprios conservadores. Para essa reflexão, Machado de Assis utilizou a metáfora do relógio – tempo – e as ações lentas dos políticos:

[...] Mas aqui está o que é; eu sou um pobre relojoeiro que, cansado de ver que os relógios deste mundo não marcam a mesma hora, descri do ofício. A única explicação dos relógios era serem iguaisinhos, sem discrepância; desde que discrepam, fica-se sem saber nada, porque tão certopode ser o meu relógio, como o do meu barbeiro. Um exemplo. O partido liberal, segundo li, estava encasacado e pronto para sair, com o relógio na mão, porque a hora pingava. Faltava-lhe só o chapéu, que seria o chapéu Dantas ou o chapéu Saraiva (ambos da chapelaria Aristocrata); era só pô-lo na cabeça, e sair. Nisto passa o carro do paço com outra pessoa, e ele descobre que ou o seu relógio está adiantado ou o de sua alteza é que se atrasara [...]. Foi por essas e por outras que descri do ofício; e na alternativa de ir à fava ou ser escritor, preferi o segundo aviltre; é mais fácil e vexa menos²⁶⁶.

O autor demonstra a indignação ou mesmo irritação quanto a pouca atitude dos liberais relacionada ao projeto da Abolição. Não compreendia a morosidade e a transformava em piada; muito embora o jornal destacasse o papel dos liberais como defensores da liberdade e do fim do trabalho escravo²⁶⁷, suas ações confusas abriam espaço para que os conservadores

²⁶⁴ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. “Bonsdias”. *Gazeta de Notícias*, 5 de abril de 1888. In: Biblioteca Nacional. Hemeroteca digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acessado em 25 Nov. 2018.

²⁶⁵ Sobre esse ceticismo que Machado trazia consigo em relação à abolição conduzida pelos políticos ver: RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas “balas de estalo” de Machado de Assis*. 2010. [s.n.]. Tese (Tese de doutorado). Faculdade de História, IFCH, UEC, Campinas, 2010.

²⁶⁶ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. Op. Cit.

²⁶⁷ A reunião dos liberais foi destaque no jornal. Discutiam se indicavam um candidato liberal para deputado e defendiam a bandeira da abolição como um projeto do partido. Ver: *Gazeta de Notícias*, 4 de abril de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em 25 Nov. 2018.

conduzissem o processo, já que a Lei Euzébio de Queiroz – que proibia o tráfico – e a Lei do Ventre Livre de 1871 terem sido parte dos trabalhos dos mesmos²⁶⁸. A ironia seria um conservador, na maioria das vezes defensores dos interesses dos senhores de escravos, assumir o projeto antes de os liberais o fazerem – esse é o vexame destacado na crônica. Machado de Assis abre suas críticas destacando os paradoxos do momento e acentuando o descrédito dos discursos, a farsa da Abolição.

3.1.2 “Bons Dias!” - 12 de abril de 1888.

Nesta crônica Machado de Assis mantém o tom de crítica aos liberais e sua participação no projeto abolicionista, que tanto defendiam. As atitudes do Partido geravam desconfortos ou dúvidas quanto a sua real intenção nesse contexto. O ceticismo do autor vem das decisões do colegiado frente às eleições que ocorreram em 19 de Março. A postura do Partido, que “luta pelo fim da escravidão”, foi mais conservadora que os próprios conservadores. Como não indicar um candidato liberal para lutar no Parlamento pela lei que colocaria fim a escravidão?

Na segunda parte da crônica Machado de Assis expõe muito bem esse “paradoxo” político. Ele toma como instrumento para essa reflexão a história sobre a atuação de duas polícias que se discrepavam entre si sobre um caso de homicídio noticiado nos jornais no início de 1888. O cronista fez uma ponte entre esta história e o Partido Liberal:

Se não é isto, e se as duas polícias discrepam, então não sei quem me dará a explicação do curso e da carta. Não será o Dr. Bezerra de Meneses, porque este distinto homem político, a rigor, precisa ser explicado. Opôs-se à intervenção dos liberais nas eleições de 19 do corrente; mas tendo de cumprir a deliberação da assembleia eleitoral, foi pedir candidato ao Sr. Senador Otaviano. Este recusou fazer indicação. Vai o Sr. Dr. Bezerra, a quem não pediram nada, designou um candidato que não aceitou. É claro que a designação de S. Ex^a vinha grávida da recusa; era só para efeito decorativo. Mas então (e aqui começa o inexplicável) por que não me designou a mim? Eu, para deputado de verdade, não dou absolutamente; mas assim para um *aparte* e *vai-se*, para um *bout de rôle*, nasci talhado²⁶⁹.

A ideia era de o Partido Liberal apresentar um candidato que apoiasse a Abolição que estava tramitando. Porém, mesmo sob protestos dos membros liberais na reunião

²⁶⁸ Sobre a defesa em favor do bem e da liberdade dos escravos foi publicado uma nota no jornal pelo partido conservador. Ver: *Gazeta de Notícias*, 27 de março de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em 25 Nov.2018.

²⁶⁹ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. “Bons Dias!” In: *Gazeta de Notícias*, 12 de abril de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=0>>. Acessado em 27 Nov.2018.

prevaleceu a vontade do líder do partido - Senador Otaviano – que se absteve e mandou em seu lugar o Dr. Bezerra de Menezes. Não havia motivos por não indicar um candidato, mas por vontades políticas particulares e alheias ao projeto do fim da escravidão anunciou-se que não haveria um concorrente pelo partido, por determinação do partido. Toda essa trama foi publicada pela *Gazeta de Notícias* que estava cada vez mais defendendo abertamente a Abolição; inclusive, numa publicação - seção “Publicações a pedidos” – uma nota sem autoria, apenas intitulado “Primeiro distrito da corte”, estava denunciando que determinados chefes políticos vinham se utilizando da causa abolicionista para suas transações particulares e políticas²⁷⁰. O principal beneficiário seria o Senador Otaviano, líder do partido.

Possivelmente Machado de Assis, leitor assíduo de jornais, trouxe essa polêmica para sua crônica, não para condenar ou absolver os envolvidos, mas para chamar a atenção para os princípios que devem ser professados sem serem diminuídos pelos interesses individuais. Moderno no sentido de pensar um Brasil diferente, sem limitações por categorias que engessasse o trabalho do pensador e escritor suas críticas colocavam em dúvida a defesa dos princípios proclamados pelos partidos políticos. Destacava que os interesses individuais não podiam ser maiores que as causas humanitárias ou nobres, típicas de uma civilização moderna. Assim, ele prossegue no texto:

– Estou a ver quem reprove o fato de estar o partido conservador com ideias liberais...? [...] nos países velhos os partidos podem pegar em alguma ideias alheias. Agora mesmoo ministério *Salisbury* apresentou uma reforma liberal ao parlamento, e o chefe da oposição, *Gladstone*, declarou em discurso: “O governo dispõe-se a difícil tarefa; a oposição acompanhará com todo o desejo de fazer que a medida saia satisfatória e completa.” (sessão da Câmara dos comuns de 19 de março). – Basta; mas por que é que nos países novos não será a mesma coisa? – Porque nos países novos há em geral poucas ideias²⁷¹.

Através da crônica pode ser percebida a defesa dos princípios independente dos partidos ou classificação ideológica, do bem comum acima de qualquer categoria ou posicionamento político. Ser do Partido Conservador e ter ideias liberais ou apresentar uma ideia liberal ao parlamento com o apoio da oposição – traços apontados no texto – resume bem a questão da defesa dos princípios modernos as quais referiam Machado de Assis. Em comparação aos políticos da Europa – o velho mundo, Inglaterra na crônica – o Brasil se encontrava muito atrasado. O que é levantado por Machado de Assis e criticado é a limitação

²⁷⁰ *Gazeta de Notícias*, 09 de abril de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=462>. Acessado em 27 Nov.2018.

²⁷¹ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. Idem.

das ideias por causa dos interesses pessoais que colocava em risco a própria defesa da Abolição da escravidão que era, no momento, uma causa defendida pelos liberais.

3.1.3 “Bons Dias!” - 19 de abril de 1888.

O tema desta crítica estabelece a relação entre a Abolição e como ela estava redefinindo a economia. O trabalho escravo sempre foi o principal elemento garantidor de produção de riquezas até o momento que, por sua vez, demonstrava mudanças quanto a sua capacidade lucrativa, ou seja, o escravo como mercadoria de valor, juntamente com sua força produtiva, já não passava segurança como anteriormente; tanto para seu dono como para seus financiadores. O valor monetário das peças cativas estava em declínio e as transações tendiam a acompanhar o mercado. Eis o que dizia Machado de Assis:

Há dias reuniu-se o Banco Predial, para tratar dos escravos, que lá estão hipotecados. Muitos foram os pareceres, duas as propostas, uma destas aprovada, até que tudo acabou como nos demais bancos e no concílio dos deuses de Camões:
Pelo caminho lácteo
Logo cada um dos deuses se partiu
Fazendo seus reais acatamentos
Para os determinados aposentos ²⁷².

Muito se discutiu na historiografia sobre a emergência da Abolição da escravatura e os motivos que a permeavam. Podia se compreender, por exemplo, pelo pavor das elites brancas que enxergavam o futuro do Brasil como a revolta escrava que ocorrera no Haiti no século anterior²⁷³ em decorrência da luta do próprio escravo pela sua liberdade. Ou, também, por meio das lutas no campo jurídico²⁷⁴ o qual era comum que escravos e senhores discutissem seus interesses nos tribunais judiciais já nos anos próximos a Lei Áurea; enfim, vários foram os motivos. Dos fatores apresentados pela historiografia, a questão econômica atrelada aos cativos não ficaram de fora e Machado de Assis, cronista contemporâneo, já chamava atenção para esse processo. Nesse turbilhão de conflitos identificados no período, o valor monetário do escravo ou a economia escravista apresentava sinais de desgastes e, com

²⁷² ASSIS, Joaquim Maria Machado de. “Bons Dias!”. In: *Gazeta de Notícias*, 19 de abril de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=0>. Acessado em 5 Dez. 2018.

²⁷³ AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites - Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

²⁷⁴ AZEVEDO, Elciene. O direito dos escravos. Lutas jurídicas e abolicionismos na província de São Paulo na segunda metade do século XIX. Tese doutorado, Universidade estadual de campinas, 2003.

ela, a tentativa de reorganizar sob novas bases a produção das lavouras que ainda eram primordiais para a economia brasileira.

Os bancos, como o Banco Predial da Corte e o Banco de Crédito Real de São Paulo, instituições importantes que emprestavam dinheiro aos fazendeiros, estavam atentos em relação ao trabalho servil. Muitos empréstimos e garantias hipotecárias eram feitos levando em consideração um bem de valor - o escravo - e sua produção nas fazendas. Eram valorizados por transformar em lucro o dinheiro aplicado em sua aquisição e exploração do trabalho. Porém, a discussão da proposta de libertá-los gerou uma desvalorização no mercado e os bancos já não viam com bons olhos “dar” dinheiro em troca do cativo como garantia, coisa que era comum até então. Com as constantes alforrias dadas por muitos fazendeiros, principalmente em São Paulo, e pelos movimentos de libertação dos escravos o mercado tendeu a uma desvalorização, visto que as circunstâncias apontavam para uma indefinição sobre o trabalho e o futuro das lavouras.

Essa postura dos bancos foi publicada na *Gazeta de Notícias*²⁷⁵. Seu conteúdo decidido é que não valia mais, financeiramente, para os bancos aceitarem escravos como garantia de empréstimos pedidos pelos fazendeiros. O jornal publicou parte dos relatórios sobre a questão. Destacou a importância que tivera a agricultura em tempos áureos e reconheceu sua importância para a economia. Entretanto, chegaram à conclusão que na conjuntura em que pesava os rumos dos cativos no final do século XIX não fazia sentido contabilizar como bens a serem penhorados em caso de não pagamento. Em São Paulo já não se utilizava este recurso e, conseqüentemente, não havia por que manter isso na Corte carioca. Devido à indefinição da economia escravocrata e o medo de ficarem no prejuízo, ainda mais por causa da Abolição que já se demonstrava possível, os bancos não aceitavam mais as peças cativas como bens valorizados.

Como a Abolição ainda estava em discussão, nada de concreto ou oficial por parte do governo foi estabelecido; porém, a evocação do poema de Camões por Machado de Assis induzia a crer que uma determinada precaução nos investimentos em torno da mercadoria escrava era corrente por partes dos empreendedores. A confiabilidade no valor positivo das peças cativas estava em baixa, mesmo que ainda seu futuro não tivesse sido definido politicamente. Assim, cada indivíduo ou instituição tomava a decisão que melhor considerasse diante do impasse apresentado. Não só os bancos, mas indivíduos davam alforrias aos

²⁷⁵ *Gazeta de Notícias*, 26 de março de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=0>. Acessado em 05 Dez. 2018.

escravos e publicavam no jornal seus feitos e motivos, como comemoração aos aniversários, ou sentimento civilizatório que inspirava ou outras preocupações que eram elogiadas no jornal²⁷⁶.

Sucessivamente na crônica, Machado de Assis rechaçava a ideia de que a escravidão já tinha se esgotado. Fato esse comentado por um “acionista” do Banco que participara da assembleia e que achava tudo desnecessário:

Ora, entre os discursos proferidos houve um do digno acionista Sr. José Luis Fernandes Vilela, declarando ser tudo aquilo uma discussão vazia de sentido, porque já não existem escravos. Confesso que estimei ler tão agradável notícia; mas como não há gosto perfeito nesta vida, recebi daí a pouco uma mensagem assinada por cerca de 600 000 pessoas (ainda não pude acabar a contagem dos nomes), pedindo-me que retificasse o discurso do Sr. Fernandes Vilela. Há escravos, eles próprios são. Estão prontos a jurá-lo e concluem esta filosofia, que não parece de preto: As palavras do Sr. Fernandes Vilela podem ser entendidas de dois modos, conforme o ouvinte ou leitor trouxer uma enxada nas costas, ou um guarda-chuva de baixo do braço. Vendo as coisas, de guarda-chuva, fica-se com uma impressão; de enxada, a impressão é diferente²⁷⁷.

Tal acionista não fora citado na nota do banco publicado no jornal; não se sabe ao certo quem era, se um personagem fictício ou não, mas o discurso era bem real. O fato de alegar a não existência dos escravos se deu pelo fato das leis “abolicionistas” estarem em vigor e, lentamente, a escravidão definhar com elas. A Lei do Ventre Livre de 1871 e a Lei do Sexagenário de 1885 representavam o discurso dos escravocratas que defendiam o “fim do trabalho escravo” através delas. Nas crônicas da série “Balas de Estalo”, Machado de Assis já criticava o modo como a Abolição estava sendo conduzida no Parlamento e que, no fim, beneficiaria mais o fazendeiro e menos o próprio cativo²⁷⁸.

Contrariando essa ideia sobre a liberdade gradual face as leis aprovadas, Machado de Assis deixava bem claro que isso não ocorreria. As supostas “600.000 pessoas” é um recurso hiperbólico para ressaltar que na sociedade existiam, e muitos, escravos que perambulavam pelas ruas ou nas lavouras mesmo sob os efeitos das leis. Sua negação é um ponto de vista de quem está falando e a qual classe social ela pertence. Machado de Assis deixou bem claro ao distinguir as pessoas de guarda-chuva e as de enxada nas mãos. Estas representavam os trabalhadores escravos que tinham como um dos instrumentos de trabalho a enxada; aquele representava as classes abastadas, dono de escravos que se vestiam elegantemente e

²⁷⁶ O mês de março, abril e maio tiveram várias publicações sobre essas alforrias concedidas pelos senhores de escravos. Era no início liberdade com condições – como terminar a colheita, por exemplo – ou incondicionais em que muitos escravos foram libertados. Ações que Machado de Assis ironiza na crônica de 19 de maio na mesma série.

²⁷⁷ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. “Bons Dias!”. Idem.

²⁷⁸ RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas “balas de estalo” de Machado de Assis*. 2010. [s.n.]. Tese (Tese de doutorado). Faculdade de história, IFCH, UEC, Campinas, 2010, p.294-312.

carregavam um guarda-chuva nas mãos – eram os defensores das leis ditas abolicionistas de 1871 e 1885.

3.1.4 “Bons Dias!” - 27 de abril de 1888.

Autor, muito atento aos acontecimentos em torno da Abolição da escravidão, buscava promover reflexões, ideias ou mesmo notabilizar o comportamento que se esperava face aos libertos digno de uma sociedade “civilizada”. A postura dos senhores não mudava tanto, muito menos a sorte dos ex-escravos. Sobre isso, podia ser observada nas notícias nos jornais sobre os tratamentos cruéis e desonestos cometidos pelos “patrões” – ex-donos de escravos -em relação a seus “empregados” – ex-escravos:

Os resquícios de crueldade de anos de escravidão não foram abandonados com a Abolição. Até fatos ocorridos anteriormente ao 13 de maio serviam de justificativas para coagir os antigos escravos como, por exemplo, a atuação de fazendeiros e seus capangas, em Araras, São Paulo, que deram “muitas dúzias de palmatoadas no liberto Olympio, por ter sido o chefe da fuga de escravos” de uma fazenda da região. (*Gazeta de Notícias*. 13 de agosto de 1889). Esse fato demonstra claramente que muitos senhores sentiam uma verdadeira nostalgia do cativo, sendo que alguns tentaram re-escravizar os libertos²⁷⁹.

Machado de Assis trouxe nesta crônica uma reflexão sobre a liberdade e a condição dos escravos na sociedade enquanto homens “livres”, levando em consideração o que ocorrera cotidianamente com os já libertos que permeava as páginas dos principais jornais e no próprio jornal em que escrevia:

Sim, não se imagina como sou distraído. Para não ir mais longe, ainda ontem estive a conversar com alguém sobre este negócio de Abolição e emancipação. A conversa travou-se a propósito dos vivos ao partido liberal, dados por uns escravos de Cantagalo, no ato de ficarem livres, manifestação política tão natural, que ainda mais me confirmou na adoração da natureza. [...] Entretanto, foi tudo distração. Quando ele piscou o olho, comecei a ruminar uma ideia que tenho, para dar emprego aos libertos que não quiserem ficar na agricultura; isto é o meu plano: aumentar o número de criados de servir, de tal maneira que ninguém tenha menos de três, ainda a custas de grande sacrifícios...²⁸⁰

²⁷⁹ MACHADO, Humberto Fernandes. *A imprensa do Rio de Janeiro e o pós-abolição*. In: XVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios. 27-31 de julho, 2015, SC. Anais (on-line). Santa Catarina: ANPHU, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439600925_ARQUIVO_PosAbolicaoeaImprensa.pdf>. Acesso em 10 Dez. 2018.

²⁸⁰ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. “Bons Dias!”. In: *Gazeta de Notícias*, 27 de abril de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=1>. Acessado em 12 Dez. /2018.

O autor chama atenção para uma manifestação dos ex-escravos que estavam alegres com os atos de seus senhores que lhes concederam alforrias incondicionais. Tudo indica que Machado de Assis se referia a uma notícia, publicada na própria *Gazeta de Notícias*, intitulada “Libertações em Cantagalo”²⁸¹. O artigo do jornal noticiava que por atos civilizatórios, patrióticos os fazendeiros do município de Cantagalo acabaram de libertar seus escravizados. À frente desta ação estavam dois cidadãos, o Visconde de São Clemente e o Visconde de Nova Friburgo que já libertaram de forma incondicional - inclusive abriram mão dos ingênuos - 1909 escravos. Seus atos foram reverenciados pelos ex-escravos, com apresentação de uma banda e sob salva de palmas e “vivas” dadas aos libertadores com os gritos de: “Viva o senhor que restituiu a liberdade que Deus nos deu!”, “Viva o Partido Liberal que ajudou!”.

Posteriormente, Machado de Assis chama atenção para a temática da Abolição da escravidão e da emancipação. Abolir a escravidão é uma coisa; emancipar é outra. São significados que não se fundem, embora pareçam ser sinônimos. Como seria a vida dos recém-libertos e sua relação com a sociedade da Corte? A inexistência de um projeto para inserir o negro liberto a sociedade não era uma novidade, pois os já alforriados, antes da Abolição, não gozavam de respeito ou inserção social, sempre foram tratados como escravos e excluídos²⁸². Essa contradição estava implícita na crônica e autor se dispôs a despertar o leitor para o problema. A clareza de Machado de Assis faltava aos olhos alheios.

Quando o autor engendra “uma ideia que tenho para dar emprego aos libertos”²⁸³, ele traz para discussão o que aconteceria de fato com os ex-escravos na sociedade que não o via como um trabalhador, mas sempre como escravo. Como também o que fazer com uma massa de alforriados que não queriam trabalhar nas lavouras – uma vez que neste ambiente estiveram sujeitos aos atos mais desumanos que se possa submeter – ou não podiam, já que os imigrantes brancos, em especial os europeus, substituíra gradualmente a necessidade dos braços negros nas fazendas. Isso fica bem claro quando ele inicia a crônica com “estes negócios de Abolição e emancipação”²⁸⁴. É bom lembrar que nos relatórios que fazia no

²⁸¹ *Gazeta de Notícias*, 24 de abril de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=1>. Acessado em 12 Dez. /2018.

²⁸² Violência, exclusão, racismo e a vinda dos imigrantes para trabalhar nas lavouras no lugar dos negros mais a distinção nos centros urbanos de acordo com a profissão desempenhada pelos libertos colocam em xeque a questão da emancipação do negro liberto que viria com a abolição. Sobre isso ver: AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites - Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 33-97.

²⁸³ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. “Bons Dias!”. Idem

²⁸⁴ Idem.

ministério da Agricultura Machado de Assis defendia a instalação no Brasil de pequena propriedade produtiva, criticando os latifúndios.

Por não haver concretamente uma proposta para esse problema, Machado de Assis ironiza ou mesmo ridiculariza a condução do processo de Abolição ao dar uma ideia de como resolver esse problema: tornar os libertos em criados para fazer os serviços domésticos. Três no mínimo, por pessoa, talvez dessem conta dos desocupados e desalojados com o fim da escravidão. Estimava-se que a situação dos libertos não se diferenciaria em muito do tempo que eram escravos.

O ceticismo e a ironia de Machado de Assis foi uma forma de chamar atenção para um problema real que estava sendo “esquecido” na discussão do projeto de Abolição da escravatura. Mais ainda, ele deixava para o leitor refletir que ao adquirir os três libertos, conforme sua ideia para resolver o problema, confirma-se o infortúnio do ex-escravo que se tornaria um criado ou serviçal – seria a mesma coisa que nas condições anteriores à Abolição, ou seja, a sorte dos libertos não mudaria muita coisa: de escravo passaria para criado. A solução pilhérica proposta pelo escritor, em tom de sarcasmo, era apenas mudar o nome da exploração sofrida; pois a situação continuava a mesma pelo fato do projeto apenas formalizar em lei a liberdade sem os cuidados de inserção do negro escravizado na sociedade: eles seriam deixados a própria sorte.

3.1.5 “Bons Dias!” - 04 de maio de 1888.

Nesta crônica, Machado de Assis elencou dois momentos importantes na política que presenciara. O primeiro foi a importância do anúncio do projeto de Abolição da escravidão pela princesa regente Isabel na abertura dos trabalhos no Parlamento ocorrida no dia anterior²⁸⁵. O segundo foi a mobilização da classe política que defendiam interesses próprios sem respeitar os princípios que regia o partido ou a própria política - neste momento o escritor ironiza os conflitos internos dos partidos que conduziam o projeto de Abolição.

O evento da abertura dos trabalhos do legislativo pela regente princesa Isabel era esperado e teve uma grande repercussão tanto na parte interna da câmara quanto na externa. Casa lotada, políticos e populares ouviram com entusiasmo o discurso proferido pela princesa em que ressaltava a grandeza do projeto que apresentara à casa legislativa para apreciar e

²⁸⁵ Fato noticiado na *Gazeta de Notícias*, 04 de maio de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=13727&Pesq=grupos%20aquir%c3%a1s>. Acessado em 02 Jan. 2019.

votar em caráter de urgência. Muito aplaudida durante e depois do discurso proferido, foi cercada e lhe jogaram flores com entusiasmo e alegria. Isso serviu também para os políticos que presidiam a sessão e enalteciam a intenção do projeto de lei e para outros mais que se demonstraram a favor do ato.

Mais uma vez, um tom breve e irônico do escritor que não perdia a oportunidade para chamar a atenção para as coisas além do ato ou daquilo que politicamente não foi contemplado pelos políticos. Assim escreveu Machado de Assis:

[...] Entretanto, se alguma vez precisei estar de perfeita saúde, é agora. E por várias razões. Citarei duas: A primeira é a abertura das câmaras. Realmente, deve ser solene. O discurso da princesa, o anúncio da lei de Abolição, e outras reformas, se as há, tudo excita curiosidade geral, e naturalmente pede uma saúde de ferro ²⁸⁶.

Aqui se destacou minimamente a curiosidade que o evento despertou na população, mas ao mesmo tempo, sutilmente, satirizou os trabalhos dos políticos quando destacou “[...] as outras reformas, se as há”.

Esta crônica é uma narrativa hipotética em que o autor “estaria” de cama e que se tivesse em gozo de saúde valeria à pena levantar da cama para por em prática os projetos do dia. O primeiro foi assistir o ato da princesa no Parlamento e o segundo era interrogar o Senador do Partido Liberal cearense, Dr. Liberato de Castro Carreira. Essa interrogativa se daria no mesmo espaço e evento no Parlamento em que a princesa estava fazendo seu discurso. Segue a divagação do autor:

[...] A segunda razão da saúde que eu desejava ter agora, prende com a primeira...é isso mesmo; é a política do Ceará. Era outro plano meu, entrava pelo senado, e ia ter com o senador cearense Castro Carreira e dizia mais ou menos isto:

- Saberá V. Ex.^a que eu não entendo patativa dos partidos do Ceará...
- Com efeito...
- Eles são dois, mas quatro; ou, mais acertadamente, são quatro, mas dois.
- Dois em quatro.
- Quatro em dois.
- Dois, quatro.
- Quatro, dois.
- quatro.
- Dois.
- Quatro.
- Justamente.
- Não é?
- Claríssimo.

Dadas estas explicações, pediria ao Sr. Dr. Castro Carreira que me desse algumas notícias mais individuais dos grupos Aquirás e Ipiapaba... S. Ex.^a, com fastio:

- Notícias individuais? Homem eu não sei de política individualista; eu só vejo os princípios.

²⁸⁶ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. “Bons Dias!”. In: *Gazeta de Notícias*, 04 de maio de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=13727&Pesq=grupos%20aquir%C3%A1s>. Acessado em 02 de janeiro de 2019.

- Bem, os princípios. Sabe que o grupo Aquirás, com um troço liberal, tomaram conta da mesa; mas o grupo Ipiapaba acudia com outro troço liberal, e puseram água na fervura. Quais são os princípios?
- O primeiro de todos devem ser os da boa educação, sem os quais não há boa política. Dai-me boa educação, e eu vos darei boa política, diria o barão Louis. São os primeiros de todos os princípios.
- Os segundos...
- Os segundos são os comuns – ou que o devem ser, a todos os partidários, quaisquer que sejam as denominações particulares; refiro-me ao bem da província. É o terreno em que todos podem conciliar.
- De acordo, mas que é que os separa?
- Os princípios.
- Que princípios?
- Não há outros; os princípios.
- Mas Aquirás é um título, não é um princípio; Ipiapaba também é um título.
- Há entre o céu e a terra mais acumulações do que sonha a vossa vã filosofia...²⁸⁷

Machado de Assis demonstrou as ambiguidades, as desconfianças e a falta de um princípio norteador em relação com a política brasileira; apontando certo ceticismo e irritação. Os princípios, tão desejados, modernizantes e civilizatórios – conceitos estes debatidos aqui no capítulo anterior - não se faziam sentir na classe política brasileira; ao contrário, eles foram deturpados e negligenciados por estes homens que deveriam ser a vanguarda deste movimento modernizador.

Ao que tudo indica, a tal “política do Ceará” remete a uma disputa dentro do Partido Liberal cearense. Fato que talvez tenha chamado a atenção de Machado de Assis foi uma publicação na própria *Gazeta de Notícias* sobre as eleições para deputados no Ceará²⁸⁸. No jornal encontrava-se uma notícia na sessão “Telégrafos” do próprio dia doze em que anunciava a eleição de 17 deputados do grupo Ipiapaba e 15 deputados do grupo Aquirás; porém, tudo indica que um deputado deste último grupo estava sendo contestado quanto à compatibilidade e por fim o grupo Ipiapaba elegeu mais um, totalizando 18 deputados.

A disputa entre os próprios liberais cearenses incitou Machado de Assis a despertar no leitor a compreensão sobre contradição política que se apresentara, onde os interesses de grupos organizados estavam acima de qualquer princípio moral, civilizador ou mesmo modernizante. Apesar da narrativa fictícia - por meio de um personagem real, o senador Castro Carreira – relatar que não havia “política individualista” inicialmente, no decorrer das divagações do autor se observa justamente o inverso: a política não atende aos interesses da população, mas de grupos organizados politicamente. Levantando assim a “suspeita” de que princípio e política nem sempre andavam juntas. Por se tratar a história no evento político da

²⁸⁷ Idem.

²⁸⁸ *Gazeta de Notícias*, 12 de janeiro de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acessado em 02 Jan.2019.

Abolição, percebe-se que o que seria concretizado nas casas legislativas certamente não seria o idealizado pelo intelectual.

Fazendo uma ponte entre os dois momentos da narrativa – o discurso da princesa e a divisão dos liberais cearenses – o pessimismo de Machado de Assis em relação à Abolição da escravidão demonstrou-se latente, pois os “princípios norteadores de uma civilização moderna” ou os desejos da nação estavam em risco face aos interesses particulares. Essa premissa não era uma novidade para o autor; pois, anteriormente, o autor deixara clara essa mancha no processo da emancipação dos escravos²⁸⁹ que culminou a lei do sexagenário de 1885.

3.1.6 “Bons Dias!” -11 de maio de 1888.

A lei da Abolição da escravidão já havia sido aprovada pela câmara de deputado no dia anterior e caminhará para apreciação do senado. Nesta crônica, Machado de Assis procurava destacar uma opinião²⁹⁰ relevante que trazia significados deste processo de emancipação para o escravo. Deixa claro que a significação dos fatos ocorridos na cidade não era uma coisa fácil dado a complexidade, mas que era necessário pelo menos um parecer sobre eles. Assim inicia a crônica:

Vejam os leitores a diferença que há entre um homem de olho alerta, profundo, sagaz, próprio para remexer o mais íntimo das consciências (eu em suma), e o resto da população. Toda a gente contempla a procissão na rua, as bandas e bandeiras, o alvoroço, o tumulto, e aplaude ou censura, segundo é abolicionista ou outra coisa; mas ninguém dá a razão desta coisa ou outra coisa; ninguém arrancou aos fatos uma significação, e, depois, uma opinião. Creio que fiz um verso²⁹¹.

Inicialmente em um tom humorístico, Machado de Assis colocava mais uma vez a importância do olhar crítico sobre os fatos e, dele, emitir um parecer ou opinião nas palavras do autor. Visto o alvoroço da população nas ruas, em relação ao projeto de emancipação dos escravos nos últimos dias, o autor se serviudesses acontecimentos para uma reflexão mais

²⁸⁹ Fato apresentado nas crônicas da série “*Balas de estalo*” descrita por Ana Flávia Cernic Ramos. Ver obra citada.

²⁹⁰ A opinião para Machado era o “sentimento íntimo” ou razão que o escritor deveria ter frente à literatura que garantiria certo distanciamento particular dos fatos e o “enriquecimento” da produção literária. Ver BAPTISTA, Abel Barros. *A formação do nome – duas interrogações sobre Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

²⁹¹ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. “*Bons Dias*” In: *Gazeta de Notícias*, 11 de maio de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=>. Acessado em 04 Jan.2019.

profunda sobre os fatos e ao final emite uma opinião sutil, mas, de certa forma alarmante para o leitor. Ao final da narrativa ele apontava para uma possibilidade política que se delineava no desenrolar dos fatos sobre a libertação dos escravos, isto é, não era apenas a Abolição que provocaria abalo nas estruturas políticas, havia outras causas ainda ocultas que o autor observara.

Para chegar a “opinião”, ao final da crônica, o autor apontou alguns fatos e determinados significados que ele entendia serem pertinentes. O primeiro foi a “desconfiança” – o autor já sabia; porém, valia a reflexão – da perda de controle dos senhores de escravos sobre estes e a necessidade de novas relações entre as partes, pois a Abolição tornara-se iminente e, antes mesmo, as relações entre escravos e senhores tiveram mudanças devido ao encarecimento da mão de obra escrava e a resistência desses trabalhadores que aterrorizava seus senhores. É como descreveu Sidney Chalhoub:

[...] Numa época em que a legitimidade da instituição da escravidão era abertamente questionada, e sua existência se justificava normalmente em termos da necessidade de evitar o hipotético caos econômico que resultaria de sua Abolição a curto prazo, havia menos tolerância na corte em relação aos senhores que insistiam em supliciar seus escravos. A escravidão se tornara agora um problema de consciência...²⁹²

Seguindo o raciocínio de Machado de Assis, a crônica traz o estranhamento das ações dos donos de escravos que estavam “dando” alforrias incondicionais a seus escravos antes da Abolição²⁹³. Era comum que os donos de escravos dessem e as publicasse na própria Gazeta estes atos. Um, dois, dezenas e até centenas de alforrias concedidas eram anunciadas no jornal. Então Machado de Assis levantou a questão:

Não foi o ato das alforrias em massa dos últimos dias, essas alforrias incondicionais, que vem cair como estrelas no meio da discussão da lei da Abolição. Não foi; porque esses atos são de pura vontade, sem a menor explicação. Lá que eu gosto da liberdade, é certo; mas o princípio da propriedade não é menos legítimo. Qual deles escolheria? Vivia assim, como uma peteca (salvo seja), entre as duas opiniões, até que a sagacidade e profundidade de espírito com que Deus quis compensar a minha humildade, me indicou a opinião racional e os seus fundamentos²⁹⁴.

²⁹² CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.155.

²⁹³ Ficou constatado aqui que havia publicações, na *Gazeta de Notícias*, sobre diversos donos de escravos que os libertavam já nos meses anteriores ao projeto da abolição. Segundo as publicações havia diversos motivos para isso como “o espírito de grandeza”, comemorações de aniversários ou consciência modernas e civilizadas. Ver *Gazeta de Notícias*, março a abril de 1888. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

²⁹⁴ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Idem*.

Descortinando os atos honrosos dos senhores de escravos sobre a libertação incondicional, prosseguiu o autor:

Não era novidade para ninguém, que os escravos fugidos, em Campos, eram alugados. Em Ouro Preto fez-se a mesma coisa, mas de um modo mais particular. [...] Quem os contratou? Quem foi a Ouro Preto contratar esses escravos fugidos aos fazendeiros A, B, C? Foram os fazendeiros D, E, F. Estes é que saíram a contratar com aqueles escravos de outros colegas, e os levaram consigo para as suas roças²⁹⁵.

Era muito comum a fuga de escravos nesse período e em Campos não foi diferente. Entre um numero e outro a *Gazeta de Notícias* publicava as fugas dos escravos em Campos²⁹⁶ bem como em outras regiões. O sistema escravocrata demonstrava estar comprometido, visto que os próprios senhores de escravos não se incomodavam por utilizar a mão de obra de escravos fugidos de outros senhores ou “colegas” como disse Machado de Assis. “Dar” alforrias aqui aparenta mais como uma conformidade ao contexto em que os senhores já não conseguiam mais prender o escravo em suas propriedades que um gesto generoso e honroso. Uma resposta à contradição entre liberdade e propriedade elencada pelo cronista começava a ser clarificada.

Em seguida a esse raciocínio, veio o desenrolar da opinião do escritor. Primeiro ele chama a atenção do leitor com o humor, onde tentar supor ironicamente o que sustentaria essa postura dos senhores não foi de “dar um tiro no próprio pé”, mas era justamente pregar uma peça ao Clapp²⁹⁷. Segundo John Gledson (1986)²⁹⁸, essa referência ao abolicionista por Machado de Assis seria uma ironia visto que a Abolição - defendida pelo presidente da confederação em questão – simplesmente mudava de um sistema econômico opressor do tipo escravo para outro, o aluguel do trabalho. Depois veio a divagação que logo culminaria a opinião do escritor no fim, a que teria “algo no ar”, uma mudança que estava acontecendo no interior da sociedade que estava além das boas vontades dos senhores de escravos. Continuou o escritor:

[...] –Mas então quem é que está aqui doido?
- É o senhor; o senhor é que perdeu o pouco juízo que tinha. Aposto não vê que anda alguma coisa no ar.
- Vejo; vejo que é um papagaio.

²⁹⁵ Idem.

²⁹⁶ Como exemplo, em cinco de março houve uma fuga em massa de escravos em Campos noticiada pelo jornal *Gazeta de notícias*. Ver: *Gazeta de Notícias*, 06 de março de 1888. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=13765. Acesso em 4 Jan. 2019.

²⁹⁷ João Fernandes Clap era o presidente da confederação abolicionista.

²⁹⁸ GLEDSON, John. *Machado de Assis. Ficção e história*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986, p.124.

- Não, senhor; é uma república. Querem ver que também não acredita que esta mudança é indispensável?
- Homem, eu, a respeito de governos, estou com Aristóteles, no capítulo dos chapéus. O melhor chapéu é o que vai bem à cabeça. Este por ora, não vai mal.
- Vai pessimamente. Está saindo dos eixos; é preciso que isto seja, senão com a monarquia, ao menos com a república, aquilo que dizia o Rio-Post de 21 de junho do ano passado. Você sabe alemão?
- Não.
- Não sabe alemão?
- E, dizendo-lhe eu outra vez que não sabia, ele imitando o médico de Molière, dispara-me na cara esta algaravia dos diabos:
- Esdurfteliechtzuerweisen sein
- dassBrasileinwenigereinekonstitutionelleMonarchiealseineabsoluteOligarchieist.
- Mas que isso quer dizer?
- Que é deste ultimo tronco que deve brotar a flor.
- Que flor?
- As ²⁹⁹

O autor percebia as mudanças que estavam ocorrendo na sociedade e que a Abolição era um reflexo das transformações ocorridas nesse processo. Porém, sob o olhar de Machado de Assis, as elites que viviam da exploração do trabalho já não viam seu poder ameaçado com o fim da escravidão – continuariam a servir-se dela por meio do pagamento de salários. A parte do texto que aponta o aluguel de escravos fugidos configura uma determinada segurança por parte dos fazendeiros. Os escravos que foram alforriados, em parte, ficavam trabalhando no mesmo local, resolvendo o problema da força de trabalho ou, quando precisasse, utilizariam imigrantes que chegavam à cidade. O poder dos senhores de escravos, com a Abolição, não estava ameaçado aos olhos de Machado de Assis.

Ainda sobre o texto, Machado de Assis aponta para uma reflexão possível sobre as mudanças políticas, a hipótese do fim da monarquia e o início da república não era tão absurda nesse momento. Porém, o que procura destacar – essa é a opinião do autor – é que o poder das oligarquias é forte com a monarquia e não seria menor com a república. A frase em alemão citada por Machado de Assis foi retirada do jornal Rio-Post que era escrito em alemão pela comunidade alemã residente na cidade. Traduziu-se assim: “Seria fácil provar que o Brasil é mais uma oligarquia absoluta do que uma monarquia constitucional”³⁰⁰.

Dessa forma, com as transformações que estavam ocorrendo, como a Abolição, e as que hipoteticamente viriam a ocorrer, o fim da monarquia e o início da república, a “flor que brotaria do ultimo troco” seria a oligarquia. O poder político e econômico das oligarquias se fazia visível no governo monárquico e se estenderia por outros governos, como uma possível república – essa era a opinião de Machado de Assis.

²⁹⁹ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. Idem.

³⁰⁰ GLEDSON, John. “Bons Dias!”. *Crônicas (1888-1889)*. São Paulo: HUCITEC, 1990, p.58.

3.1.7 “Bons Dias!” - 19 de maio de 1888.

Como afirmou Gledson (1986)³⁰¹, a Abolição da escravidão era uma coisa muito relativa e Machado de Assis buscava apresentar sua visão crítica sobre esse momento histórico. Esta crônica está repleta de escárnios, pilhérias e, fundamental aqui, uma ideia crítica sobre a Abolição e seus efeitos práticos na sociedade que definiam a condição social do recém-liberto e a relação de poder estabelecido com os antigos senhores.

Nesta crônica Machado de Assis cria uma narrativa ficcional de primeira pessoa em que se vê como um dono de escravos que estava concedendo alforria a um escravo. Essa alusão tinha muito haver com as “alforrias dadas” que eram noticiadas nos jornais. Para o autor, havia algo “oculto” naquelas boas condutas, o que serviu de início no texto:

Eu pertenço a uma família de profetas *après coup, post-facto*, depois do gato morto... Por isso digo, e juro se necessário for, que toda essa historia desta lei de 13 de maio estava por mim prevista, tanto que na segunda-feira³⁰², antes mesmos dos debates, tratei de alforriar um molecote, pessoas de seus dezoito anos, mais ou menos. Alforriá-lo era nada; entendi que, perdido por mil, perdido por mil e quinhentos, e dei um jantar³⁰³.

Nesse banquete, o benevolente personagem discursa para os cinco convidados, ainda que as notícias dissessem trinta e três. Essa é uma referência à idade de Cristo, pois logo em seguida a fala do personagem evoca o papel cristão pela defesa da liberdade que era um dom de Deus. O escravo que estava à espreita da sala de jantar era Pancrácio que não se conteve diante do discurso e se jogou aos pés do personagem. Houve brindes, elogios dos convidados e, por fim, entregou a carta de alforria. Muitos enxugaram as lágrimas. Por fim, o benfeitor acreditava que por isso estariam pintando seu retrato.

Os primeiros parágrafos dessa crônica, resumidos acima, revelam o lado cômico e atento de Machado de Assis. As relações estabelecidas entre senhores e escravos tinham mudado e nelas o poder e controle do escravocrata sobre o escravo também passavam por transformações dado as circunstâncias. Como exemplo, basta observar as garantias de determinados direitos que os escravos adquiriram nas últimas décadas do sistema

³⁰¹ GLEDSON, John . *Machado de Assis. Ficção e história*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986, p.124-126.

³⁰² A publicação da abolição foi no dia 14 de maio, segunda-feira; logo, a segunda-feira referida foi uma semana antes da aprovação final da lei.

³⁰³ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. “Bons Dias!”. In: *Gazeta de Notícias*, 19 de maio de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=13806>. Acesso em: 09 Jan.2019.

escravocrata. Era comum que um escravo recorresse às autoridades jurídicas para intermediar os conflitos sobre justo e injusto na relação entre as partes³⁰⁴. Dessa forma, a arrogância dos senhores é a parte central da comédia estabelecida nos diálogos que o autor propôs expor. O ato de antecipar a alforria, com a Abolição iminente, mais a posição de Pancrácio ajoelhado, agradecido e a suposição que pintariam quadros a óleo devido ao atosupostamente muito generoso indicavam a prepotência dos senhores que não tinham mais controle algum sobre o processo. Os escravos conquistaram suas liberdades através de fugas, da justiça e pela violência recorrente, mas na visão do senhor de escravo só aconteceu por sua vontade ou da classe senhorial – eis a comicidade.

Nos parágrafos seguintes, sustenta-se aqui a opinião de Machado de Assis sobre as relações escravos/senhores coma Abolição e suas consequências:

No dia seguinte chamei Pancrácio e disse-lhe com rara franqueza:

- Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que...

- Oh! Meu senhô! Fico.

-... Um ordenado pequeno, mas que há de crescer. Tudo cresce nesse mundo; tu crescestes imensamente. Quando nasceste, eras um pirralho deste tamanho; hoje está mais alto que eu. Deixa ver; olha, és mais alto quatro dedos...

- Artura não quer dizer nada, não senhô...

- Pequeno ordenado, repito, uns seis mil-réis; mas é de grão em grão que a galinha enche o papo. Tu vales muito mais que uma galinha.

- Eu vaio um galo, sim senhô.

- Justamente. Pois seis mil-réis. No fim de um ano, se andares bem conta com oito. Oito ou sete.

Pancrácio aceitou tudo, aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civiladquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais quase divinos.

[...] O meu plano está feito; quero ser deputado, e na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes da Abolição legal, já eu, em casa, na modéstia da família, libertava um escravo, ato que comoveu toda a gente que dele teve noticia; que esse escravo tendo aprendido a ler, escrever e contar (simples suposição) é então professor de filosofia no Rio das Cobras; que os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem a lei, mas os que seantecipam a ela, dizendo ao escravo: és livre, antes que o digam os poderes públicos, sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do céu³⁰⁵.

Comparada com o senhor na ação, pode ser observada primeiramente, de forma irônica, que Machado de Assis reconhecia o escravo como o agente responsável por sua liberdadee que sua força no processo de Aboliçãoera maior que o próprio senhor. Isso pode ser observado quando Machado de Assis fez a descrição de Pancrácio: “uma pessoa de

³⁰⁴ Ver: AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos. Lutas jurídicas e abolicionismos na província de São Paulo na segunda metade do século XIX*. Tese doutorado, Universidade estadual de campinas, 2003. 224 páginas.

³⁰⁵ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Idem*.

dezoito anos, mais ou menos; tu crescestes imensamente... és mais alto uns quatro dedos”. A comparação dá uma ideia de superação por parte do personagem escravo.

Sobre a idade, quem nasceu em 1871 estaria livre pela lei emancipacionista do ano corrente. Tudo indica, no desenrolar da crônica, que “dezoito anos, mais ou menos” admite a possibilidade de Pancrácio ter nascido no ano da lei, o que o tornava livre por lei prestando serviços até os 21 anos de idade. Mesmo que o senhor optasse por usufruir dos serviços dos ingênuos – filhos de escravos nascidos na vigência da lei – na idade estabelecida deveria cuidar deles e não infligir castigos como mandava a lei - seu descumprimento cessava os serviços:

Art. 1.º - Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre.

§ 1.º - Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor e lhe dará destino, em conformidade da presente lei.

§ 6.º - Cessa a prestação dos serviços dos filhos das escravas antes do prazo marcado no § 1.º, se por sentença do juízo criminal reconhecer-se que os senhores das mães os maltratam, infligindo-lhes castigos excessivos³⁰⁶.

É sutil, mas a referência aqui diz respeito à falta de controle sobre o escravo - expresso em lei - pelo escravocrata, ou seja, embora a posição de arrogância, de estar seguro de si o proprietário, a situação legal do escravo era maior; por isso a frase “tu crescestes imensamente... és mais alto uns quatro dedos”.

Mais adiante na crônica, outro fator que chama a atenção é a situação financeira ou de sustentabilidade dos futuros libertos que não diferenciava muito enquanto escravo. Nota-se que “um pequeno ordenado, repito, seis mil-réis...no fim de um ano, se andares bem, conta com oito. Oito ou sete” não valia muita coisa para uma pessoa se sustentar. No próprio jornal, a fim de fazer uma comparação, encontravam-se anúncios de mercadorias nas páginas finais. Por exemplo, um sabão veterinário para cachorro foi anunciado por mil réis³⁰⁷. Pancrácio receberia um salário com poder de compras de seis sabões veterinários. Não se sabe ao certo o que realmente recebia um liberto que permanecesse prestando serviço ao ex-senhor; mas, Machado de Assis – talvez de forma exagerada, o que dava um tom cômico da situação

³⁰⁶ Lei nº 2040 de 28.09.1871 – Lei do Ventre Livre. (Brasil, 1871). <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm>. Acesso em 09 Jan.2019.

³⁰⁷ *Gazeta de Notícias*, 19 de maio de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=13806>. Acesso em 09 Jan.2019.

trágica – denunciava ao leitor que as condições financeiras apropriadas de forma que se vivesse minimamente desceste não se concretizava mesmo com o fim da escravidão. Sob esse aspecto, resumiu Machado (2014):

Por outro lado, constatamos, nos escritos dos jornais de Patrocínio, a ausência de condições políticas para a efetivação de medidas que pudessem mudar, substancialmente, a vida dos libertos. A marginalização dos ex-escravos refletiu o próprio processo de condução de luta contra a escravidão. Após a extinção legal do cativo, o descompromisso com efetivação de reformas caracterizou os jornais...³⁰⁸

Outro aspecto que pode ser observada na crônica diz respeito às relações entre os negros libertos e as demais camadas sociais da sociedade. Na narrativa, de modo objetivo, configura a relação do ex-senhor de escravos – agora empregador ou contratador de serviços - e o ex-cativo que figurava como mão de obra livre.

No trecho “Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco... ele continuava livre e eu de mau humor, eram dois estados naturais” propõe uma reflexão sobre as relações sociais estabelecidas com a Abolição. Os maus-tratos, o desrespeito, ofensas e xingamentos e a exploração do trabalho permaneceriam mesmo com o fim do cativo legal; Machado de Assis enfatizou a continuação da exploração, a Abolição com um “não fato” do ponto de vista das condições sociais e da própria liberdade.

Claro que a comicidade segue presente. Se por um lado o autor buscou direcionar a reflexão para as condições desumanas recorrentes no caso; por outro, de modo pilhérico, o delírio da classe senhorial que acreditava que podia dominar os escravos por meio das alforrias espontâneas ou pelo desenvolvimento do clientelismo com os libertos.

O exagero dado ao comportamento de Pancrácio que aceitava tudo, que se curvava aos pés do senhor quando recebeu a alforria, o choro pelo ato virtuoso de seu dono foi a parte cômica da crônica. Esse pretensu domínio do escravo via alforria era uma política que já não surtira efeito esperado por parte dos senhores de escravos:

A alforria como parte de uma política de domínio, como estratégia de produção de dependentes, já vinha falindo havia pelo menos duas décadas. Especialmente em se tratando da corte, o campo de experiência histórica específico de Machado, é quase impossível imaginar um negro que, como Pancrácio, interprete a liberdade simplesmente a continuação da antiga servidão. Machado exagera nas demonstrações de submissão do bom Pancrácio...³⁰⁹

³⁰⁸ MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados. José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói: Editora da UFF, 2014, p.276.

³⁰⁹ CHALHOUB, S. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.123.

O transcurso hilariante do texto reside na tentativa do personagem, dono de escravo, tentar continuar a manter “o nariz em pé”; ou seja, uma tentativa de reverter o sentido do processo histórico da Abolição da escravidão, como se fosse um ato permitido pela classe senhorial. Na verdade, já próximo da proclamação da lei de libertação, nada podiam fazer os donos de escravos que ainda resistiam às transformações que estavam em curso. Dessa forma, a comicidade estava nessa tentativa de se apropriar de um evento que já se consolidara aos moldes ou vontades dos donos de escravos. A Abolição acontecia - só que na versão dessa classe e seria de acordo com sua vontade.

Fechando a crônica, Machado de Assis procurou demonstrar, de acordo com Chalhoub (2011) o lado “hipócrito e interesseiro”³¹⁰ por trás das alforrias incondicionais dadas aos escravos por seus donos. Alforriar e divulgar nos jornais eram tentativas de autopromoção de determinados indivíduos. Um interesse obscuro por trás da “boa ação”. Isso ficou evidenciado no trecho “O meu plano está feito; quero ser deputado, e, na circular que mandarei para meus eleitores, direi que, antes, muito antes da Abolição legal... libertava um escravo”. O autor fazia chacota com as notícias de alforria publicadas no jornal em que tornava público a generosidade e a virtude de seus libertadores. Machado de Assis ironizava ou mesmo denunciava essas falas que claramente eram autopromoções e que vinham atender interesses particulares. A título de exemplo, segue uma publicação em marco de 1888 na *Gazeta de Notícias* a respeito de uma indicação de cargo na guarda nacional:

[...] Existe, porém, em Itahy, um fazendeiro, membro importantíssimo do partido conservador, que aspirava uma patente elevada na mesma guarda, e que, entretanto, ficou no esquecimento; esse homem que tem prestado bons serviços a humanidade, e que a bem pouco deu provas do quanto detestava a escravidão, pois que libertou os seus escravos em número de 40, não viu com bons olhos a sua preterição e, segundo consta, já tem pelo avesso uma das mangas da casaca política. Se o Sr. F. Vianna não lhe arranjar um postossinho qualquer, terá o partido conservador o desgosto de perder uns de seus mais fieis soldados. Um cabo de esquadra³¹¹.

3.1.8 “Bons Dias!” -21 de maio de 1888.

Esta crônica não foi publicada, como normalmente era na série do jornal, pela *Gazeta de Notícias* a qual não teve edição para este dia. Foi escrito em edição única

³¹⁰ Idem. p.122.

³¹¹ *Gazeta de Notícias*, 18 de março de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%201888&pesq=>. Acesso em 11 Jan.2019.

da *Imprensa Fluminense* fim de comemorar a Abolição em que reuniu vários jornalistas e que teve a participação de Machado de Assis com uma crônica da série “Bons Dias!”, reunida em coletâneas por Jean-Michel Massa em “Dispersos de Machado de Assis”, ano de 1965³¹².

Nesse texto Machado de Assis fez uma conexão, fictícia é claro, entre personagens bíblicos com a vida real, da vida política majoritariamente para sutilmente, com muito humor, pensar e opinar sobre a Abolição concretizada dias atrás. Essa “inspiração” bíblica pode ser atribuída à missa campal de 17 de maio³¹³ de 1888, citada logo no início da crônica, como também aos próprios jornais que publicavam com grande euforia a aprovação da lei com certos exageros, santificando em alguns casos certas personalidades políticas ou não que atuaram no processo da Abolição. No próprio jornal em que escrevia Machado de Assis havia pequenos textos exortando determinadas pessoas públicas e influentes na sociedade que “praticaram” atos “heroicos” a favor da Abolição. Isso foi feito tanto antes da lei sancionada como depois dela para celebrar ações dessas personalidades. Como exemplo, esta nota publicada no dia 20 de maio de 1888:

Abolição. Para a verdade da história.
Antônio Prado, com o prestígio de seu grande nome e fortuna, Leôncio de Carvalho, reunindo em sua casa os fazendeiros para a fundação da “Libertadora” e Raphael de Barros concitando os republicanos, formam a sacrossanta trindade que impulsionou o grande movimento libertador com a patriótica e inolvidável revolução de São Paulo. “Justiça da história”³¹⁴.

Fazendo referência a missa no campo de São Cristóvão, o autor delineou de onde partira suas pilhérias tão usuais em seu estilo provocador: uma paródia da Bíblia. De Jesus Cristo e seus apóstolos especificamente. Assim inicia:

Algumas pessoas pediram-me a tradução do evangelho que se leu na grande missa campal do dia 17. Estes meus escritos não admitem traduções, menos ainda serviços particulares; são palestras com leitores e especialmente com leitores que não tem o que fazer. Não obstante, em vista do momento, e por exceção, darei aqui o evangelho [...]³¹⁵.

³¹² MASSA, Jean-Michel. *Dispersos de Machado de Assis* apud GLEDSON, John. *Machado de Assis. Bons Dias!* São Paulo: Hucitec, 1990, p.15.

³¹³ Recentemente foi publicada pela pesquisadora e editora-assistente da Brasileira Fotográfica, Andrea Wanderley, uma foto que ela defende ser Machado de Assis presente na referida missa no campo de São Cristóvão em comemoração a abolição e em homenagem a Princesa Izabel. Disponível em: http://brasilianafotografica.bn.br/?page_id=736. Acesso em 11 Jan. 2019.

³¹⁴ Texto publicado na *Gazeta de Notícias*, 20 de maio de 1888. <Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=13815>. Acessado em 03 Mai. 2019.

³¹⁵ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. In: GLEDSON, John. *Machado de Assis. Bons Dias!* São Paulo: Hucitec, 1990, p.65.

A crônica foi uma paródia bíblica do evangelho de São João para “contar” aos leitores como emergiu a Abolição da escravidão através dos esforços dos homens importantes para sua concretização. Na verdade os personagens³¹⁶ foram figuras públicas como ministros, políticos e a própria regente Isabel que desempenharam papéis importantes como os personagens bíblicos no evangelho. Havia o Cristo e seus seguidores da bíblia que foram apropriados e parodiados por Machado de Assis por meio dos personagens políticos de seu tempo para “contar uma história” da Abolição.

Foram escritos vinte e oito “versículos” machadianos em referência aos atos dos personagens políticos imitados da bíblia. Transcrever todo o texto aqui e analisar cada versículo inviabilizaria a preocupação central neste momento que é o que Machado de Assis estava pensando sobre a Abolição e seus desdobramentos. A fim de ilustração, apresenta-se um pequeno quadro comparativo entre a bíblia e os personagens de Machado de Assis para ajudar a entender a paródia:

| Evangelho de João, capítulo 1o | “Evangelho” segundo Machado de Assis |
|--|--|
| 1. No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. 2. Ele estava no princípio com Deus; | 1. No princípio era Cotegipe, e Cotegipe estava com a Regente, e Cotegipe era a Regente. 2. Nele estava a vida; com ele viviam a Câmara e o Senado |
| 6. Houve um homem enviado por Deus cujo nome era João. 7. Este veio como testemunha para que testificasse a respeito da luz, a fim de todos virem a crer por intermédio dele. | 3. Houve então um homem de São Paulo chamado Antônio Prado o qual veio por testemunho do que tinha de ser enviado no ano seguinte. |
| 15. João testemunha a respeito dele e exclama: Este é ode quem eu disse: o que vem depois de mim tem, contudo, a primazia, porquanto já existia antes de mim | 4. E disse Antônio Prado: O que há de vir depois de mim é o preferido, porque era antes de mim. |
| 29. No dia seguinte, viu João a Jesus, que vinha para ele, e disse: Eis o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo! 30. É este a favor de quem eu disse: após mim vem um varão que tem a primazia, porque já existia antes de mim. | 9. No dia seguinte, viu Antônio Prado a João Alfredo, que vinha para ele, depois de guardar o chapéu no cabide dos senadores, e disse: Eis aqui o que há de tirar os escravos do mundo. Este é o mesmo de quem eu disse: Depois de mim virá um homem que me será preferido, por que era antes de mim. |

³¹⁶ Machado cita na crônica, principalmente, políticos favoráveis à abolição; significativamente são sete os citados: (1) João Alfredo, Presidente do Conselho no governo formado em março, a quem coube decretar a completa Abolição; (2) Antônio da Silva Prado, político paulista, que, depois de ter lutado contra a Abolição, mudou de posição e reconheceu a sua necessidade; (3) José Maria da Silva Paranhos foi o Visconde do Rio Branco, em cujo governo foi aprovada a Lei do Ventre Livre, a mais importante medida no sentido da Abolição, antes de 1888; (4) Antônio Ferreira Viana, Ministro da Justiça no Gabinete João Alfredo, adepto do clericalismo e caricaturado como um religioso; (5) Luís Antônio Vieira da Silva, Visconde de Vieira da Silva foi Ministro da Marinha e importante membro da maçonaria; (6) Rodrigo Augusto da Silva foi Ministro de Relações Exteriores (“gentios”); (7) José Fernandes da Costa Pereira era Presidente de São Paulo em 1871 (“esteve comigo em 1871”). In: GLEDSON, John. Op. Cit. p. 65-69.

| | |
|---|---|
| 32. E João testemunhou, dizendo: Vi o Espírito descer docéu como pomba e pousar sobre ele | 10. Passados meses, aconteceu que o espírito da Regenteveio pairar sobre a cabeça de João Alfredo, e Cotegipe deixou o poder executivo e o poder executivo passou a João Alfredo ³¹⁷ . |
|---|---|

Segundo Paulo Proença, a comparação entre os textos, o bíblico e a crônica, a vocação e dedicação foram as características em comum entre eles. Se na bíblia Jesus Cristo era o personagem principal que mobilizou os discípulos, no “evangelho de Machado de Assis” Antônio Prado – abolicionista – foi comparado a João Batista e João Alfredo ao próprio Jesus Cristo³¹⁸. Partindo de João Alfredo outras personalidades se destacaram na causa da Abolição e se agrupavam em torno da ideia ou “vocação” para a causa nobre em questão: “16. Unidos os sete, disse João Alfredo: sabeis que vim libertar os escravos do mundo, e que esta ação nos há de trazer glória e amargura; estais dispostos a ir comigo?”³¹⁹.

A paródia é uma releitura cômica que frequentemente utiliza ironia e deboche. Para além desse atributo, Machado de Assis incluiu mais: exercer a crítica e expor sua opinião sobre os fatos. A leitura que tinha sobre a escravidão era pessimista e realista. Mesmo nessa publicação que tinha finalidade comemorar a lei da Abolição, o autor não deixou passar a oportunidade de salientar suas ideias sobre ela, levando o leitor a indagar-se sobre o fim da escravidão e quem realmente se beneficiava. O escravo ou o senhor de escravo? Ele escreveu:

17. E respondendo todos que sim, disse um deles por parábola, que no ponto em que estavam as coisas, melhor era cortar a perna que lavar a úlcera, pois a úlcera ia corrompendo o sangue.

18. Mas, ficando João Alfredo pensativo, disseram os outros entre si: Que terá ele?

19. Então o mestre, ouvindo a pergunta, disse: Prevejo que há de haver uma consulta de sacerdotes e levitas, para ver se chegam a compor certo unguento, que os levitas aplicarão na úlcera; mas não temais nada, ele não será aplicado.

20. E como perguntasse alguns qual era a composição desse unguento, o discípulo Viana, mui lido nas escrituras, disse:

21. Está escrito no livro de ElleHaddebarim, também chamado de Deuteronomio, que quando o escravo estiver servido seis anos, no sétimo ano o dono o deixe ir livre, e não com as mãos abanando, senão com um alforje de comida e bebida. Este é de certo o unguento lembrado, menos talvez o alforje e os seis anos.

22. E acudiu João Alfredo: Tu o disseste: três anos bastam ao levitas e sacerdotes, mas a úlcera é que não espera.

23. Ora pois vinde e falemos a verdade aos homens.

24. E, tendo a regente abençoado a João e seus discípulos, foram estes para as câmaras, onde apresentaram o projeto de lei que depois de algumas palavras duras e outras cálidas de entusiasmo, foi aprovado no meio de flores e aclamações.

³¹⁷ PROENÇA, Paulo Sergio de. *Intertextualidade bíblica e escravidão em Machado de Assis*. In: Revista Estudos semióticos, vol.6, nº2, 2010, pp77-85. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/esse/article/view/49273>>. Acesso em 04 Mai. 2019.

³¹⁸ Idem.

³¹⁹ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. Idem, p.67.

28. [...] Bem diz o Eclesiastes: algumas vezes tem o homem o domínio sobre outro homem para desgraça sua. “O melhor de tudo, acrescento eu, é possuir-se a gente a si mesmo”³²⁰.

Machado de Assis sutilmente, de maneira inteligente, parodiou parte do Antigo Testamento para expor seu ponto de vista dos efeitos da Abolição na prática. Ele evoca trechos bíblicos relacionados direta ou indiretamente à escravidão e, a partir deles, suscita reflexões sobre a fragilidade das motivações político-ideológicas que culminaram na Abolição. As ações “santas”, como destacado nos artigos na *Gazeta de Notícias* aqui demonstradas, eram na verdade uma forma de resolver o problema que os políticos e a classe senhorial já não tinham mais controle.

Os sacerdotes e levitas eram tidos como uma espécie de “responsáveis” religiosos que decidiam sobre questões de fé ou da própria religião em ambos os livros bíblicos. Na paródia eles eram os personagens políticos que há tempos travavam a liberdade dos escravos através de leis emancipacionistas que não conduziam à liberdade de fato. O unguento – pasta de ervas para cicatrizar feridas - referido no versículo foi a Lei do Ventre Livre de 1871. Ela de fato não terminava com a escravidão, pois até aos seis anos de vida a criança filha de escravos - que nascera livre a partir da data da lei – era cuidado pelo senhor de seus pais. Na idade atingida ela era entregue ao Estado que indenizava o senhor ou trabalhava até os vinte e um anos. Na prática, a criança ficava perto da família até a fase final. Quando resolvesse não ficar mais saía sem levar nada, nem o alforje como ironizou Machado de Assis. O ingênuo não tinha na prática nem o alforje – na bíblia seria uma espécie de “bagagem” sob burros – nem os seis anos que se tornavam vinte e um.

O “libertador” João Alfredo deixara claro que o unguento não seria mais possível, pois a úlcera não esperava. Esta enfermidade se refere à escravidão que não se sustentava mais e que a sociedade seria prejudicada caso não resolvesse de vez esse problema; por isso, o unguento - ou que se chama de paliativo - não seria mais viável naquela conjuntura – como alertou o discípulo no versículo 17 em que “[...] no ponto em que estavam as coisas, melhor era cortar a perna que lavar a úlcera, pois a úlcera ia corrompendo o sangue”³²¹.

Machado de Assis defendia a Abolição, mas observara que projeto de Estado apenas se resumia em terminar com a escravidão sem incluir direitos para os libertos. Fato consolidado pela aprovação da lei que se resumiu em dois artigos: o primeiro decretando o fim da escravidão e o segundo que revoga a disposições contrárias. Machado de Assis colocou

³²⁰ Idem, p. 68-69.

³²¹ Idem.

em evidência as questões ideológicas por trás do fim da escravidão. A Abolição não deu espaço para o abolicionismo.

Ao final de seu “evangelho” no versículo 28, Machado de Assis buscou no livro *Eclesiastes*³²² um pequeno trecho que lhe serviu para emitir sua opinião sobre a escravidão e que deixa claro sua posição a favor da Abolição. Para o autor, o homem não deve ser dono de outro, mas somente de si mesmo. A acusação de seus críticos de que ele fosse indiferente em relação à liberdade dos escravos não se sustenta ao analisar essa paródia. Ele expôs sua opinião e suas ideias acerca da Abolição dentro de um estilo literário que não foi apreciado pelos seus críticos, porque muito deles não compreenderam a amplitude de sua crítica; não reconheceram a visão de futuro de Machado de Assis, exatamente porque não enxergavam o que era a realidade. A ironia e a paródia desta crônica requerem uma reflexão não apenas sobre os fatos, mas sobre a forma proposta por Machado de Assis na literatura para se pensar a Abolição na prática. Ele indicava que a lei não garantia uma condição melhor para os escravos, mas permitia ao senhor de escravos não se preocupar mais com os negros lutando por sua liberdade.

3.1.9 “Bons Dias!”- 1 de junho de 1888.

Passaram-se duas semanas da publicação da última crítica na *Gazeta de Notícias*. Depois desse tempo Machado de Assis volta ao tema da Abolição da escravidão. Muito se comemorou após a publicação da lei. A imprensa, por exemplo, formou uma comissão central para discutir os eventos comemorativos que se iniciaram no dia 17 de maio e foram até o dia 20 do mesmo mês³²³; como a missa campal no primeiro dia e, depois, culminando com o fechamento da imprensa no dia 20 e 21 de maio para publicar um jornal especial intitulado *“Imprensa Fluminense”* que reuniu artigos, notícias, crônicas de diversos escritores dos jornais reunidos pelo evento, na qual Machado de Assis participou com a crônica discutida no item anterior.

Essa comemoração toda que contagiou diversas cidades e o Rio de Janeiro relatando as festividades e saudando a Abolição mais a princesa regente não fez grande efeito no cético, crítico e irônico Machado de Assis que assim escreveu:

³²² Bíblia Sagrada. *Eclesiastes* 8:9.

³²³ *Gazeta de Notícias*, 15 de maio de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=13781&Pesq=celebrando%20a%20aboli%c3%a7%c3%a3o>. Acesso em 08 Mai. 2019.

Estando há dias a almoçar com alguns amigos, percebi que alguma coisa os amargurava. Não gosto de caras tristes, como não gosto delas alegres: um meio-termo entre o caju e o Recreio Dramático é o que vai comigo. Senão quando, com um modo delicado, perguntei o que é que tinham. Calaram-se; eu, como manda a boa criação, calei-me também e falei de outra coisa. Foi o mesmo que se os convidasse a por tudo em pratos limpos. Tratando-se de um almoço, era condição primordial.

Um dos convivas confessou que no meio das festas abolicionistas não aparecia seu nome, outro que era o dele que não aparecia, outro que era o dele, e todos que os deles. Aqui é que eu quisera ser um homem malcriado. O mesmo que diria a todos, é que eles tanto trabalharam para a Abolição dos escravos como para destruição de Nínive, ou para a morte de Sócrates [...]

Em linguagem chã, todos eles queriam ir à Gloria sem pagar o bonde; creio que fiz um trocadilho [...] ³²⁴.

Machado de Assis havia antes chamado a atenção para a “mudança” de opinião sobre a Abolição na crônica do dia 19 de maio, relatando que ela servia para outros propósitos que não a liberdade dos escravos, como se lançar a candidato por uma vaga no Parlamento através da divulgação dos atos nobres individuais que “davam” alforria antes mesmo da lei. O caráter duvidoso do escravocrata e a própria política em voga irritavam o escritor.

Por isso, relembra e debocha ironicamente nesta crônica que muitos querem usufruir da glória da consolidação da lei sem mesmo terem feito algo de fato por ela. Ou, mais ainda, ele colocava em dúvidas as “boas intenções” daqueles que recentemente “reavaliaram” seu ponto de vista e aderiram à Abolição. As crônicas da série “*Balas de Estalo*” ³²⁵, publicadas no mesmo jornal em 1885, eram a opinião de Machado de Assis que via com desconfiança os comportamentos dos políticos em torno do projeto; aqueles que combatiam as leis emancipacionistas “reavaliaram” que era melhor lutar por elas, pois lhes beneficiavam mais que o ato de impedi-las. Não faltavam exemplos dessa mudança repentina de ideia nos políticos, como foi o caso de Antônio da Silva Prado; um importante político paulista antiabolicionista que atuou contra a Abolição até o final de 1887, passando a defendê-la ³²⁶ a partir desse momento, constituindo-se até como personagem da paródia bíblica de Machado de Assis.

3.1.10 “Bons Dias!” -26 de junho de 1888.

³²⁴ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. In: *Gazeta de Notícias*, 1 de junho de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=13785&Pesq=celebrando%20a%20aboli%c3%a7%c3%a3o>. Acessado em 08 Mai. 2019.

³²⁵ RAMOS, Ana Flávia Cernic. Op. Cit.

³²⁶ GLEDSON, J. Op. Cit. p.65.

A lei de 13 de maio foi criada com a finalidade de por fim à servidão compulsória, aos castigos brutais e outras agruras para com os escravos negros. Ela serviu, também, como forma de apaziguar o clima de medo e tensão dos donos de escravos que já não podiam mais controlar os escravos na prática que lutava por sua liberdade através de fugas, assassinatos etc.³²⁷ Havia as duas faces da moeda em relação à Abolição que representava as tensões entre duas classes principais: o trabalhador escravo e o dono de escravo. É para este que Machado de Assis volta seu olhar acusador.

O escritor colocava em dúvidas a quem mais interessava a Abolição: ao escravo ou o senhor de escravo. Suas crônicas chamavam a atenção para a ideia de que o projeto fora pensado não apenas para beneficiar os escravos, mas seus donos que se sentiam lesados pelo projeto de lei. Dessa forma, se articulavam na política para tentar impor um item no projeto que pudesse contemplá-los. O autor observara e denunciara através da literatura que o projeto de liberdade que estava em construção não mudava as condições de vida dos escravos³²⁸, mas sim acalmava os ânimos e as revoltas escravas que não cessavam e incomodavam os fazendeiros.

Nesta crônica, a artimanha mais o inconformismo - que beiravam o absurdo - da parte política ligada aos ex-donos de escravos foram criticados pelo autor, haja vista a mobilização parlamentar que buscava uma indenização para aqueles que “tiveram que dar liberdade” aos escravos por causa da lei do governo logo após a lei áurea. Os senhores sentiam-se prejudicados com a liberdade dada aos escravos e queriam ser recompensados – mesmo que a Abolição tenha livrado os senhores de serem assassinados durante as revoltas negras como descrito anteriormente. Machado de Assis sai em defesa de uma Abolição voltada para a classe explorada, debochando desse movimento senhorial parlamentar que representava a outra face da moeda, além de lembrar mais uma vez que a condição do escravo não melhorou com a dita lei ao final da crônica. Assim escreveu o escritor:

Eu, se tivesse crédito na praça, pedia emprestados a casamento uns vinte contos de réis, e ia comprar libertos. Comprar libertos não é expressão clara; por isso continuo.

Conhece o leitor um livro do célebre Gógol, romancista russo, intitulado *Almas Mortas*? Suponhamos que não conhece, que é para eu poder expor a semente da minha idéia. Lá vai em duas palavras.

Chamam-se *almas* os campônios que lavram as terras de um proprietário, e pelos quais, conforme o número, paga este uma taxa ao Estado. No intervalo do

³²⁷ AZEVEDO, C. M. *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites do século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987, p.216.

³²⁸ A crônica de 19 de maio de 1888, escrita por Machado de Assis e analisada aqui, simboliza bem essa articulação da classe senhorial.

lançamento do imposto, morrem alguns campônios e nascem outros. Quando há *déficit*, como o proprietário tem de pagar o número registrado, primeiro que se faça outro recenseamento, chamam-se *almas mortas* os campônios que faltam. Tchitchikof, um espertalhão da minha marca, ou talvez maior, lembra-se de comprar as *almas mortas* de vários proprietários. Bom negócio para os proprietários, que vendiam defuntos ou simples nomes, por dez-réis de mel coado. Tchitchikof, logo que arranjou umas mil *almas mortas*, registrou-as como vivas; pegou dos títulos do registro, e foi ter a um Monte de Socorro, que, à vista dos papéis legais, adiantou ao suposto proprietário uns 200.000 rublos; Tchitchikof meteu-os na mala e fugiu para onde a polícia russa o não pudesse alcançar.

Creio que entenderam; vejam agora o meu plano, que é tão fino como esse, e muito mais honesto. Sabem que a honestidade é como a chita; há de todo o preço, desde meia pataca.

Suponha o leitor que possuía duzentos escravos no dia 12 de maio, e que os perdeu com a Lei de 13 de Maio. Chegava eu ao seu estabelecimento, e perguntava-lhe:

— Os seus libertos ficaram todos?

— Metade só; ficaram cem. Os outros cem dispersaram-se; consta-me que andam por Santo Antônio de Pádua.

— Quer o senhor vender-mos?

Espanto do leitor; eu, explicando:

— Vender-mos todos, tanto os que ficaram, como os que fugiram.

O leitor assombrado:

— Mas, senhor, que interesse pode ter o senhor...

— Não lhe importe isso. Vende-mos?

— Libertos não se vendem.

— É verdade, mas a escritura de venda terá a data de 29 de abril; nesse caso, não foi o senhor que perdeu os escravos, fui eu. Os preços marcados na escritura serão os da tabela da lei de 1885; mas eu realmente não dou mais de dez mil-réis por cada um.

Calcula o leitor:

— Duzentas cabeças a dez mil-réis são dois contos. Dois contos por sujeitos que não valem nada, porque já estão livres, é um bom negócio.

Depois refletindo:

— Mas, perdão, o senhor leva-os consigo?

— Não, senhor: ficam trabalhando para o senhor; eu só levo escritura.

— Que salário pede por eles?

— Nenhum, pela minha parte, ficam trabalhando de graça. O senhor pagar-lhes-á o que já paga.

Naturalmente, o leitor, à força de não entender, aceitava o negócio. Eu ia a outro, depois a outro, depois a outro, até arranjar quinhentos libertos, que é até onde podiam ir os cinco contos emprestados; recolhia-me à casa, e ficava esperando.

Esperando o quê? Esperando a indenização, com todos os diabos! Quinhentos libertos, a trezentos mil-réis, termo médio, eram cento e cinquenta contos; lucro certo: cento e quarenta e cinco.

Porquanto, isto de indenização, dizem uns que pode ser que sim, outros que pode ser que não: é por isso que eu pedia o dinheiro a casamento. Dado que sim, paga e casava (com a leitora, por exemplo); dado que não, ficava solteiro e não perdia nada, porque o dinheiro era de outro. Confessem que era um bom negócio [...]³²⁹

O texto é grande, mas esclarece a posição de Machado de Assis. A ideia de indenizar os donos de escravos com a lei da Abolição não era nenhuma novidade na pauta de discussões dos parlamentares que debatiam o tema. Um artigo de 31 de janeiro de 1887, publicada na

³²⁹ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. “Bons Dias!”. In: *Gazeta de Notícias*, 26 de junho de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=>. Acesso em 15 Mai. 2019.

*Gazeta de Notícias*³³⁰, seção “Províncias” trazia uma discussão sobre os interesses dos escravos, dos senhores e da sociedade em relação à Abolição. Defendia que o fim da escravidão serviria a todos e que, por isso analisar uma possível indenização não tinha cabimento moral. A ideia não se dissolveu com tempo. Com maior ou menor intensidade, o tema retornava como pauta no mesmo jornal.

Com a Abolição em 13 de maio de 1888, o tema ganhou novamente um artigo no jornal do dia 25 de maio, repudiando a ação do deputado conservador Coelho Rodrigues que apresentara uma pauta para discutir possíveis indenizações paga pelo Estado aos “senhores afetados” com a liberdade dos escravos. Os colegas decidiram nem colocar o projeto em discussão devido à lei aprovada sem indenizações. O discurso proferido no Parlamento provocou reações diversas e foi digno de matéria do jornal criticando a posição do político.

Em 19 de junho, no ano da Abolição, o conservador Barão de Cotegipe - aquele que teve seu gabinete substituído pela princesa Isabel para formar outro que viabilizasse o projeto da Abolição e, claro, votou contra o projeto, fato caracterizado no “Evangelho segundo Machado de Assis” – submeteu a apreciação do Senado um pedido de autorização de emissão de títulos para reembolso de antigos proprietários³³¹. Foi rechaçada pela comissão, mas volta e meia o assunto era revivido nas câmaras legislativas pelos seus defensores que acreditavam que seus direitos de propriedade não foram respeitados no projeto. No próprio jornal, no dia 26 de junho, data da publicação desta crônica, havia novos comentários sobre outra tentativa de propor indenizações aos escravocratas, desta vez propunham emissão de notas a pagar com juros aos fazendeiros³³².

Todas essas notícias indicavam certa mobilização política dos ex-donos de escravos que se sentiam desamparados pela lei em seu direito à propriedade. A moralidade ou imoralidade desta intenção foi digna de nota nesta crônica de Machado de Assis. Os termos “espertalhões”, “honestidade de meia pataca” do texto expõe a opinião do autor sobre os fatos ocorridos no Parlamento que buscavam compensar os ex-senhores de escravos, colocando em dúvida a aplicabilidade de uma possível aprovação das indenizações tendo em vista o caráter

³³⁰ *Gazeta de Notícias*, 4 de janeiro de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%201888&pesq=>. Acesso em 15 Mai. 2019.

³³¹ MACHADO, Humberto Fernandes. *José do Patrocínio e a luta contra a indenização aos republicanos de 14 de maio*. In: Simpósio Nacional de História, 25., 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/items/1-anais-simposios-anpuh>>. Acesso em 15 Mai. 2019.

³³² *Gazeta de Notícias*, 26 de junho de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%201888&pesq=>. Acesso em 15 Mai. 2019.

dessa classe. A comicidade da ficção em que o personagem principal - o próprio Machado de Assis – “venderia os libertos” ao Estado colocava em xeque o caráter de uma classe que sempre viveu da exploração de um ser humano e que ainda reclamava para si direitos pecuniários por não dispor mais de outras pessoas para usar. A vinda ou não da indenização colocava em dúvida a própria finalidade do projeto da Abolição que deveria vir somente para garantir os direitos dos escravos, mas que já vinha sendo criticada pelo escritor por não garantir melhorias aos libertos. Essa ideia foi chamada atenção pelo escritor desde a Lei do Ventre Livre de 1871 através das crônicas “Balas de Estalo” comentadas aqui anteriormente.

A dúvida foi exposta pelo escritor sobre quem teria, de fato, mais benefício com a Abolição; porém, ao final da crônica ele já deu a resposta afirmando que não foi ao escravo:

[...] Eu até desconfio que há já quem faça isto mesmo, com a diferença de ficar com os libertos. Sabem que no tempo da escravidão, os escravos eram anunciados com muitos qualificativos honrosos, perfeito cozinheiros, ótimos copeiros, etc. Era, com outra fazenda, o mesmo que fazem os vendedores, em geral: superiores morins, lindas chitas, soberbos cretones. Se os cretones, as chitas e os escravos se anunciassem, não poderiam fazer essa justiça a si mesmos. Ora, li ontem um anúncio em que se oferece a aluguel, não me lembra em que rua, — creio que na do Senhor dos Passos, — uma insigne engomadeira. Se é falta de modéstia, eis aí um dos tristes frutos da liberdade; mas se é algum sujeito que já se me antecipou...³³³

O mesmo escravo que trabalhava em serviços domésticos para o seu senhor passava a exercer a mesma função na condição de trabalhador livre. A ideia reforçada foi que a situação do ex-escravo não era muito diferente de antes da Abolição. A sorte não mudara, pois a abolicionismo defendido por determinados intelectuais era distinto do que foi publicado na lei. Não houve compensação ou mesmo qualquer instrução que inserisse e ajudasse a pessoa recém liberta a se adequar à sociedade. Machado de Assis criticava essa Abolição que se encaminhara já na crônica de 19 de abril, analisada aqui, chamando atenção sobre o que fazer com os escravos libertos se não havia propostas de dar condições deles se desenvolverem sozinhos. Esse alerta aparece novamente nesta crônica de junho: a condição do escravo não melhorou como o autor previra.

3.2 Machado de Assis: “Pai contra mãe” e o pós-abolição.

As crônicas analisadas aqui expõem as ideias de Machado de Assis em referência ao fim do trabalho escravo e a sua adequação à realidade do período vivido pelo autor. Ansiava por uma Abolição idealizada em que direitos e liberdades coexistissem para aquela população

³³³ Idem.

excluída da sociedade. As advertências, denúncias e as duras críticas ao projeto que estava se construindo no Parlamento foram recorrentes em suas obras de ficção com o furor de um intelectual que pensava um Brasil melhor.

Como observador de seu tempo, Machado de Assis estava atento aos acontecimentos de seu ambiente social. Assim, é importante frisar que ele estava atento à vida dos alforriados - durante a vigência do sistema escravista – e esse conhecimento serviu de base para alguns de seus textos que se relacionavam com a Abolição. Em seus escritos buscava emitir uma crítica e formar opinião³³⁴. Essa ideia adveio da relação do autor com o cotidiano, foi gestada dentro do contexto histórico que possibilitou construir um ponto de vista, a partir dos alforriados, que poderia em suas análises se concretizar ou não. As ideias somente poderiam ser elaboradas dentro do contexto; pois para o intelectual “Essa separação das produções culturais de seu sistema de referências, em relação às quais as ideias se definem, não resiste ao que PierreBourdieu designa por “décontextualisation” e por “dé-nationalisation”³³⁵.

A vida dos libertos antes da Abolição já sinalizava que uma liberdade sem uma seguridade, sem investimento em educação ou outros meios que permitisse o libertoprogredirpor conta própria seria um projeto fadado ao fracasso. A pobreza, o emprego mal remunerado, trabalhos temporários, exclusão do trabalho formal foram problemas enfrentados por aqueles que a muito custo conseguiam comprar a liberdade no período anterior ao fim do sistema escravocrata. Tal situação é apresentada no texto de Luna e Klein (2010):

Mas esses casos de sucessos eram poucos, ao menos para os forros, e até para pessoas de cor nascidas livres eram raros; além disso, essa mobilidade socioeconômica só ocorria após duas ou três gerações vividas em liberdade. O mais normal era os recém-alforriados e a primeira geração de pessoas de cor nascidas livres serem encontradas nas classes inferiores³³⁶.

Se antes da Abolição a situação do negro liberto ou alforriado não era das melhores, como seria diferente o seu destino depois dela? Talvez esta fosse a inquietação entorno de Machado de Assis que assistira o desenrolar dos fatos em relação à liberdade gradual que culminou com o projeto de lei de 13 de maio. A falta de seriedade ou empatia em relação aos

³³⁴ A crítica era o privilégio inerente ao intelectual que produzia sucessivamente a opinião. Ela foi base fundamental para entender o posicionamento de Machado de Assis face à abolição sem pertencer a uma instituição abolicionista. Essa postura machadiana esta associada ao que se chamou de “*Sentimento Intimo*”- texto de Machado de Assis analisado por Abel Baptista. Ver: BAPTISTA, Abel Barros. Op. Cit. p. 97-114.

³³⁵ RODRIGUES, Helenice. *Transferências de saberes: modalidades e possibilidade*. In: Revista História: Questões & Debates, Curitiba, n. 53, p. 203-225, jul./dez. 2010. Editora UFPR.

³³⁶ LUNA, Francisco Vidal, KLEIN, Herbert. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2010, p. 303.

desprovidos – os escravos seriam “libertados” sem uma compensação ou direcionamento por parte de seus exploradores - perpetuava sua condição de “inferior” na sociedade e de extrema pobreza, marcada por problemas de saúde, falta de trabalho, racismo e “vadiagem”. A “nova” condição de vida do recém-liberto pela lei parece que não se diferenciava da anterior, apenas mudou de nome:

“O povo negro tornou-se diarista, boia-fria, compondo o mercado informal de trabalho. Os vendedores ambulantes multiplicaram-se. Os negros vendiam o que pudessem produzir, confeccionar, tecer, fabricar em suas residências, como verduras, legumes, doces, salgados, etc.³³⁷”

A inserção de uma população, até então excluída dos mecanismos formais de emprego, ao modelo moderno de trabalho do tipo livre assalariado foi tão difícil quanto à própria Abolição. Os negros libertos estariam livres para concorrer no mercado de trabalho com os imigrantes europeus – estimulados pelo próprio Estado -, com brancos pobres e outros já inseridos na lógica de trabalho antes deles. Além de saírem das fazendas sem compensações por anos de servidão, sem instrução para se adequar as condições do trabalho livre assalariado tinham outros obstáculos a ser superados que eram estruturados para manter o negro na condição de inferior na sociedade: a racialização.

O fato de deixar de ser escravo não livrou o negro de ser tratado como antes, inclusive com violência. Ao pesquisar sobre como ele era representado na imprensa carioca a partir da análise de alguns jornais do período pós-abolição, Barbosa (2016) observou que a exclusão e a perseguição da população negra recém-liberta era muito similar aos tempos de escravidão:

Naquela fase, a linguagem dos jornais era reveladora de continuidades de práticas da época da escravidão: “rigorosos castigos”, “a causa do crime dizem que foi nenhuma, pois o preto nada fizera”, “espancado barbaramente”, “sem que os gemidos da vítima o contivessem”.

Após 1888, a imprensa carioca tem reproduzido uma figuração que retroalimenta a imagem do negro em contextos predominantemente de violência, criminalidade, vulnerabilidade, subordinação, inferioridade, pobreza, marginalidade, entre outros aspectos deteriorantes, o que colabora para que a imagem do negro seja tão discriminada em múltiplos contextos sociais³³⁸.

³³⁷ BATISTA, Rita de Cássia Souza Felix. *O negro: trabalho, sobrevivência e conquistas* (Juiz de Fora 1888-1930). Juiz de Fora: FUNALFA, 2006.

³³⁸ BARBOSA, João Paulo. *O Pós-abolição no Rio de Janeiro: Representações do negro na imprensa (1888-1910)*. Dissertação (Mestrado em História). 229f. Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2016.

Em 1906 Machado de Assis escreveu o conto “Pai contra mãe”³³⁹ que tem como temática específica a escravidão, não como apenas um sistema de exploração, mas como força motriz de uma relação social desigual, desumana e extremamente insensível a dor alheia. Para discutir a condição humana e os limites morais em determinada sociedade, o autor se utilizou deste estilo. Diferente da crônica, o conto é uma narrativa fictícia com característica própria, breve, não tem fim determinado ao final do texto que, por outro lado, deixa o leitor refletindo sobre as questões elencadas pelos personagens e as ideias que se busca discutir. Sobre este gênero narrativo compreende-se que:

O elemento significativo parece residir principalmente *em seu assunto*, no ato de escolher um acontecimento real ou imaginário que tem a propriedade misteriosa de iluminar algo além de si mesmo, ao ponto de uma ocorrência doméstica comum, tal como as que temos em tantas histórias admiráveis de Katherine Mansfield [...], ser convertida num sumário implacável de uma certa condição humana ou num explosivo símbolo de uma ordem histórica ou social³⁴⁰.

O conto “Pai contra mãe” pode ser o corolário das ideias de Machado de Assis defendida neste trabalho por meio de suas crônicas. Com estilo diferente da crônica quanto à composição, este texto buscava situar, atingir e sensibilizar o leitor através de uma narrativa que ao final consagra a opinião do escritor sobre o sistema escravocrata – assunto - e a “desumanização” das relações sociais por meio da sobrevalorização da propriedade e do lucro. Mesmo que a trama seja desenvolvida no passado escravista, a verdade era que a situação do liberto após a Lei Áurea não mudara: continuava sendo pobre, tratado desumanamente em uma sociedade com relações sociais desiguais. A estratégia era fazer um paralelismo entre o passado e o presente.

3.2.1 Resumo do conto.

O conto tem início com uma caracterização do autor a respeito de algumas atividades e produtos relacionados ao período da escravidão no Brasil, particularmente a repressão aos negros fujões: a máscara de ferro, que impedia a alimentação, era utilizada para afastar o vício da cachaça, que para os escravocratas conduzia ao roubo; a coleira de ferro, castigo aplicado a escravos recapturados. Para a produção de tais artefatos recorria-se a

³³⁹ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Pai contra mãe*. In: _____. *Relíquias da casa velha*. Rio de Janeiro: Garnier, Livreiro editor, 1906, p. 3-16.

³⁴⁰ BRANDÃO, Izabel. Os contos de Heliônia Ceres: inquietações ecológicas. In: Revista Terceira Margem. Rio de Janeiro, Número 20, p. 101-111, janeiro/julho 2009. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/tm/article/view/11039/8055>>. Acesso em 19 Mai. 2019.

funileiros e ferreiros, atividade então próspera. Outro ofício era o de caçador de escravos³⁴¹ fugidos, ao qual se dedicavam aqueles que não encontravam sucesso em outra profissão.

Esse foi o caso do protagonista, Cândido Neves. Depois de tentar, sucessivamente, os ofícios de tipógrafo, comerciante e entalhador tornou-se caçador de escravos. A paixão pela moça Clara trouxe o desejo de constituir família e a ansiedade por uma ocupação mais estável e nobre. Clara vivia com uma tia, Mônica, a quem auxiliava na profissão de costureira, e que era contrária à união, pela falta de recursos do casal. Quando Cândido e Clara decidiram ter um filho, ela externou seu temor quanto aos problemas que a existência de mais uma boca para alimentar traria para a casa. Cândido e Clara, no entanto, insistiram.

Os escravos fugidos já conheciam a fama da eficiência de Cândido; além disso, havia mais caçadores na praça, razões suficientes para diminuírem os vencimentos do rapaz. A gravidez de Clara avançava e Mônica sugeriu que eles entregassem a criança à Roda dos Enjeitados, local existente em instituições de caridade e que recebia filhos indesejados. O casal se pôs prontamente contrário a essa decisão.

No entanto, as dificuldades, que já eram muitas, aumentaram com a pressão exercida pelo proprietário da casa onde residiam que exigia receber em poucos dias o aluguel atrasado de três meses. Para remediar a situação, Mônica conseguiu alguns cômodos, de favor, na parte baixa da casa de uma conhecida. E conseguiu, por fim, convencer o jovem casal a aceitar a ideia de se desfazer do filho.

A criança nasceu. Era um menino, e, com muita relutância, Cândido se dirigiu ao local onde ficava a Roda dos enjeitados para deixar seu filho. No caminho, deparou-se com Arminda, uma mulata que ele procurava há tempos, a devolução lhe traria a recompensa de cem mil-réis, dinheiro suficiente para suprir-lhe todas as necessidades. Apressadamente, deixou a criança em uma farmácia cujo proprietário conhecera na véspera e partiu na perseguição da escrava.

Ele a alcançou e a amarrou, levando-a consigo. A escrava revelou que estava grávida e que temia os castigos corporais aos quais seria submetida. Surdo a esses apelos, Cândido a entregou ao dono. No transe da luta para livrar-se, a mulher acabou abortando. Cândido

³⁴¹ O termo “caçador de escravos” dito por Machado de Assis aparenta ser um termo genérico para designar o sentido de perseguidor de seres humanos. Talvez esteja se referindo ao Capitão do Mato ou pessoas contratadas por ele para formar uma milícia e perseguir escravos fugitivos. A atuação desses “caçadores” ganhou grande prestígio no sistema escravista após a derrubada do Quilombo dos Palmares. Passou a ser uma profissão muito difundida, inclusive licenciada em alguns locais, espalhando ao longo do século XVIII e XIX. Esses profissionais eram pessoas livres e pobres que ganhavam por trabalho realizado. Geralmente eram recrutados, pelos donos de escravos, ex-escravos, pardos e brancos - todos pobres. Capturavam os fugitivos nas matas, nas estradas ou nos centros urbanos. Essa descrição pode ser encontrada em: SCHWARCZ, Lillian, STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 80-86.

recebeu o dinheiro da recompensa, apanhou o filho com o farmacêutico e voltou para casa com o menino.

3.2.2 Análise do conto.

A narrativa se desenvolveu no período da escravidão, embora tenha sido escrita no contexto pós-abolição. Percebe-se que sua composição se desenvolveu em três partes distintas e interligadas.

A primeira parte da história foi o momento em que o escritor buscou caracterizar o sistema escravocrata. Como marca de seu tempo, aparelhos específicos do “ofício” da escravidão foram lembrados, tal qual “O ferro ao pescoço, ferro ao pé e a máscara de folha de Flandres. A máscara fazia o escravo perder o vício da embriaguez dos escravos por lhes tapar a boca”³⁴². Seguido da descrição dos objetos típicos a escravidão vinham às críticas do autor: “Era grotesca tal máscara, mas a ordem social, e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel”³⁴³.

A fuga dos escravos e os castigos terríveis que sofriam não ficaram de fora dessa contextualização do escritor. Com a conhecida ironia, continuou o texto: “Ha meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão. Succediaoocasionalmente apanharem pancada, e nem todos gostavam de apanhar pancada”³⁴⁴.Sucessivamente foi lembrada a profissão de caçador de escravos que era típico do sistema. Novamente a opinião do autor sucede a descrição desta profissão. Para o autor

“Ninguém se mettia em tal officio por defastio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que se sentia bastante rijo para pôr ordem á desordem”³⁴⁵.

Antes de iniciar a história em si dos personagens, Machado de Assis introduziu um reflexão crítica sobre os mecanismos utilizados durante a vigência do escravismo. Por meio da caracterização e ironia a opinião foi erigida com toda sutileza no texto no decorrer da

³⁴² ASSIS, Joaquim Maria Machado de. Idem, p.4.

³⁴³ Idem.

³⁴⁴ Idem, p. 4-5.

³⁴⁵ Idem, p.5.

escrita. Desse modo, os dilemas iam se construindo e as contradições humanas e morais do sistema também.

Na segunda parte segue a narrativa dos personagens e os dilemas apresentados dentro desse contexto descrito por Machado de Assis. Os dois principais são “Cândido Neves ou Candinho” que se liga a profissão de caçador de escravos mencionado anteriormente e “escrava Arminda” negra fujona que estava grávida e não queria retornar para seu senhor³⁴⁶. Nesse momento as contradições e problemas dos personagens são apresentados. Candinho era branco, não afeito ao trabalho, tendo passado em vários empregos encontrava-se desempregado, devendo três meses de aluguel, morava com “Clara” sua mulher que estava grávida e a tia “Mônica” que era contra a gravidez devido a situação de pobreza vivida pelo casal, a criança seria, por decisão, levada para a “Roda dos enjeitados” dado a miséria da família. A “escrava Arminda” era negra, grávida, fugitiva, não queria retornar para a posse do senhor para ser torturada e não queria essa vida para o filho. São personagens que apresentavam por um lado papéis diferentes na sociedade, onde o primeiro era uma pessoa livre e a segunda não; mas, por outro lado, a situação desesperadora era bem parecida. A noção de liberdade não reflete uma situação de estabilidade, de uma vida melhor. Sutilmente, Machado de Assis começou a assinalar a ideia que tinha sobre liberdade na sociedade oitocentista. Aqui inicia a trama para se refletir a realidade na ultima parte da narrativa. Essa reflexão, posteriormente analisada, estava ligada as suas críticas à Abolição da escravidão.

Na terceira parte³⁴⁷ o dilema foi apresentado. “Candinho”, por não ter trabalho e correr o risco de perder o filho recém-nascido para a instituição, torna-se caçador de escravo e prende a “Escrava Arminda” que chora, apela para os sentimentos do caçador, dizia que estava grávida, pedia pelo amor de Deus; este ignora e leva a escrava para seu senhor para pegar a recompensa, restabelecer sua vida e recuperar seu filho. A escrava teve um aborto - visto o estresse que passara - e, ainda assim, é entregue ao seu dono que paga imediatamente o caçador. Ele segura seu filho furiosamente, como pegara a escrava e “[...] beijando o filho, entre lágrimas verdadeiras, abençoava a fuga e não se lhe dava do aborto. — Nem todas as creanças vingam, bateu-lhe o coração”³⁴⁸.

Machado de Assis apresenta a miséria humana da sociedade na qual vivia através dos dramas paralelos de um pai contra mãe no regime escravista brasileiro. O pai, branco, livre e

³⁴⁶ Idem, p.5-9.

³⁴⁷ Idem, p. 9-17.

³⁴⁸ Idem, p.17.

pobre. A mãe, mulata e escrava. Ambos lutavam para assegurar a sobrevivência de seus filhos. Porém, nessa luta, o indivíduo é capaz de suprimir a consciência, mesmo tendo cometido a maior das crueldades, para justificar a troca de uma vida pela outra.

Este conto, escrito após a Abolição da escravidão, condiz com o que Machado de Assis alertava nas crônicas sobre a liberdade concedida aos escravos: a Abolição não garantiria condições melhores para os negros que deixaram de ser escravos. Sem uma assistência àquela população - que sempre estivera às margens da sociedade - não haveria liberdade de fato. Compreende-se que o negro liberto se configurava perfeitamente nas condições do branco pobre da narrativa. As denúncias e críticas que o autor fez durante as crônicas sobre o projeto da Abolição foram concretizadas neste conto.

O abolicionismo defendido por intelectuais como Machado de Assis, André Rebouças e Joaquim Nabuco, que entendiam como necessário as indenizações, terras, educação para os escravos deu lugar para um projeto de Abolição de um Estado burocrático que apenas ajustou o fim da escravidão aos interesses de uma oligarquia que buscava manter seus privilégios e o domínio sobre a sociedade; o negro liberto apenas se enquadrou nesse modelo - concretizou-se a Abolição sem abolicionismo.

CONCLUSÃO

O tema deste trabalho “Machado de Assis pensando a Abolição” não foi intitulado aleatoriamente, pois remete à temática do intelectual ativo que buscava “colorir o mundo com suas cores” - parafraseando Helenice Rodrigues³⁴⁹. Ao “pensar a Abolição” compreende-se que o escritor tentava mostrar à sociedade a sua maneira de interpretar a realidade brasileira e os caminhos a trilhar para um lugar melhor. Em suma, “pensando” significa neste trabalho ação e, no caso, em favor de um projeto de liberdade mais humano, justo para uma população sempre excluída que seria largada a própria sorte com a Lei Áurea.

A literatura, através das crônicas e contos, foi o instrumento importante utilizado pelo cronista para demonstrar sua opinião. Com ela foi capaz de criar símbolos, manipular significados de acordo com suas ideias dentro de um contexto bastante agitado das últimas décadas do século XIX, onde ideias estrangeiras e nacionais de modernidade, civilização, nacionalismo, liberdade conviveram com outras mais conservadoras. Machado de Assis, em meio dessa profusão de ideias, era uma pessoa que buscava certo distanciamento dos fatos a fim de exercer a faculdade inerente ao literato que era acrítica ou “estranhamento” conforme seu texto “Instinto de Nacionalidade” apontava.

O “Instinto de Nacionalidade” acoplado ao “Sentimento Íntimo” de Machado de Assis era sua maneira de pensar o Brasil dentro de um projeto mais racional, intimamente atrelado às necessidades internas, deixando as paixões de lado e buscando certo distanciamento para exercer a crítica. Não negava o legado do romantismo que buscava pensar o Brasil a partir do próprio local, como também não dispensava apreciar a literatura estrangeira apropriada pelos intelectuais do período: para Machado de Assis uma não excluía a outra, mas se complementavam e ajudavam a entender e interferir na realidade. Essa dialética entre o local e o universal ajudou-o a ter a lucidez de entender o desdobramento de uma Abolição sem abolicionismo.

Entender o “*Instinto de Nacionalidade*” e o “*Sentimento Íntimo*” é compreender como Machado de Assis se posicionava frente ao projeto de liberdade dos escravos que tinha muito a contribuir para o futuro do país. O distanciamento crítico de determinadas correntes de pensamentos ou de grupos sociais que lutavam por uma causa específica permitiu o escritor formular suas ideias e projetar suas ações através da imprensa, via crônicas com a série “*Bons Dias!*” para denunciar as atuações políticas dos grupos organizados que incidiam

³⁴⁹ RODRIGUES, Helenice. *Transferência de saberes: modalidades e possibilidades*. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 53, p. 203-225, jul./dez. 2010. Editora UFPR.

sobre a iminente Abolição da escravidão, inclusive aqueles a favor da lei que aos olhos perspicazes de Machado de Assis atrapalhavam mais que ajudavam a vida dos futuros libertos. Havia uma disputa ideológica em torno da liberdade que seria permitida aos escravos a qual o escritor estava atento.

A imprensa teve um papel relevante ao longo do século XIX³⁵⁰ conforme apontado aqui; logo, a discussão da Abolição da escravidão não estava alheia a ela. Os jornais tornaram-se palcos de discussões e disputas ideológicas em torno da questão escrava que incomodava a sociedade, tanto os possuidores de escravos como os despossuídos: que liberdade seria permitida? Nessa disputa havia uma heterogeneidade de ideias³⁵¹. Os fazendeiros temiam uma evasão em massa; outros não, pensando na solução imigrandista. Os teóricos do evolucionismo temiam a raça inferior solta pelas ruas. Algumas correntes liberais defendiam o trabalho assalariado como forma de progresso, por isso a escravidão devia acabar etc.

Nesse alvoroço de ideias que se inseria Machado de Assis, independente de corrente de pensamento ou grupos de atuação pela causa abolicionista. O escritor foi analisado em conformidade com sua atuação individual na sociedade, com ideias próprias ou ressignificadas do disponível arcabouço cultural do período, ou seja, de acordo com a sugestão de Alonso (2010)³⁵², o intelectual deve ser compreendido mais por suas ações, baseadas em suas percepções de mundo que culminaria nas ideias e nas transformações dos símbolos e significados da realidade e menos numa suposta corrente de pensamento que o engessasse em um pressuposto alheio. O intelectual tem visões de mundo e necessidades próprias que o estimula a agir de acordo com seus projetos.

Dessa forma, Machado de Assis estava na imprensa escrevendo suas crônicas para transmitir sua opinião sobre a Abolição da escravidão. Apesar do espaço no jornal destinado à história, poemas, romances e crônicas do cotidiano servir para o entretenimento, isso não

³⁵⁰ Destacado neste trabalho por MACHADO, Humberto Fernandes. *O Abolicionismo “ganha as ruas” no Rio de Janeiro*, In: *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, nº4. Curitiba, 1998. Disponível em <<https://ihgb.org.br/component/finder/search.html?q=machado%2C+Humberto&Itemid=148>>. Acesso em 2 Jan. 2019; BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa. Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

³⁵¹ Ver: AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites - Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; BARBOSA, João Paulo. *O Pós-abolição no Rio de Janeiro: Representações do negro na imprensa (1888-1910)*. Dissertação (Mestrado em História). 229f. Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2016.

³⁵² ALONSO, Ângela. *Apropriação de ideias no segundo reinado*. In: Keila Grinberg; Ricardo Salles. (Org.). *Coleção O Brasil Império Vol. III (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

excluía, paradoxalmente, o fato de estimular o raciocínio e provocar o leitor para a causa abolicionista. Por fazer parte de uma elite letrada³⁵³, o escritor sabia utilizar muito bem o espaço que tinha no jornal para estimular a opinião pública. Conseguia mesclar uma literatura de estilo lúdico, voltado para o entretenimento por via das crônicas, com a formação de opinião sobre um assunto sério que estava em discussão em todos os jornais, com a Abolição. O escárnio, a ironia, o ceticismo que apresentavam a dúvida foram as ferramentas para o autor expor suas ideias de liberdade e atacar não a Abolição em si, mas o ideal em torno dela que estava se formando politicamente e que não atendia verdadeiramente as necessidades dos escravos que seriam libertados pela lei.

O fim da escravidão vinha sendo discutida há bastante tempo. Basta que lembremos as leis emancipacionistas de 1871 (Lei do Ventre Livre) e 1885 (Lei do Sexagenário) que projetavam gradualmente a liberdade dos escravos, fato observado e criticado por Machado de Assis no jornal com as crônicas “Balas de Estalo”³⁵⁴. A falta de seriedade e até mesmo o oportunismo político da classe senhorial que maculavam o ideal de liberdade do escritor concretizado nas leis emancipacionistas surgira novamente no cenário da discussão da Abolição de escravidão. Mais uma vez, a vontade de uma classe privilegiada entrou no bojo da discussão política da proposta de acabar com a servidão e, de novo, o escritor estava no jornal para combater a imposição dos oportunistas e denunciá-los em suas crônicas. Iniciou-se a série “*Bons Dias!*” em abril de 1888, para entre muitas outras coisas, denunciar e criticar a Abolição que estava para se concretizar.

Machado de Assis tinha coisas para dizer; buscava emitir sua opinião sobre o que estava acontecendo na sociedade: os atropelamentos dos bondes, a eletricidade, a política e, interesse deste trabalho, a Abolição. Logo na primeira crônica – 5 de abril de 1888 – a primeira temática foireferente a uma lei em discussão sobre a Abolição anunciada no mês anterior no Clube Beethoven frequentado por ele. O debate do projeto de liberdade perfilou boa parte das crônicas escritas por Machado de Assis nessa série, dentro de um formato típico de texto que privilegiava o corriqueiro, o cotidiano e o entretenimento nos jornais³⁵⁵, em

³⁵³ A condição de “elite” deriva de seu nível de especialização nos recursos simbólicos necessários para produzir um discurso douto sobre qualquer atividade ou experiência humana. Ver: MAYERS, Jorge. *Músicas distantes. Algumas notas sobre a história intelectual hoje: horizontes velhos e novos, perspectivas que se abrem*. In: Sá, Maria Elisa Noronha de.(org). *História intelectual latino-americana: itinerários, debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO, 2016.

³⁵⁴ RAMOS. Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas “balas de estalo” de Machado de Assis*. 2010. [s.n.]. Tese (Tese de doutorado). Faculdade de história, IFCH, UEC, Campinas, 2010.

³⁵⁵ CÂNDIDO, Antônio et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: editora da UNICAMPI; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

que podiam ser explorados pelo escritor –através da ficção - dois ou mais temas num único texto, volta e meia a temática da Abolição do trabalho escravo perfilava as narrativas do autor. O mérito de Machado de Assis reside na manipulação e ligação dos temas dessas narrativas sem perderem o sentido que buscava discutir e passar para o leitor seu ponto de vista sobre os eventos presenciados.

Analisando as crônicas apresentadas percebe-se uma “militância” solitária do escritor em favor de uma liberdade idealizada - com apoio aos escravos para que pudessem ser inseridos na sociedade - que de fato melhorasse a condição de vida daquelas pessoas que sempre foram exploradas por seus donos. Porém, o que estava em evidência para o escritor era a vontade de uma classe privilegiada se impondo politicamente e ideologicamente no cerne do projeto. Algumas narrativas apontavam que as condições precárias do negro em liberdade se igualavam à época quando eram escravos, inclusive os abusos, insultos e violências. A Abolição nada lembrava o abolicionismo defendido pelo intelectual.

A liberdade em si fora louvada sistematicamente em suas crônicas; porém, pensando num Brasil melhor, com certo estranhamento, distanciamento como apresentado em seu texto “Instinto de Nacionalidade”, criticava veementemente a criação da lei que simplesmente dava a alforria sem o menor cuidado ou empatia em relação a uma população que sempre foi tratada como mercadoria e, quando livre, como inferior. Não havia um projeto de fato de valorizar a liberdade, como uma oportunidade de incluir os escravos na sociedade; o que seria bom para o país e para a diminuição dos conflitos.

Essa opinião do escritor – materializada aqui com Abolição sem abolicionismo - era fruto de uma análise baseada no que já se observara, ou seja, o intelectual observara que os afro-brasileiros libertos, antes da Lei Áurea, não gozavam de uma liberdade tão enaltecida pelos defensores do projeto abolicionista. O racismo, a injúria em relação à população negra livre, a preferência pelos imigrantes brancos nos postos de trabalho corroboravam com a ideia de que a Abolição não seria suficiente para garantir-lhes a tão sonhada liberdade – o mundo continuaria a desprezá-los, a falta de humanidade da sociedade continuaria a colocá-los em último plano.

Essa análise de Machado de Assis pode ser observada em seu texto “*Pai contra mãe*” de 1906. Paradoxalmente o autor tem um lugar de fala no período pós-abolição para destacar a falta de humanidade do homem branco, pobre e livre em relação ao negro em tempos de escravo que muito se assemelhava na condição social; porém, por ser negro “não era humano”. A Lei da Abolição tornou os brancos e negros “iguais” na liberdade, mas na sociedade eram muito desiguais. Esse texto chama atenção para vários aspectos de

desigualdade; mas um, em especial, pode ser percebido: o passado do negro escravo era uma analogia com o presente pós-abolição para o leitor pensar - mudou alguma coisa na condição de vida dos alforriados? Essa era a fina ironia machadiana.

Portanto, devido ao estilo e forma das narrativas de Machado de Assis sua militância em favor da Abolição pode ser observada nas crônicas produzidas e analisadas aqui, mesmo sem o escritor se filiar a determinado grupo abolicionista ou produzir textos conclamando as pessoas a defenderem nas ruas o fim da escravidão. Talvez este seja o maior pecado daqueles que estudam o autor e buscam compartimentá-lo em alguma corrente política ou filosófica. Para defender uma ideia não precisa necessariamente estar vinculado a algum seguimento mobilizador. A literatura fornece a liberdade para o intelectual se expressar, emitir opinião, produzir conhecimento de acordo com o estilo próprio. Os críticos de Machado de Assis deveriam tentar entendê-lo a partir do próprio escritor e não naquilo que nele buscam encontrar as suas questões. Está na hora de deixar Machado de Assis falar por si mesmo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2013.

Academia Brasileira de Letras (ABL). Machado de Assis. Disponível em: <http://www.machadodeassis.org.br/>. Acesso em 21 Dez. 2018.

Academia Brasileira de Letras (ABL). *Machado de Assis*. <http://www.machadodeassis.org.br>. Acessado em 12 Dez. 2018.

ALONSO, Ângela. *Apropriação de ideias no segundo reinado*. In: Keila Grinberg; Ricardo Salles. (Org.). *Coleção O Brasil Império Vol. III (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Terra e paz, 2002.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Trad. Denise Bottmam. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDDT, Hannah. *O que é política?* Tradução Reinaldo Guarani. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ASSIS, Joaquim Maria Macha de. *Dom Casmurro*. São Paulo: Klick editora, 1997.

ASSIS, Joaquim Maria Macha de. *Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade*. In: _____ *Obra completa*. 3ªed. Rio de Janeiro: Aguilar, 1973.

ASSIS, Joaquim Maria Macha de. *Obra completa*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1985. In: BAPTISTA, Abel Barros. *A formação do nome – duas interrogações sobre Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora da unicampi, 2003.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. “Bons Dias!” In: *Gazeta de Notícias*, 12 de abril de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=0>. Acessado em 27Nov.2018.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. “Bons Dias!”. In: *Gazeta de Notícias*, 19 de abril de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=0>. Acessado em 5 Dez. 2018.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. “Bons Dias!”. In: *Gazeta de Notícias*, 27 de abril de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=1>. Acessado em 12 Dez. 2018.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. “Bons Dias!”. In: *Gazeta de Notícias*, 04 der maio de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=13727&Pesq=grupos%20aquir%c3%a1s>. Acessado em 02 Jan. 2019.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. “*Bons Dias!*”. In: *Gazeta de Notícias*, 19 de maio de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=13806>. Acesso em 09Jan.2019.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. “*Bons Dias!*”. In: *Gazeta de Notícias*, 26 de junho de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em 15Mai.2019.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. “*Bons Dias!*”. 20 de maio de 1888. *Imprensa Fluminense* apud GLEDSON, John. *Machado de Assis. Bons Dias!* São Paulo: Hucitec, 1990.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. “*Bons Dias!*”. In: *Gazeta de Notícias*, 1 de junho de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=13785&Pesq=celebrando%20a%20aboli%c3%a7%c3%a3o>. Acessado em 08Mai.2019.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. “*Bons Dias*” In: *Gazeta de Notícias*, 11 de maio de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acessado em 04Jan.2019.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *A Nova Geração*. In: *Obra Completa* de Machado de Assis, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. III, 1994. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=8247>. Acessado em: 8 Jun. 2019.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. História de quinze dias. In: *Revista Ilustração Brasileira*, 15/06/1877. Disponível em: http://www.machadodeassis.org.br/abl_misites/cgi/cgilua.exe/sys/starta069.html?UserActiveTemplate=machadodeassis&sid=95&from_info_index=1&tpl=printerview_default. Acessado em 2 Mar. 2019.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Pai contra mãe*. In: _____. *Relíquias da casa velha*. Rio de Janeiro: Garnier, Livreiro editor, 1906.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. “*Bonsdias*”. *Gazeta de Notícias*, 5 de abril de 1888. In: Biblioteca Nacional. Hemeroteca digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acessado em 25Nov.2018.

AZEVEDO, André Nunes de (org.). *Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade*. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/ Sr-3 UERJ, 2002.

AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites - Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Elciene. O direito dos escravos. Lutas jurídicas e abolicionismos na província de São Paulo na segunda metade do século XIX. Tese doutorado, Universidade estadual de Campinas, 2003.

BAPTISTA, Abel Barros. *A formação do nome – duas interrogações sobre Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

BARBOSA, João Paulo. *O Pós-abolição no Rio de Janeiro: Representações do negro na imprensa (1888-1910)*. Dissertação (Mestrado em História). 229f. Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2016.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa. Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. *Jornal e literatura: a imprensa brasileira no século XIX*. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

BARROS, José D' Assunção. *O campo da história. Especialidade e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BASTOS et al. *História e imprensa : representações culturais e práticas poder*. Rio de Janeiro: DP&A:FAPERJ, 2006.

BATISTA, Rita de Cássia Souza Felix. *O negro: trabalho, sobrevivência e conquistas* (Juiz de Fora 1888-1930). Juiz de Fora: FUNALFA, 2006.

BELLIN, Greicy Pinto. *Modernidade, identidade e metrópole cosmopolita em Poe, Baudelaire e Machado de Assis*. Tese de doutorado. 418f. Curitiba: UFPR, 2015.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: secretaria municipal de cultura, divisão de editoração, 1992.

BENJAMIM, Walter. *A Paris do segundo império em Baudelaire*. In: KOTHE, Flávio. *Walter Benjamim*. São Paulo: Ática, 1991.

BERMAM, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. Tradução Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Companhia das letras, 1982.

BERNADO, Gustavo. et al. *Machado de Assis e a escravidão. Introdução*. São Paulo: Annablume, 2010.

BETHELL, Leslie. *A Abolição do comércio brasileiro de escravos*. Trad. Luís A. P. Souto Maior. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

Biblioteca Nacional. Hemeroteca. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 15 Fev. 2019.

BORGES, Valdeci Rezende. *História e literatura: Algumas considerações*. Revista de teoria da história, Goiana: ano 1, número 3, junho/2010, pp. 94-109. Disponível em: <<http://www.revistadeteoria.historia.ufg.br/p/1273-n-03-jun-2010>>. Acessado em 18 Jan. 2018.

BRANDÃO, Izabel. Os contos de Heliônia Ceres: inquietações ecológicas. In: Revista Terceira Margem. Rio de Janeiro, Número 20, pp. 101-111, janeiro/julho 2009. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/tm/article/view/11039/8055>>. Acesso em 19/05/2019.

CÂNDIDO apud EWALD, Ariane et. al. *Crônicas folhetinescas: subjetividade, modernidade e circulação da notícia*. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira et al (orgs). História e imprensa: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ, 2006.

CÂNDIDO, Antônio et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: editora da UNICAMPI; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CARULA, Karoline. *Darwinismo, raça e gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)*. 2012. 311 p. Tese (Doutorado em História). Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, USP, São Paulo, 2012.

CHALHOUB, Sidney, PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *A história contada. Capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril. Cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: companhia das letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Sousa e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs). *História em cousas miúdas*. Campinas, SP: Editora Unicampi, 2005.

CHARTIER, Roger. *Distinção e divulgação: a civilidade e seus livros*. In: _____. *Leituras e leitores na França do antigo regime*. Trad. Alvaro Lorencini. São Paulo: Ed.Unesp, 2004.

Correio Braziliense. Disponível em: <<https://www.cecult.ifch.unicamp.br/pf-cecult/public-files/publicacoes/116/historiacontada-ligia-cademartori.pdf>>. Acessado em 12 Out. 2018.

COSTA, Emilia Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 2007.

DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. “*As ideias estão no lugar*”. In: Caderno Debates, São Paulo, nº1, 1976.

FREYRE, Gilberto. *Reinterpretando José de Alencar*. Rio de Janeiro: ministério da Educação nacional, 1955.

Gazeta de Notícias, 04 de maio de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=13727&Pesq=grupos%20aquir%c3%a1s>. Acessado em 02 Jan. 2019.

Gazeta de Notícias, 06 de março de 1888. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=13765. Acesso em 10 Jan. 2019.

Gazeta de Notícias, 09 de abril de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=462>. Acessado em 27 Nov. 2018.

Gazeta de Notícias, 12 de janeiro de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acessado em 02 Jan. 2019.

Gazeta de Notícias, 15 de maio de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=13781&Pesq=celebrando%20a%20aboli%c3%a7%c3%a3o>. Acesso em 08 Mai. 2019.

Gazeta de Notícias, 18 de março de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em 11 Jan. 2019.

Gazeta de Notícias, 19 de maio de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=13806>. Acesso em 09 Jan. 2019.

Gazeta de Notícias, 20 de maio de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=13815>. Acessado em 03 Mai. 2019.

Gazeta de Notícias, 24 de abril de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=1>. Acessado em 12 Dez. 2018.

Gazeta de Notícias, 25 de março de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em 23 Nov. 2018.

Gazeta de Notícias, 26 de junho DE 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em 15 Mai. 2019.

Gazeta de Notícias, 26 de março de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=0>. Acessado em 05 Dez. 2018.

Gazeta de Notícias, 27 de março de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em 25 Nov. 2018.

Gazeta de Notícias, 4 de abril de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em 25 Nov. 2018.

Gazeta de Notícias, 4 de janeiro de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em 15 Mai. 2019.

Gazeta de Notícias, 5 de abril de 1888. In: Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acessado em 25 Nov. 2018.

GLEDSO, John. “*Bons Dias*”! *Crônicas (1888-1889)*. São Paulo: HUCITEC, 1990.

GLEDSO, John. *Machado de Assis. Ficção e história*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986.

GONZALEZ, Alessandra S. *Fundando a nação a partir do deserto: relações entre Estado argentino e grupos indígenas no pré-expansão territorial*. In: SÁ, Maria Eliza Noronha de (org.). *História intelectual latino-americana: itinerários, debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

GORELIK, Adrián. Cidade, modernidad, modernización. *UniversitasHumjanística*, n56, junho, 2003. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=79105602>>. Acesso em 25 Fev. 2019.

GUIMARÃES, Hélio de seixas. *Tem alguém aí? Revista de História da Biblioteca Nacional. Machado de Assis como você nunca viu*. Rio de Janeiro, Ano 3, n° 36, setembro/2008.

HOBSBAWM, Erick J., *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Trad. Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWM, Erick. *A era das revoluções 1789-1848*. 35° ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.

HUTCHEON, Linda. *Teoria e política da ironia*. Trad. Julio Jeha. Belo Horizonte: UFMG, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000186&pid=S2316-4018201200020001200019&lng=en>. Acessado em 10 Mar. 2019.

JARDIM, Antônio da Silva. Artigo. In: *Gazeta de Notícias*, 12 de novembro de 1889. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=12%20de%20dezembro%20de%201889>. Acessado em 28 Mai. 2019.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KARVAT, Erivan Cassiano, MACHADO, Valéria Floriano. *Em torno de Intelectuais e História: experiências, trajetórias e biografias – caminhos da História Intelectual*. In: Anais do XXIX Simpósio nacional de História. Disponível em: <<https://www.snh2017.anpuh.org/site/anais#K>> Acessado em 28 Mai. 2019.

Lei nº 2040 de 28.09.1871 – Lei do Ventre Livre. (Brasil, 1871). <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm>. Acesso em 09 Jan. 2019.

LIMA, Marco Hidemi. *Machado cronista: diálogos do cotidiano*. In: Revista Organon, Porto Alegre, v. 28, n. 55, p. 15-31, jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/organon/article/viewFile/42078/28530>>. Acesso em 9 Abr. 2019.

LOPES, Elisângela Aparecida. *“Homem do seu tempo e do seu país” : senhores, escravos e libertos nos escritos de Machado de Assis*. Dissertação de mestrado. 171f. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. *Escravidão no Brasil*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: EDUSP, 2010.

MACEDO, Joaquim Manoel de. *Noções de corografia do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia franco-americana, 1873, primeira parte, p.207. Disponível em: <https://www.literatura-brasileira.ufsc.br/documentos/?action=midias&id=129883>. Acessado em 5 Mai.2019.

MACHADO, Humberto Fernandes. *A imprensa do Rio de Janeiro e o pós-abolição*. In: XVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios. 27-31 de julho, 2015, SC. Anais (on-line). Santa Catarina: ANPHU, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439600925_ARQUIVO_PosAbolicaoaImprensa.pdf>. Acesso em 10 Dez. 2018.

MACHADO, Humberto Fernandes. *Imprensa e identidade do ex-escravo no contexto pós-abolição*. In: BASTOS et al. *História e imprensa : representações culturais e práticas poder*. Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ, 2006.

MACHADO, Humberto Fernandes. *José do Patrocínio e a luta contra a indenização aos republicanos de 14 de maio*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/items/1-anais-simposios-anpuh>>. Acesso em 15 Mai. 2019.

MACHADO, Humberto Fernandes. *O Abolicionismo “ganha as ruas” no Rio de Janeiro*, In: *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, nº4*. Curitiba, 1998. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/component/finder/search.html?q=machado%2C+Humberto&Itemid=148>>. Acessado em 2 Jan. 2019.

MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados. José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: editora UFF, 2014.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Os abolicionistas brasileiros e a guerra da secessão*. In: ABREU, Marta; PEREIRA, Matheus Serva (orgs.). *Caminhos da liberdade: História da Abolição e da pós-abolição no Brasil*. Niterói, RJ:Editora da UFF, 2011.

MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico. Os movimentos sociais na década da escravidão*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira. Vol. IV. (1877-1896)*. São Paulo: Editora Cultrix, 1977.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira. Vol. V. (1897-11914)*. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.

MAYERS, Jorge. *Músicas distantes. Algumas notas sobre a história intelectual hoje:horizontes velhos e novos, perspectivas que se abrem*. In: Sá, Maria Elisa Noronha de.(org). *História intelectual latino-americana:itinerários, debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO, 2016.

MELLO, Maria Tereza de. *A república consentida. Cultura democrática e científica no final do império*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *A lei de 1885 e os caminhos da liberdade*. 1995. [s.n]. Dissertação. (Dissertação de mestrado). Faculdade de História, IFCH, UEC, Campinas, 1995.

MESQUITA, Maria Luiza de Carvalho. *O terceiro reinado: Isabel de Bragança. A Imperatriz que não foi*. Dissertação de mestrado. 189f. Vassouras, Rio de Janeiro: Universidade Severino Sombra, 2009.

MEYER, Marlyse. *Voláteis e versáteis. De variedades e folhetins se fez a chronica*. In: CÂNDIDO, Antônio et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: editora da UNICAMPI; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

MILAGRE JR., Sérgio Luiz; FERNANDES, Thabata de Farias. *ABelle Époque Brasileira: as transformações urbanas no Rio de Janeiro e a sua tentativa de modernização no século XIX*. *Revista História em Curso*, Belo Horizonte, v. 3, n. 3, 1º sem. 2013.

MORAES, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista: 1879-1888*. 2a ed., Brasília: Ed.UNB, 1986.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Huicitec, 2005.

MURICY, Kátia. *A razão cética. Machado de Assis e as questões de seu tempo*. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

MYERS, Jorge. *Músicas distantes. Algumas notas sobre a história intelectual hoje: horizontes velhos e novos, perspectivas que se abrem*. In: SÁ, Maria Eliza Noronha de (org.). *História intelectual latino-americana: itinerários, debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

NEVES, Margarida de Souza. *Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas*. In: CÂNDIDO, Antônio et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: editora da UNICAMPI; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

NORA, Pierre. "O retorno do fato". In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.). *História: Novos Problemas*. 3 a. ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

OLIVEIRA, Cristiane de Jesus. *Nas entrelinhas da cidade: A Reforma Urbana do Rio de Janeiro no início do século XX e sua imagem na literatura de Paulo Barreto*. 2006. 106 p. Dissertação. (Dissertação de mestrado). Faculdade de História, Instituto de ciências humanas e letras. UFJF, Juiz de Fora, 2006.

OLIVEIRA, Diogo de Castro. *A boemia literária no Rio de Janeiro fin-de-siècle: onorsaquistas e patafísicos*. 2005. 133 p. Dissertação. (Dissertação de mestrado). Faculdade de História, PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2005.

PALTI, Elias. *Espelho vazio: representação, subjetividade e história em Machado de Assis*. In: *Estudios de teoria literária, revista digital, arte, letras y humanidades*, marzo, 2014, año 3, nº5. Disponível em: <<https://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/etl/article/view/854>>. Acessado em 28 Jan.2019.

PARRON, Tâmis. *José de Alencar: cartas a favor da escravidão*. São Paulo: Hedra, 2008.

PECHMAN, Robert Moses. *Pedra e discurso: cidade, história e literatura*. In: BERARDINELLI, Cleonice et al (Orgs.). *Revista Semear*. Rio de Janeiro: NAU, n. 3, 1999.

PEREIRA, Lupércio Antônio. *A escravidão e o trabalho livre em Machado de Assis*. In: Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 14, n. 3, p. 491-516, 2010. Disponível em: < <http://www.dialogosuem.com.br/revistas>>. Acessado em 28 Mai. 2019.

Portal Brasileira Fotográfica. <<http://brasilianafotografica.bn.br/?pageid=736>>. Acesso em 11 Jan. 2019.

PROENÇA, Paulo Sergio de. *Intertextualidade bíblica e escravidão em Machado de Assis*. In: Revista Estudos semióticos, v.6, n. 2, 2010, pp77-85. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/esse/article/view/49273>>. Acesso em 04 Mai. 2019.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. *Imprensa, literatura e política: Machado de Assis e os embates sobre escravidão e trabalho livre nos jornais cariocas. Anais do 8º Encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional*. Porto Alegre: UFRS, 2017. Disponível em: <<http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/images/8encontro/Textos8/anaflaviacernicramos.pdf>>. Acessado em 20 Mai. 2019.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas “balas de estalo” de Machado de Assis*. 2010. [s.n.]. Tese (Tese de doutorado). Faculdade de história, IFCH, UEC, Campinas, 2010.

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RODRIGUES, Antônio Edmilson. *Em algum lugar do passado: cultura e história na cidade do Rio de Janeiro*. In: PEREIRA, André Nunes (org.). *Anais do seminário Rio de Janeiro: capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

RODRIGUES, Antônio Edmilson. *José de Alencar: o poeta armado do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

RODRIGUES, Helenice. *Transferência de saberes: modalidades e possibilidades*. In: *História: Questões & Debates, Curitiba, n. 53, p. 203-225, jul./dez. 2010*. Editora UFPR.

SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Apresentação*. In: ____ (org.). *História intelectual latino-americana: itinerários, debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO, 2016.

SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do segundo reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

SAYERS, Raymond S. *O Negro na Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1958.

SCHWARCZ, Lilian, STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilian, STARLING, Heloisa. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil -1870-1930*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SCHWARTZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 34 ° ed., 2000.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Daniel Pinha. *Apropriação e recusa: Machado de Assis e o debate sobre a modernidade brasileira na década de 1870*. Tese doutorado. 215f. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2012.

SILVA, Daniel Pinha. *Como e porque sou moderno: o lugar do passado no pensamento crítico de José de Alencar*. 2007. 168 p. Dissertação (dissertação de mestrado). Faculdade de História, PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a Abolição da escravatura*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

SILVA, Júlio Cesar Bastonida. *O lugar das ideias: panorama de um debate*. In: *Revista Em Tese*. Belo Horizonte, v.1, nº 1, jan-abr 2015.

SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In. Rémond, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

STAROBINSKI, Jean. *A palavra civilização*. In: _____. *As máscaras da civilização*. Ensaios. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

TODOROV, T. *A literatura em perigo*. São Paulo: Difel, 2014.

URBINATI, Inoã Pierre Carvalho. *Ideias e projetos de reforma agrária no final do Império (1871-1889): uma análise de seu sentido político e social*. Dissertação de mestrado. 196f. Rio de Janeiro, UERJ, 2008.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. Brasília: editora universidade de Brasília, 1963.

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.